

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Ano 47 — Série VII — N.º 173  
19 de Maio de 1977

Preço: 6\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português \* Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 769725 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

# ULTRAPASSAMOS 50 000 CONTOS!

**A Comissão Política do Comité Central, ao assinalar que a meta dos 50 000 contos foi atingida e ultrapassada, saúda calorosamente todos os camaradas que pela sua elevada compreensão política tornaram possível este resultado vitorioso de um grande empreendimento colectivo dos comunistas**

A Campanha Nacional dos 50 000 contos para o PCP acaba de atingir e ultrapassar, quinze dias antes da data marcada para o seu termo, a meta que se propôs: ao fechar das contas, sexta-feira última, 50 700 contos estavam contabilizados.

Trata-se de um assinalável êxito político do Partido, revelador da sua profunda inserção nas massas populares e da sua capacidade realizadora.

A Comissão Política do Comité Central, ao assinalar que a meta dos 50 000 contos foi atingida e ultrapassada, saúda calorosamente todos os camaradas que pela sua elevada compreensão política tornaram possível este resultado vitorioso de um grande empreendimento colectivo dos comunistas.

Durante estes três meses e meio, milhares de homens, mulheres e jovens têm posto à prova a sua ilimitada dedicação ao Partido,



Álvaro Cunhal em Alpiarça

Págs. 3/4

**NÃO PROMETERAM OS DIRIGENTES DO PS  
DEFENDER AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO?**

## Editorial

### O SEPARATISMO PONTA DE LANÇA DO IMPERIALISMO

Na luta surda mas de proporções crescentes que o grande capital e o imperialismo movem contra a Revolução Portuguesa e contra as conquistas democráticas do nosso Povo, o separatismo joga um papel importante como elemento desestabilizador da situação política e como tumor de fixação das manobras reacçãoárias.

Nos Açores e na Madeira grupos separatistas extremamente agressivos levantam cabeça e multiplicam as suas provocações contra os habitantes progressistas e patriotas, que representam a maioria da população das duas Regiões Autónomas, procurando intimidar e paralisar as forças patrióticas e favorecer as que no Continente trabalham activamente para a subversão da ordem democrática e para o restabelecimento do fascismo.

A gravidade dos incidentes de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo não pode ser diminuída pelas falhinhas entorpecedoras de Sá Carneiro nem pelas justificações «autonomistas» de Mota Amaral.

Como justamente se acentua numa nota da SIP do PCP são «gravíssimas as responsabilidades que cabem aos Governos Regionais das Regiões Autónomas pelo seu envolvimento, patrocínio e cobertura de actividades separatistas e terroristas».

Torna-se cada vez mais claro que o novo surto de violências dos separatistas dos Açores tem uma estreita relação com os atentados e conspirações fascistas no Continente e com a estratégia agressiva do imperialismo contra a segurança dos povos e a paz mundial.

(Continua na pág. 2)

Comissão Coordenadora Central «Avante!»	7 005 903\$30
Organização Regional dos Açores	1 254 619\$40
Organização Regional do Alentejo	56 502\$00
Organização Regional do Algarve	2 432 984\$90
Organização Regional das Beiras	851 392\$10
Organização Regional de Lisboa	1 616 820\$50
Organização Regional da Madeira	17 517 471\$70
Organização Regional do Norte	64 605\$30
Organização Regional do Oeste Ribatejo	4 557 199\$50
Organização Regional de Setúbal	3 123 225\$50
Emigração	7 852 733\$30
UEC	2 355 016\$85
UJC	752 380\$90
Por classificar (1)	481 976\$60
	776 823\$50
	50 699 655\$35

(1) Trata-se da soma das quantias entradas na conta D.O.13673 do BPSM - Av. da Liberdade, das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à CCC as correspondentes «Notas de Entrega».

o seu espírito de iniciativa, a sua capacidade de organização. É tudo isto que está na base deste grande êxito político e financeiro, é tudo isso que deverá ressaltar quando o balanço final da Campanha for realizado.

Com a recolha de mais de 50 000 contos a Campanha atingiu o seu objectivo e antecipou de três semanas a data prevista pela Comissão Coordenadora para o seu termo - 29 do mês corrente.

Entretanto, estão programadas iniciativas e tudo deve ser feito para que sejam realizadas. No dia 29 as verbas recolhidas subirão ainda mais e o total ultrapassará largamente os valores previstos.

Isto significa que até lá todo o Partido irá trabalhar, redobrar de esforços, para que a Campanha termine com os resultados mais substanciais.

A Comissão Política do Comité Central apela para que todos os camaradas, amigos e simpatizantes desenvolvam, com a mesma determinação e tenacidade, o melhor da sua iniciativa criadora até ao fecho da Campanha e exorta todas as organizações a atingirem até lá as metas que se propuseram, seguindo o exemplo de muitas que as ultrapassaram.

Avante pela conclusão entusiástica da Campanha no dia 29!

18 de Maio de 1977

A Comissão Política do Comité Central  
do Partido Comunista Português



**SAIR DA CRISE!**  
com os trabalhadores  
num grande  
esforço nacional

## Conferência Económica do PCP

Páginas centrais



**ENCONTRO NACIONAL DO MDM**

Pág. 12

# ASSEMBLEIAS DO PARTIDO

Pág. 3

## Editorial

O SEPARATISMO  
PONTA DE LANÇA DO IMPERIALISMO

Continuação da pág. 1

É significativo que Sá Carneiro — que acaba de regressar de uma estranha «tournée» pelos Estados Unidos — procure cobrir, diminuindo-lhe a gravidade, a acção antipatriótica e violenta dos seus apaniguados nos Açores e a própria e confessada opção separatista do Governo Regional, como se sabe constituído por elementos do PPD/PSD sob a direcção de Mota Amaral.

É também significativo que no próprio momento em que, à saída de Belém, o presidente do PPD critica aquilo a que chama o «empolamento dos problemas dos Açores», os seus amigos no Arquipélago façam ouvir o argumento da bomba em apoio de um pretensão «autonomista», sob o qual se pretende justificar verdadeiros atentados contra a integridade e soberania do Estado e contra a independência nacional.

A autonomia das Regiões Autónomas dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores corresponde a uma justa aspiração dos habitantes das ilhas portuguesas do Atlântico e decorre de uma situação objectiva da natureza histórica e geográfica.

A satisfação desta aspiração profunda dos habitantes dos Açores e da Madeira somente se tornou possível com as transformações democráticas e progressistas produzidas pela Revolução de Abril e pela aplicação dos princípios exarados na Constituição da República.

O povo trabalhador da Madeira e dos Açores apenas recebeu do fascismo exploração e opressão. Sem qualquer protecção do poder, escravizados pelo domínio das grandes casas senhoriais, sem infraestruturas adequadas às suas condições insulares, submetidos a formas de exploração medievais como a «colónia», açorianos e madeirenses outra alternativa não tinham para a indigência e a fome senão a emigração em massa para longe do rincão pátrio. Muitos milhares de trabalhadores foram forçados a ganhar o seu pão em longínquas paragens da América do Norte, do Canadá, da África do Sul, onde moirando que nem escravos alguns conseguiram um certo bem-estar material. Este facto influiu poderosamente nas condições de dependência e nos anseios dos habitantes dos Açores e da Madeira.

A Revolução de Abril possibilitou uma larga autonomia administrativa e legislativa às populações dos Arquipélagos e, ao mesmo tempo, abriu o caminho para o melhoramento das suas condições de vida. Na Constituição da República não só se consagra a criação das Regiões Autónomas dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores como, no que respeita à primeira, se põe termo à «colónia» como forma de exploração feudal dos camponeses madeirenses.

É evidente que estas transformações progressistas não são do agrado dos exploradores do povo trabalhador das ilhas portuguesas do Atlântico nem dos seus mentores políticos do Continente, os reaccionários do PPD e do CDS, em particular dos primeiros que detêm o controlo dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

As justas aspirações de autonomia, inseparáveis do patriotismo das populações da Madeira e dos Açores, foram habilmente exploradas pelos elementos separatistas,

corrompidos pelo imperialismo americano, que está interessado no domínio estratégico das ilhas portuguesas do Atlântico.

Os militaristas do Pentágono dominam a poderosa base atlântica dos Açores mas querem, mais do que um simples arrendamento, o seu domínio completo e absoluto.

É sintomático que os distúrbios dos Açores coincidam com o momento em que se aproxima nova negociação do arrendamento americano da grande base aérea das Lages.

A posse dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira está certamente nos planos imperialistas de domínio estratégico do Atlântico à custa do esbulhamento daqueles territórios portugueses.

É pois de admitir que exista um nexo oculto entre a viagem-mistério de Sá Carneiro aos Estados Unidos e a irrupção deste novo surto de violências dos grupos separatistas dos Açores a que o Governo Regional do PPD/PSD deu a sua cobertura com a questão das bandeiras.

Tem inteira razão o Presidente da República quando, numa reafirmação de soberania faz a denúncia do «grupo separatista minoritário que tentou aproveitar uma situação que lhe permitisse, em ambiente de confusão, explorar sentimentos populares que nada têm a ver com o separatismo que defende».

A equívoca conduta de Sá Carneiro e o «repúdio» que abusivamente é feito na Assembleia da República por um deputado do PPD/PSD do comunicado do Presidente Ramalho Eanes, não deixarão de ferir os sentimentos patrióticos dos portugueses do Continente e dos Arquipélagos do Atlântico da Madeira e dos Açores, mesmo de muitos filiados no PPD/PSD que seguramente não apoiam as actividades separatistas contra aquelas parcelas atlânticas do território nacional.

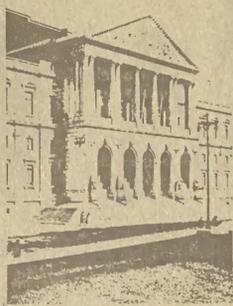
Este novo surto do separatismo terrorista nos Açores não teria sido possível se o governo do PS tivesse reprimido com energia as actividades antinacionais dos elementos separatistas.

As fúrias repressivas do governo do PS contra os obreiros da Reforma Agrária, contra operários e estudantes em greve contra os que se levantam contra a sua política de recuperação capitalista, agrária e imperialista não têm correspondência na benevolência com que encara as actividades antipatrióticas dos separatistas.

Os dirigentes do PS vêm a público soltar gritinhos de indignação contra o separatismo terrorista nos Açores e contra Sá Carneiro e Mota Amaral. Mas na prática o conluio entre o PS e o PPD, claramente afirmado nas últimas votações na Assembleia da República, é uma realidade.

A cómica «indignação» dos dirigentes do PS contra as posições separatistas de dirigentes e deputados do PPD/PSD e mesmo do CDS, que veio a público desautorizar a sua «Juventude Centrista» que alinhou nos Açores com os separatistas da FLA, encobre de facto o seu compromisso com aqueles partidos da direita para levar a cabo a sua política de recuperação capitalista.

Só o protesto popular e a resistência organizada das populações da Madeira e dos Açores, aliados à determinação do Presidente da República em defender a Constituição e a integridade do território nacional pode assestar um golpe demolidor no separatismo, faceta «insular» do fascismo sequioso de poder.

Os Comunistas  
na Assembleia  
da RepúblicaAprovado decreto que ameaça  
as nacionalizações, viola a Constituição  
e faz perigar a democracia

A maioria formada pelo PS e pelo PPD/PSD, com o apoio encapotado e ainda não completamente satisfeito do CDS, consumou o plano que vinha elaborando desde há meses, impondo à Câmara um texto que prepara os instrumentos jurídicos para uma grande ofensiva contra as nacionalizações — conquista das maiores da revolução de Abril.

De facto, conforme referiu o deputado Carlos Brito, no excerto acima transcrito na declaração de voto do PCP produzida após a votação final global da proposta de lei que delimita os sectores público e privado, a ameaça que paira sobre as nacionalizações concretizou-se — a pouco mais de um ano da promulgação da Constituição —, com a adopção pela Assembleia da República de uma decisão que fere gravemente a Constituição e que carrega novas ameaças ao regime democrático.

Os apelos que aqui produzimos no decorrer do debate na generalidade e na declaração de voto da primeira votação — acentuou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP —, não foram correspondidos. As propostas de alteração apresentadas pelo PCP não foram integral ou substancialmente, contempladas. A fulminante discussão e votação na especialidade não teve em conta as graves repercussões dos dispositivos que denunciámos, pôs em evidência as posições fechadas dos partidos que formavam a maioria, revelou, por isso mesmo, a existência de acordos extraparlamentares contra os quais esbarram as justas razões e argumentos dos deputados comunistas.

As alterações produzidas no decorrer da discussão e votação na especialidade, feitas em comissão — ao contrário do que o PCP insistentemente reclamou —, mantêm as grandes linhas do texto que já tinha merecido o voto contrário do PCP durante a discussão na generalidade. Por isso, nesta votação final global, os deputados comunistas voltaram a votar contra a proposta de lei. O deputado Carlos Brito referiu:

Consequentemente, o Grupo Parlamentar do PCP volta a afirmar que o Decreto da Assembleia da República sobre a delimitação dos sectores público e privado desrespeita a Constituição, atenta contra uma das conquistas fundamentais da Revolução de Abril, lesa os interesses dos trabalhadores e de todo o povo, contraria a recuperação e o desenvolvimento económico, ameaça as liberdades, a democracia e o futuro socialista de Portugal.

Depois, Carlos Brito desfez sucintamente o longo «rosário» de ameaças que este decreto «fornece» às nacionalizações, ou, mais concretamente, as novas oportunidades de recuperação capitalista da economia portuguesa.

O texto agora submetido à votação final global manteve os dispositivos que reduzem drasticamente os sectores vedados à iniciativa privada em relação à situação até agora de facto existente; os que permitem a reinstalação do grande capital no estratégico e decisivo sector financeiro da economia nacional; os que consentem, sem garantias bastantes, a associação de empresas nacionalizadas com entidades estrangeiras e agrava, agora, sem nenhuma

justificação, esse regime, com a permissão de associações com o próprio capital nacional; os que abandonam a decisão discricionária de um Governo apostado na recuperação capitalista a decisão sobre situações das mais relevantes para a defesa das nacionalizações; os que estabelecem, em flagrante violação da Constituição, a possibilidade de entrega da gestão e exploração de cerca de 2/3 das empresas nacionalizadas ao capital privado, não representando garantia suficiente as normas, agora introduzidas, que tornem obrigatória a consulta aos trabalhadores e a decisão por decreto-lei.

Mais adiante, o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, depois de ter voltado a acusar o decreto da Assembleia de desrespeitar e violar a Constituição e de se poder transformar num instrumento de reinstalação do grande capital nos seus privilégios e poderes, e até de reconstituição dos grupos monopolistas, alertou a Assembleia da República e, através dela, todo o Povo português, para a grave orientação que se persiste em prosseguir.

Não sofre contestação que a política económica do Governo PS não representa o esforço resolutivo que se impõe para atacar os mais graves problemas que afectam a situação económica e financeira do País, designadamente a debilidade da produção nacional, os gigantescos défices das finanças públicas e da balança de pagamentos, nem os problemas que mais afligem as massas trabalhadoras e todo o Povo português, designadamente a subida vertiginosa e alarmante dos preços, a insuficiência de artigos de primeira necessidade e o desemprego crescente.

E a finalizar a declaração de voto, Carlos Brito salientou: A política económica do Governo, em aliança de facto com o PPD/PSD e o CDS, é cada vez mais claramente um empenhamento para fazer retroceder as transformações democráticas operadas na estrutura da sociedade portuguesa no decurso do processo da Revolução de Abril.

Os resultados dos ataques à Reforma Agrária, com a entrega de terras a latifundiários e seus agentes, que as deixam abandonadas, a devolução de empresas intervenções a patrões sabotadores que a seguir as mandam encerrar, a ofensiva que agora se prepara contra as nacionalizações, estão à vista de todos. A não ser prontamente corrigida, tal orientação representará: a baixa ainda mais acentuada da produção, o aumento do desemprego, o alargamento de todos os défices e de todas as carências e, com isto, perigos acrescentados para as liberdades e a democracia.

Acreditamos, porém, que o Povo português e todas as forças democráticas conscientes saberão dar-se conta destes perigos, saberão unir-se para travar esta corrida para o abismo, saberão entender-se numa plataforma que responda aos graves problemas que nos atingem de acordo com o projecto e a perspectiva da Constituição.

## Perguntas do PCP deixam Governo embaraçado

Vários membros do Governo estiveram anteontem na Assembleia da República para responderem a mais um lote de perguntas formuladas por deputados dos partidos de oposição. As perguntas dos deputados comunistas escolhidas para esta sessão incidiam sobre aspectos bastante preocupantes da actual realidade portuguesa e da actuação do Governo PS.

Este facto teve a virtude, pelo menos, de tornar o debate mais animado, se bem que algumas — ou a maioria — das respostas dadas pelos membros do Governo não tenham desvanecido, antes pelo contrário aumentaram, a preocupação de todos os que estão firmemente dispostos a defender a liberdade, a democracia e as conquistas de Abril.

Assim, e por exemplo, as respostas do ministro da Indústria e Tecnologia a duas perguntas do deputado Carlos Brito relativas à situação das empresas intervenções mostraram claramente que a actuação do Governo neste sector não é de molde a defender os interesses dos trabalhadores; pelo contrário, a concretizar-se, ou a prosseguir, essa actuação agravará substancialmente a situação de muitos milhares de trabalhadores, prejudicará a economia nacional e será um sério obstáculo à sua recuperação.

A sessão de anteontem teve ainda o condão de revelar alguns aspectos curiosos da ideologia e actividade do Governo e, por isso, também a sessão terá sido altamente proveitosa — ou pelo menos, esclarecedora.

O deputado do PCP Sousa Marques pôs o dedo na primeira «ferida» governamental. Quando da discussão do Programa do Governo, o Primeiro-Ministro afirmou preto no branco que o Governo não previa, nessa altura, a participação do capital privado em sectores nacionalizados. A pergunta que o deputado Sousa Marques formulou foi clara e embaraçou os ministros presentes — como conciliar tal afirmação com a posição assumida pelo Governo e pelo partido do Governo ao longo da discussão da recente proposta de lei sobre delimitação do sector privado. Pois a resposta que o ministro sem pasta, professor Campinos, achou por bem dar foi a de que o Primeiro-Ministro não é um autor do século passado que cite, isto é, uma opinião do Primeiro-Ministro não obriga necessariamente o Governo, que

funciona colegialmente...

Para evitar citar «autores do século passado», o deputado Carlos Brito socorreu-se de uma citação «elaborada colegialmente»: as grandes opções do Plano, que aponta soluções diversificadas para as empresas intervenções (cooperativas, nacionalização ou devolução ao sector privado — ouvindo os trabalhadores interessados).

Mas também aqui os resultados não foram melhores. Em primeiro lugar, o ministro «esqueceu» uma parte da pergunta do deputado do PCP relativa à forma como se estava a processar a audição dos trabalhadores interessados. Depois, após Carlos Brito ter manifestado a sua preocupação pelo facto de o ministro não se ter referido, uma única vez, a uma das soluções apontadas nas grandes opções do Plano, o eng.º Nobre da Costa respondeu que enquanto o deputado do PCP se preocupava com isso, ele, ministro, ficaria preocupado com o contrário — isto é, se houvesse mais nacionalizações...

Digamos que as respostas dos membros do Governo não foram felizes, apesar das palmas desproporcionadas com que algumas foram acolhidas pela bancada socialista e dos sorrisos propositalmente de satisfação que colheram nas bancadas da direita. Mas que apesar de tudo é grave que um ministro de um governo constitucional tenha o despudor de afirmar que os trabalhadores da Auto-Reconstrutora do Barreiro presentemente não têm problemas... porque se encontram de férias — lá isso é grave!

E para finalizar só faltava o ministro sem pasta «inventar» uma pretensa afirmação de um deputado comunista — que felizmente retirou a tempo — e o ministro Mota Pinto ter feito uma grave insinuação, que motivou um vigoroso protesto do deputado Carlos Brito, tudo isto, afinal, para demonstrar que as perguntas claras do PCP embaraçam o Governo.

CR recomenda  
legislação contra  
organizações fascistas

O Conselho da Revolução dirigiu à Assembleia da República uma sua resolução, tomada na reunião de 27 de Abril, na qual aquele órgão de soberania recomenda à Assembleia da República a tomada das medidas legislativas necessárias ao cumprimento do n.º 4 do artigo 46.º da Constituição, artigo esse que proíbe as organizações que perfilhem a ideologia fascista.

A resolução do Conselho da Revolução — que é assinada pelo seu Presidente, general Ramalho Eanes — anuncia igualmente para breve a emissão de um parecer da Comissão Constitucional do Conselho da Revolução sobre este assunto.

Santix, ARB e Mondorel:  
prossegue a ofensiva patronal

Os deputados comunistas Jorge Leite e Hermenegilda Pereira usaram da palavra no período de antes da ordem do dia das duas últimas sessões da passada semana, a fim de levarem à Assembleia da República as preocupações de centenas de trabalhadores da Auto-Reconstrutora do Barreiro, da Santix e da Mondorel.

Em virtude da exiguidade do espaço, não nos é possível dar, neste número, a estas intervenções, o destaque que lhe é devido.

De qualquer maneira e porque se trata de casos exemplares de ofensivas patronais, mas também de resistência dos trabalhadores em luta pelos seus direitos, no próximo número abordaremos estes casos.

SAI HOJE  
Avante! Militante

## BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NESTE NÚMERO: 1.º de Maio de 1977 • A Conferência Nacional do Partido realiza-se em 4 e 5 de Junho • Melhoramos o trabalho de organização • Ultrapassámos os 50 mil contos • Realizou-se o 1.º Congresso da UJC • Perguntas e Respostas: O que é o Trotskismo? • Assembleias das Organizações • «Revista Internacional». Importante reunião • Documentos: Resolução política do Comité Central do PCP (continuação) • Sobre o trabalho das Autarquias •

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**Propriedade**  
Partido Comunista Português  
Av. António Sérgio, 26-2.º D1\* — Lisboa 1 Tel. 769096/7

**Administração**  
Editorial Avante, SARL  
Av. Santos Dumont, 57-2.º D1\* — Lisboa 1 — 769705

**Direcção e Redacção**  
Av. Santos Dumont, 57-3.º D1\* — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

**Distribuição**  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL  
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel. 769744-769751  
Centro Distribuidor de Lisboa, Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705  
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938  
Casa da Venda, R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 28394  
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394  
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564  
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653  
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361  
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

**Assinaturas**  
CDL, Departamento de Venda Directa  
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787

**Publicidade**  
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787  
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto  
Composto e Impresso na Heeká Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
— Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Abril — 83 475

VISITE  
O STAND DO  
**Avante!**  
na  
FEIRA POPULAR  
de Lisboa

PUB.

Discursos Políticos  
de  
**ÁLVARO CUNHAL**

edições  
**Avante!**

CDL  
a Distribuição  
à venda nas livrarias

DIVULGA  
O  
**Avante!**  
NO TEU  
LOCAL  
DE  
TRABALHO

## Álvaro Cunhal em Alpiarça

# DEFENDIDO O REFORÇO DA UNIDADE

Integrada na Campanha dos 50 000 Contos, Alpiarça viveu no domingo passado a festa popular que ali se realizou. Mas, principalmente, viveu a vontade dos trabalhadores daquela região ao reafirmarem, como no passado, a determinação de lutarem por melhores condições de vida, pelo direito ao trabalho, pela sua dignidade de trabalhadores, sem sofrerem o vexame da exploração e da repressão quanto à qual, digamos, nunca se esqueceram.

Cada vez é mais forte a razão para fazer «sopa de pedra», pois esta, apesar da recuperação capitalista, ainda não falta. Mas não sucedeu assim em Alpiarça, durante o almoço servido na festa popular, e que qualquer um podia adquirir por módica quantia. Na sopa não faltava o feijão, a orelheira e mesmo a carne de porco. Pode-se dizer que o que faltava era a pedra...  
Fim do almoço realizou-se uma visita às Unidades Colectivas de Produção «Alfredo Lima», «Mouchão do Inglês», «Unidade», «Goucha e Atelea» e «Quinta de S. João». Motivo de convívio serviu igualmente para que os menos avisados vissem com os seus olhos o trabalho que ocorre naquelas terras e como é diferente o trabalho em Portugal quando são os trabalhadores a decidirem dos seus destinos.

### COMO OS CARACÓIS

Como outras, Alpiarça é terra de luta. E poucos foram os que não participaram no comício. Num recinto repleto de gente difícil foi o camarada Álvaro Cunhal atingir a tribuna, de tal forma a multidão o rodeou, ou para trocar uma palavra, ou para um abraço expressivo. Depois, já na tribuna, foi a invasão dos Pioneiros com os seus ramos de flores — numa manifestação espontânea e que se prolongou durante todo o comício.

Fernando Oliveira, membro da Comissão Distrital de Santarém do PCP, o primeiro orador do comício, começou por alertar para as manobras que a reacção e os esquerdistas estão a promover em Alpiarça. Começando por se referir à cumplicidade do Governo PS

e à grande ofensiva que os agrários estão a lançar acrescentou:

«Simultaneamente, e não é por acaso, grupos de esquerdistas, pseudo-revolucionários e provocatórios desencadeiam manobras demagógicas e oportunistas para ludibriar, confundir e dividir os trabalhadores.»

«São como o caracol. Só aparecem e onde os trabalhadores mantêm o sol a brilhar. Não os vemos noutras regiões onde há nuvens muito carregadas. Uns e outros visam na prática alcançar os mesmos objectivos: enfraquecer os trabalhadores, as suas organizações e o seu partido de classe, o Partido Comunista Português.»

«E, no prosseguimento da sua intervenção, viria a salientar: Não podemos aceitar que as lutas fiquem reduzidas àqueles que sejam mais directamente atingidos pela ofensiva dos latifundiários.»

«Nenhuma luta deve ficar isolada. A solidariedade entre todos os trabalhadores e a unidade é condição fundamental para alcançar a vitória.»

A solução dos problemas económicos e a participação dos trabalhadores para debelarem a crise foi o tema da intervenção do camarada Vitor Fernandes, membro da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo, que aludiu, particularmente, à Conferência Económica promovida pelo PCP, destacando todo o trabalho preparatório que se tem vindo a processar na região.

### «SÓ O PCP PODERIA»

Gritos de «vitória, vitória» saudaram as palavras do camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central e da Organização Regional do Oeste e Ribatejo, quando recordou ter sido Alpiarça a primeira organização a atingir a primeira quota parte que lhe fora atribuída para a Campanha dos 50 000

Contos. Ainda sobre a Campanha de Fundos o camarada Carlos Pinhão diria:

«Pode já dizer-se que esta campanha, cujo encerramento foi marcado para o dia 29 do corrente mês, constituirá um êxito sem precedentes. De facto, num momento em que a situação económica e financeira se agudiza, num momento em que, mercê do congelamento da contratação colectiva e do vertiginoso aumento do custo de vida os salários reais dos trabalhadores têm vindo a diminuir vertiginosamente, somente um partido prestigiado e amplamente implantado nas massas trabalhadoras e populares, somente um partido respeitado, somente o Partido Comunista Português poderia, num curto espaço de quatro meses, recolher uma tão elevada importância.»

«Ao finalizar, o camarada Carlos Pinhão fez notar que para esta vitória não foram apenas os comunistas os obores, pois muitos foram os socialistas e os democratas sem partido que nela participaram, em muitos casos mesmo o antes que tivessem sido abordados para o efeito.»

«O camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutra local, encorrou o comício. E não raro as suas afirmações foram alvo de grandes manifestações de apoio por parte dos que o escutavam. No final um grupo de trabalhadores e trabalhadoras ofereceu ao secretário-geral do PCP vários objectos entre os quais um quadro bordado à mão e que registava ter Alpiarça sido a primeira a atingir a meta que lhe cabia na Campanha e ainda uma foice e um martelo para os quais foram utilizados as formas naturais de dois troncos.»

«A festa popular prosseguiu à noite com uma sessão de canto livre em que participaram Adriano Correia de Oliveira e os grupos «Manifesto» e «Unidade na Acção», bem como o grupo «25 de Abril», de Paço de Arcos, que ao passar por Alpiarça, fez questão de dar também a sua contribuição.»



No final a saudação veemente ao Partido dos trabalhadores

## 2.ª Assembleia em Sesimbra

### OS PROBLEMAS DO CONCELHO

Os princípios democráticos leninistas que orientam as Assembleias; o seu nível de organização e político, dignificam o nosso Partido e os seus militantes. São estes importantes êxitos na vida do Partido que confirmam a sua grande força, como Partido de vanguarda da classe operária e como Partido das massas e dos trabalhadores — o único capaz de levar a Revolução até ao fim — salientou a camarada Sofia Ferreira, em nome da Direcção da Organização Regional de Setúbal, durante o decorrer dos trabalhos da 2.ª Assembleia de Organização do Concelho de Sesimbra.

«Durante as diversas intervenções sobre os mais variados sectores socio-económicos do Concelho, atónica de base foi, dentro de um espírito de crítica e autocritica, o encontrar um verdadeiro caminho futuro que vise um maior apoio por parte dos comunistas aos problemas mais prementes que afligem as populações deste Concelho.»

«Foi aprovado por unanimidade o Relatório da Actividade da Comissão Concelhia e o do Sector de Informação e Propaganda. Por maioria, a intervenção sobre Fundos do Partido.»

«Foi aprovado, antes da intervenção do camarada Jaime Serra que salientou a importância destas Assembleias imagem da democracia interna do Partido e a situação política, a proposta da nova Comissão Concelhia, que ficou constituída por oito camaradas, quatro operários, um empregado, um técnico e um estudante.»

## 1.ª ASSEMBLEIA DA CÉLULA TEATRAL

Muitas das mais destacadas figuras do meio teatral português participaram, na passada segunda-feira, no Centro de Trabalho Vitória, na 1.ª Assembleia da Célula Teatral da DORL do PCP.

«Presentes na sala dezenas de actores, encenadores, técnicos e outros trabalhadores ligados à actividade teatral que, pela tarde inteira foram abordando, através da sua óptica de artistas comunistas, os mais variados problemas com que se debate a actividade teatral no nosso País.»

«Presidiu aos trabalhos uma mesa na qual tomaram lugar os membros do Secretariado da célula e, como convidados, um camarada representante da célula dos trabalhadores do teatro da Direcção da Organização Regional do Alentejo, que foi portador de uma saudação, além dos camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC, e Carlos Abolim Inglês, membro do Comité Central do nosso Partido.»

«A assembleia iniciou-se com a leitura de um vasto e valioso Relatório das actividades da célula. Relatório esse apoiado em inúmeros textos de consulta.»

«Posto à discussão, foi durante esta que se abordaram algumas das questões mais prementes da actividade teatral do nosso país, facto que atesta bem, não só a capacidade

criadora dos artistas comunistas, bem como a sua profunda ligação aos anseios e interesses do nosso povo.»

«O Relatório versou temas tão importantes como o teatro antes do 25 de Abril (no qual se analisou a política do Governo fascista contra a cultura e o teatro, a situação sindical, o monopólio das salas, mas também os momentos de resistência), o teatro depois do 25 de Abril (nomeadamente as actividades do teatro comercial, das cooperativas e grupos independentes, o Conservatório, a dramaturgia, a crítica, as variedades e o circo), a actuação dos trabalhadores de espectáculos nas novas condições da vida portuguesa (focando aqui a sua luta pela dignificação da profissão e por melhores condições de vida), a actividade da célula de teatro da DORL e dos seus militantes depois do 25 de Abril e, finalmente, as perspectivas de actuação futura.»

«Devido à extensão dos debates em debate e dado o adiantado da hora, a Assembleia foi interrompida, para prosseguir no mesmo local na próxima segunda-feira.»



O trabalho da classe operária no espírito criador que presidiu à decoração da sala

## Santa Iria de Azóia

# DISCUTIR E CRITICAR PARA MELHORAR O TRABALHO

«Santa Iria de Azóia encontra-se situada numa zona predominantemente industrial, existindo na freguesia um grande número de empresas, algumas de dimensão nacional, e que abrangem os mais variados ramos de actividade, qual deles o mais importante para a economia do país». — Esta introdução antecederia um dos temas — «Comissões de Trabalhadores» — abordado no decorrer da leitura do Relatório de Actividades que preencheu a primeira parte da 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Santa Iria de Azóia, que no último sábado se realizou.

«Mas muitos outros seriam os assuntos em análise no decorrer da reunião e na qual estiveram presentes mais de uma centena de delegados e algumas dezenas de convidados.»

«Como não podia deixar de ser a quase totalidade do Relatório debrucou-se sobre problemas locais, apresentados de uma maneira viva e polémica que por isso mesmo suscitaram debate.»

«Este relatório que irá ser apresentado poderá ser melhorado e enriquecido com a participação dos camaradas delegados. Discutamo-lo, critique-mo-lo sempre com a ideia de que no Partido se discute e critica para ajudar a melhorar o trabalho, para que o próximo seja melhor.»

«Foi o que sucedeu na Assembleia da Freguesia de Santa Iria de Azóia e por certo se irá prolongar nos diversos organismos e células que a integram, para que na próxima Assembleia não mais seja necessário preocupações com estes aspectos e outros passos sejam possíveis.»

«Denotando uma grande participação a Assembleia dedicou-se durante quase todo o dia aos trabalhos que, previamente, tinham sido aprovados, com um intervalo

para a refeição do almoço, e finalizando com a eleição da nova Comissão de Freguesia que após a sua apresentação, se dirigiu aos presentes através de um dos seus

membros. A Assembleia encorreu com a intervenção do camarada Marília Moraes Cabral, membro do Comité Central do PCP que assistiu a todos os trabalhos.»



Grande participação e trabalho produtivo na 1.ª Assembleia do Organismo dos Seguros do PCP

## Assembleia dos Seguros RECRUTAR, ORGANIZAR

«Com a participação de cerca de cento e cinquenta delegados realizou-se no passado domingo, no Teatro Vasco Santana, a 1.ª Assembleia da Organização dos Trabalhadores de Seguros de Lisboa do PCP. Aos trabalhos assistiram ainda, como convidados, diversos democratas, incluindo trabalhadores socialistas.»

«A Assembleia aprovou, por unanimidade, o relatório da actividade apresentado pela direcção cessante e fruto de um trabalho colectivo dos militantes do sector que em várias e prolongadas reuniões o discutiram e enriqueceram.»

«Ao longo de quase duas dezenas de intervenções, os camaradas dos Seguros abordaram os principais aspectos focados no relatório, salientando a necessidade de reforçar a organização; de aumentar o recrutamento (autocriticando-se muito seriamente por não terem encontrado as formas que permitissem a sua concretização numa forma organizada); sublinhando a importância do trabalho unitário, nomeadamente na frente sindical.»

«E o relatório salienta, a propósito: o processo impõe

## SÉRGIO VILARIGUES EM LAMEGO

O camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido esteve em Lamego no passado dia 15, por ocasião de uma jornada de confraternização que reuniu mais de 300 pessoas. Integrada na Campanha Nacional de Fundos, a jornada viria a recolher 50 contos.»

«O nosso camarada referiu-se, durante a intervenção política que proferiu, à Campanha, salientando que, além do grande trabalho político e de organização realizado, é justo salientar a compreensão e espírito de sacrifício de milhares e milhares de comunistas e de simples trabalhadores que ofereceram ao Partido muito do que lhes fazia falta em casa.»

«Mais tarde o camarada Sérgio Vilarigues, passou a falar sobre a situação política actual, tendo começado por lembrar que o ano que decorre é o do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.»

«Desde então — referiu — os inimigos da liberdade e da democracia, os inimigos da libertação dos trabalhadores do jugo da opressão e da exploração capitalista, os inimigos da libertação de povos e nações do jugo da opressão colonial e imperialista não cessam de arvorar a bandeira do anticomunismo, não recuando ante a mentira, a calúnia e o crime.»

«E, depois de salientar que os esforços dos capitalistas na sua luta contra os interesses das massas trabalhadoras atacam principalmente os comunistas, sendo tal compreensível dado

o seu papel de vanguarda, o camarada passou a referir-se particularmente ao caso português.»

«Sérgio Vilarigues, seguidamente falou da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista seguida pelo Governo PS em aliança de facto com o PPD e o CDS, em oposição à Constituição. Referiu-se à repressão exercida sobre os trabalhadores, em nome de uma lei que o Governo não respeita.»

«Depois o camarada fez referências aos esforços do PS e do seu Governo para procurar isolar o PCP e dividir o Movimento Sindical, esforços que não tiveram sucesso, como disso foi prova cabal as acções de massa realizadas em 25 de Abril e 1.º de Maio.»

«Mais adiante, salientou: Nós comunistas, dizemos que não se podem defender os interesses dos trabalhadores e do país, com uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. O contrário é que se está a verificar, a cada dia que passa.»

«Não confiando nos trabalhadores e no povo e não contando com eles para reconstruir o país, o Governo PS desliza cada vez mais assustadoramente para a direita, entra em colúlio com os partidos reacçãoários.»

«Não contando com os recursos nacionais, a capacidade de iniciativa e habilidade dos nossos técnicos, mendiga, é o termo, junto dos piores inimigos da nossa revolução, empréstimos que trazem no seu bojo exigências que comprometem seriamente a independência do

país.»

«Após os trabalhos, que finalizaram com a intervenção do camarada Abílio Martins, suplente do CC, realizou-se um alegre convívio animado pelos próprios participantes.»

## ALMADA

### REUNI-SE O PLENÁRIO DA COMISSÃO CONCELHIA

Vários assuntos foram abordados no decorrer da reunião plenária da Comissão Concelhia de Almada do PCP, nomeadamente o seu funcionamento, a situação no concelho, as escalas de permanência no Centro de Trabalho, a participação na Comissão Pró-Centro, a Festa da Amizade e a realização da Conferência Económica.

«Das conclusões finais sublinhamos a decisão da comissão concelhia passar a reunir plenariamente de seis em seis semanas.»

«Por seu turno, no que diz respeito às permanências no Centro foi apresentado um calendário de permanências, o qual foi aprovado. Com esta iniciativa visa-se assegurar uma presença política dos membros da Comissão Concelhia para os problemas do concelho e ainda dar a conhecer a toda a organização os elementos da CC, pelo que todos os camaradas daquele organismo participaram nas escalas.»

«Relativamente à «Festa da Amizade», a realizar nos próximos dias 27, 28 e 29 de Maio, no Barracão da Romeira, foram indicadas as soluções encontradas para o acompanhamento tendo em vista a montagem da feira, e a Comissão Executiva ficará directamente responsável pelo acompanhamento diário no apoio à Comissão Coordenadora da Festa, a qual se integra na Campanha de Fundos, como aliás já foi anunciado.»

«A participação da organização do concelho na Conferência Económica foi motivo de informação, seguindo-se a aprovação da lista dos delegados que representarão o concelho de Almada à Conferência.»

«Entretanto, no final da reunião plenária, a Comissão Concelhia de Almada tornou público um

## ALMADA

### REUNI-SE O PLENÁRIO DA COMISSÃO CONCELHIA

«O êxito que a Campanha de Fundos está a ter, não só no concelho (onde já atingiu 1 000 contos) mas a nível nacional é outro dos pontos abordados na nota, a qual esclarece que «o apoio e carinho que os trabalhadores têm dado à campanha é a prova bem evidente da grande influência que o PCP tem no concelho de Almada e de que os trabalhadores apoiam o seu partido de classe e de que estão dispostos a todos os sacrifícios para defenderem a Revolução.»

«Por último, a nota da Comissão Concelhia refere a importância da Conferência Económica, salientando — que nesta tarefa, tal como noutras definidas pelo Partido, os militantes comunistas, a classe operária e o povo trabalhador do concelho saberão corresponder com todo o entusiasmo e apontarão as medidas correctas para a saída da crise.»

## ALMADA

### REUNI-SE O PLENÁRIO DA COMISSÃO CONCELHIA

«O êxito que a Campanha de Fundos está a ter, não só no concelho (onde já atingiu 1 000 contos) mas a nível nacional é outro dos pontos abordados na nota, a qual esclarece que «o apoio e carinho que os trabalhadores têm dado à campanha é a prova bem evidente da grande influência que o PCP tem no concelho de Almada e de que os trabalhadores apoiam o seu partido de classe e de que estão dispostos a todos os sacrifícios para defenderem a Revolução.»

«Por último, a nota da Comissão Concelhia refere a importância da Conferência Económica, salientando — que nesta tarefa, tal como noutras definidas pelo Partido, os militantes comunistas, a classe operária e o povo trabalhador do concelho saberão corresponder com todo o entusiasmo e apontarão as medidas correctas para a saída da crise.»

## ALMADA

### REUNI-SE O PLENÁRIO DA COMISSÃO CONCELHIA

«O êxito que a Campanha de Fundos está a ter, não só no concelho (onde já atingiu 1 000 contos) mas a nível nacional é outro dos pontos abordados na nota, a qual esclarece que «o apoio e carinho que os trabalhadores têm dado à campanha é a prova bem evidente da grande influência que o PCP tem no concelho de Almada e de que os trabalhadores apoiam o seu partido de classe e de que estão dispostos a todos os sacrifícios para defenderem a Revolução.»

«Por último, a nota da Comissão Concelhia refere a importância da Conferência Económica, salientando — que nesta tarefa, tal como noutras definidas pelo Partido, os militantes comunistas, a classe operária e o povo trabalhador do concelho saberão corresponder com todo o entusiasmo e apontarão as medidas correctas para a saída da crise.»



No uso da palavra o camarada Manuel Pedro, do Comité Central

## Assembleia de Freguesia de Moscavide FORÇA DO PARTIDO CONSOLIDADA!

«A Comissão de Freguesia de Moscavide do PCP realizou no passado sábado a 1.ª Assembleia da Organização, em que participaram sessenta e sete delegados e cerca de oitenta convidados, entre os quais delegações da UJC; MDP/CDE; Associação Portugal/URSS; FEPU e outros democratas. Presentes ainda os camaradas Manuel Pedro, do Comité Central e Manuel Judas, da DORL, bem como representantes da Comissão Concelhia de Loures.»

«Os trabalhos iniciaram-se com a leitura e debate do relatório apresentado pela Comissão de Freguesia cessante, que viria a ser aprovado por unanimidade e aclamação.»

«O relatório aprovado apresenta um breve resumo da actividade desenvolvida pela organização após o derrube do fascismo e aponta algumas das principais falhas do trabalho realizado. Considera, por exemplo, ser necessária uma maior consciencialização dos militantes e quadros em relação às deficiências e carências da organização; melhorar o enquadramento dos camaradas em actividades que, de acordo com as suas características e disponibilidades, melhor possam ajudar o Partido; combater o sectarismo dentro da própria organização e sobretudo em relação a outros trabalhadores; proceder a um trabalho de recrutamento que permita a breve prazo resolver alguns problemas de quadros.»

«O relatório aborda ainda questões relacionadas com os diversos sectores de actividade, tal como o trabalho desenvolvido junto das organizações populares, autarquias, colectividões, pequenas empresas e comércio, agitação e propaganda. Num ponto específico dedicado ao «Avante!» o documento salienta

a necessidade de uma discussão mais cuidada e consequente do nosso Órgão Central nas organizações e também o melhoramento da colaboração que estas lhe podem dar, nomeadamente em notícias, informações, de modo a que os trabalhadores sintam cada vez mais o «Avante!» como o seu órgão.»

«Durante os trabalhos foram ainda aprovadas diversas moções, salientando-se uma de apoio à direcção do Partido por ter decidido abrir o debate entre os trabalhadores a fim de apresentar soluções para a crise económica (próxima Conferência Nacional).»

«Os delegados presentes elegeram depois, também por unanimidade e aclamação a nova Comissão de Freguesia, que ficou composta por oito camaradas.»

«Os trabalhos encerraram com a análise da situação política feita pelo camarada Manuel Pedro.»

«À noite cerca de duzentas pessoas participaram num animado convívio, com a projecção de três filmes — Congresso de Todos os Sindicatos; Congresso do PCP e a Coragem de um Povo —, a que se seguiu o leilão de alguns objectos para a Campanha dos 50 mil contos.»

## OGMA MELHORAR A ACTIVIDADE

«No Centro de Trabalho de Alhandra realizou-se no sábado a Assembleia da Célula das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, de Alverca, com a participação de mais de 50 delegados e a que assistiram cerca de 30 convidados das organizações do PCP da região. Assistiram os camaradas Dias Lourenço, da Comissão Política, José Pedro Soares e Armando de Moraes, membros do Comité Central e antigos operários da OGMA. Foi eleito o novo Secretariado da Célula com 13 camaradas.»

«O relatório do Secretariado cessante, depois de um esboço histórico das OGMA e da organização do PCP na empresa fez o balanço do trabalho dos comunistas, da sua participação na Comissão de Trabalhadores, na actividade sindical, na Informação e Propaganda, na recolha de fundos para o Partido, especialmente na Campanha dos 50 mil contos, e por último na luta contra o «esquerdismo». Foram analisadas as experiências positivas e também as falhas e deficiências com elevado sentido crítico e autocritico.»

«A célula das OGMA teve as suas primeiras actividades em 1931, muitos dos seus comunistas passaram pelas prisões fascistas, um passado de luta está nas tradições dos operários e da organização comunista da empresa. Jovens quadros dão actualmente continuidade ao trabalho dos anos duros do fascismo, decisões foram tomadas para o reforço da organização partidária e para o fortalecimento das suas ligações com os trabalhadores.»

«A votação do relatório e a eleição do secretariado da célula recolheram a unanimidade dos delegados, depois de viva discussão.»

«Numerosas saudações de organizações do concelho foram lidas e aclamadas por todos os presentes. A Assembleia da Célula das OGMA destina-se a exercer uma influência decisiva no melhoramento geral da actividade dos comunistas na empresa.»

# DISCURSO DE ALVARO CUNHAL

## Alerta solene

Nós temos confiança no futuro e na vitória final. Mas é necessário ter também uma ideia exacta das dificuldades e dos perigos da hora actual e daqueles que nos esperam nos tempos mais próximos.

Foi por isso que o nosso Partido resolveu, 3.ª feira passada, dia 10, numa conferência de imprensa realizada em Lisboa, alertar o Povo português e todos os democratas para as graves ameaças que se estão a avolumar contra o regime democrático em virtude da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo actual, em aliança de facto com o PPD e o CDS.

Os dirigentes do PS mostram-se muito irritados quando chamamos à sua política uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Dizem que isto não é verdade, que continuam a defender as nacionalizações, a Reforma Agrária e a independência do País.

E nós perguntamos, camaradas.

Quando o Governo congela a contratação colectiva e faz aumentar vertiginosamente os preços, diminuindo radicalmente o poder de compra dos trabalhadores para aumentar os lucros dos capitalistas e lhes destinar milhões de contos; quando o Governo entrega pela força aos antigos patrões empresas que estes defraudaram, roubaram, sabotaram e conduziram à beira da ruína e da falência e que os trabalhadores, com o seu esforço e os seus sacrifícios, mantiveram em laboração; e quando o Governo, por acordo com o PPD e o CDS, faz aprovar na Assembleia da República, contra os votos dos comunistas uma lei que, violando a Constituição abre o caminho para a entrega ao grande capital dos sectores nacionalizados — que é isto senão recuperação capitalista?

Quando o Governo, com o apoio de imponentes forças militarizadas, entrega arbitrariamente aos antigos proprietários terras que foram legitimamente expropriadas, terras das UCPs e dos Cooperativas, — que é isto senão recuperação pelos agrários de terras abrangidas pela Reforma Agrária e o caminho para a restauração dos

latifúndios que condenam os trabalhadores ao desemprego e à miséria?

E quando o Governo, a correr atrás de empréstimos e incapaz de definir e aplicar uma política económica que faça sair Portugal das dificuldades actuais, se submete à chantagem e às pressões dos grandes países capitalistas e quando abre de novo sectores básicos da economia portuguesa às multinacionais e aceita as suas exigências — que é isto senão recuperação pelo imperialismo de posições que havia perdido depois do 25 de Abril?

Esta política do Governo PS em aliança de facto com o PPD e o CDS atinge gravemente os interesses dos trabalhadores, visa destruir as grandes conquistas da revolução (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário), ameaça as liberdades e a democracia e tende a tornar de novo Portugal dependente do imperialismo estrangeiro.

Isto não são palavras de propaganda, camaradas. É verdade e só a verdade e quase não é preciso que nós a digamos. O Povo português está a aprendê-la a cada dia pela sua própria experiência.

O Governo insiste em dizer que a sua política é para a recuperação económica do País.

Isso é falso. A política de recuperação capitalista contraria, prejudica e impede de facto a recuperação económica e está já causando profundos estragos à economia nacional.

Terras que tinham sido expropriadas e cultivadas pelos trabalhadores, foram restituídas aos agrários. E agora? Agora muitas delas estão de novo abandonadas, não é permitido às UCPs e às Cooperativas, colherem o que semearam, os trabalhadores são brutalmente agredidos se tentam fazê-lo e o desemprego aumenta dia a dia.

Fábricas e empresas que tinham sido sabotadas e arruinadas, que os trabalhadores mantiveram em

laboração e salvaram da falência, são cada dia restituídas aos antigos patrões — a Auto-Reconstrutora, a Tomé Feteira, a Guérin, o Pão de Açúcar, e tantas outras. E qual o resultado? O resultado são despedimentos, perseguições, conflitos graves, intervenções de formas repressivas, perturbando profundamente o processo produtivo e provocando em alguns casos a paralisação das empresas.

É isto recuperação económica? Não, camaradas. Isto é recuperação capitalista mas nada tem a ver com recuperação económica.

Pelo contrário: a recuperação capitalista conduz ao agravamento das dificuldades económicas que o País atravessa ao aprofundamento da crise e a um possível colapso financeiro.

O Governo PS, em aliança de facto com o PPD e o CDS, sacrifica assim os interesses da economia nacional aos interesses ilegítimos dos grandes capitalistas e dos grandes agrários.

E eu pergunto, camaradas. Pergunto aos trabalhadores socialistas e aqueles que votaram no PS. Foi para isto que votaram no PS?

Não vos prometeram os dirigentes do PS defender as conquistas da Revolução? Não diziam eles que o PCP mentia ao prevenir que a formação de um Governo do PS sozinho seria um Governo com o apoio do PPD e do CDS, que congelaria salários, aumentaria os preços, desencadenaria uma ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações?

Quem falava verdade? Os factos mostram que o PCP falava verdade, que as previsões e prevenções do PCP eram completamente justas e que os dirigentes do PS enganaram os trabalhadores, enganaram o povo para conseguirem os seus votos.

Hoje também, quando o PCP faz o alerta solene acerca dos perigos da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, fala verdade, inteiramente verdade, e os factos comprovam dia a dia que assim é.

Aqueles que ainda não querem ver, os factos mostrarão que a política do Governo PS, contrariando abertamente a Constituição, visa a destruição das conquistas da Revolução, visa a reconstrução do grande capital sobre a economia portuguesa, abre o caminho à restauração do poder económico e político do capitalismo monopolista e ao enfundamento de Portugal ao imperialismo.

Essa política, porque encontra a oposição e a resistência dos trabalhadores e a da população em geral, está sendo aplicada com medidas de carácter repressivo, é acompanhada de projectos de lei para limitar os direitos e as liberdades e constitui uma ameaça real para a vida democrática, para o regime democrático consagrado na Constituição.

Por isso crescem as dificuldades, as contradições, as divergências, os conflitos dentro do próprio PS, onde um grande número de socialistas se indigna com a aliança à direita e com a política antioperária e antipopular do Governo.

Por isso cresce a indignação dos trabalhadores contra uma política animada pelo ódio a quem trabalha e pela vontade de servir os grandes capitalistas e agrários.

Por isso alarga-se dia a dia o campo daqueles que se opõem a uma tal política e defendem a necessidade de uma alternativa democrática que dê solução aos graves problemas nacionais.

Os factos demonstrarão dentro de um prazo relativamente curto à esmagadora maioria dos portugueses que a política de recuperação capitalista não serve o Povo nem o País, e que a alternativa para a política actual não é um governo abertamente reaccionário, não é um governo com o PPD e o CDS, mas um governo que traduza a larga aliança das forças sociais e políticas interessadas no processo democrático, na qual têm papel indispensável a desempenhar os trabalhadores e o seu partido — o Partido Comunista Português.

## Recuperação económica com os trabalhadores

Os trabalhadores estão profundamente interessados na recuperação económica, na solução dos problemas económicos e financeiros do País, no desenvolvimento da produção agrícola e industrial, base indispensável para o melhoramento contínuo das condições de vida do Povo.

Mas para alcançar a recuperação económica é indispensável não destruir as conquistas da Revolução, mas ao contrário, consolidá-las e prosseguir-las.

A Reforma Agrária e o controlo e gestão dos trabalhadores de numerosas empresas conseguiram resultados magníficos na produção agrícola e industrial, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e na segurança do emprego.

E agora? Como resultado da política de recuperação capitalista e da ofensiva contra a Reforma Agrária cresce

o desemprego por toda a parte.

Os antigos patrões que retomam as fábricas desintervencionadas e os antigos proprietários que retomam as terras uma das primeiras coisas que fazem é atirar trabalhadores para o desemprego.

A luta contra o desemprego exige, não só que seja posto termo à recuperação capitalista e à ofensiva contra a Reforma Agrária, como que seja garantida a continuação da Reforma Agrária e do controlo operário nas empresas.

Todos sabemos que não são os agrários nem os capitalistas que resolverão o problema do desemprego.

É ou não verdade, camaradas que, aqui no concelho, as casas Jacinto Falcão, Barreira e Passos Canavaro estão a fazer despedimentos?

É ou não verdade que este ano agrícola os agrários deram emprego a muito menos trabalhadores que no ano

passado?

Pois bem, camaradas.

A solução seria bem fácil, se, em vez de querer destruir a Reforma Agrária, o Governo cumprisse a lei e entregasse aos trabalhadores os 4500 ha abrangidos pela expropriação, que hoje pertencem ainda às Casas Barreira, Canavaro, Albano Paciência, Hermínio Paciência e Vale da Lama da Atela.

É o prosseguimento da Reforma Agrária e não a sua criminosa destruição que podem permitir resolver os problemas nacionais.

Para o bem do nosso Povo, para o bem da economia nacional, para que seja possível a recuperação económica, para que a economia nacional e a democracia não caminhem para um desastre, é necessário que, antes que seja tarde, sejam suspensas as restituições de terras aos agrários e de empresas aos antigos patrões

sabotadores, e que as forças sociais e políticas interessadas na continuação da democracia examinem a possibilidade de uma plataforma para a solução dos graves problemas económicos, financeiros, sociais e políticos em que Portugal se encontra mergulhado.

Como temos insistido, o PCP, consciente da sua responsabilidade na política nacional, está sempre pronto a examinar em conjunto com outras forças e sectores democráticos e com os órgãos do Poder todos os problemas nacionais com vistas a encontrar as soluções adequadas.

A recuperação económica pode alcançar-se não contra os trabalhadores, contra os seus sindicatos e contra o Partido, mas com os trabalhadores, com as suas organizações de classe, com o Partido Comunista Português.

## Luta no quadro do regime

Ante a difícil situação actual, muitos perguntam: Como podemos fazer parar a ofensiva da reacção e do Governo PS contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária e contra as outras conquistas da Revolução?

Procurando pescar nas águas sombrias do desespero, aparecem por aí pessoas a incitar a acções violentas, à "guerrilha", ao que alguns chamam o "terrorismo revolucionário".

Em tais actividades nunca se sabe onde terminam os aventureiros e onde começam os provocadores.

Chamamos uma vez mais a atenção para a necessidade de se estar extremamente vigilante para com tais actividades provocatórias que procuram arrastar pessoas que se deixam tomar pelo desespero e que podem dar pretexto a novo e mais perigoso avanço da reacção.

O justo caminho da luta é no quadro das instituições democráticas e das liberdades e direitos consagrados na Constituição.

É a reacção que quer revogar a Constituição. É a reacção que conspira e que desenvolve actividades terroristas de que é novo exemplo o atentado à bomba ao

Centro de Trabalho do Partido na Horta, nos Açores, reaberto há poucos dias. É a reacção que impede, em vastas zonas do território nacional, o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos. E é a política do Governo PS, aliado ao PPD e ao CDS, que de forma crescente viola preceitos constitucionais.

Pela sua parte, os trabalhadores, que em toda a sua acção respeitam a Constituição, têm autoridade para exigir que todos a respeitem, a começar pelo Governo e a Assembleia da República.

O nosso Partido continua a exigir que o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos seja assegurado em todo o território.

E ao mesmo tempo somos e temos que ser sempre os primeiros a dar o exemplo, não caindo nas provocações que procuram alguns fazer ao nosso Partido para depois fazerem campanhas dizendo que os comunistas onde têm força impedem o exercício das liberdades.

No quadro do regime democrático, o caminho para fazer parar a ofensiva da reacção, fazer modificar a política de recuperação do Governo PS e defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução,

é o estabelecimento de uma indestrutível unidade dos trabalhadores, o reforço dos sindicatos e outras organizações de classe, o reforço cada vez maior do Partido, a acção das massas populares, o esforço para a criação dum cada vez mais amplo movimento em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, a insistência constante junto dos órgãos do poder contra as decisões arbitrárias do governo, a luta para que seja posto fim à actual política de recuperação capitalista e sejam criadas as condições para a formação dum governo com uma política realmente democrática.

É tempo de o PS abrir os olhos e ver o desastre para o qual o conduz e conduz a democracia portuguesa a política de recuperação capitalista, em aliança com o PPD e o CDS.

O divórcio crescente entre o Governo e o povo ficou bem patente no dia 1.º de Maio.

Na mesma altura em que os dirigentes do PS, longe dos trabalhadores, longe da vida, como conspiradores, se metiam numa casa a aprovar um plano para dividir os trabalhadores e o movimento sindical, mais de um milhão

de trabalhadores, em manifestações que se contam entre as maiores de sempre, expressavam a sua unidade, a sua confiança na CGTP-Intersindical, a sua determinação de defender os seus interesses vitais, as conquistas da Revolução, a democracia.

O governo admira-se da amplitude das paralisações e greves operárias, admira-se das greves dos estudantes e fecha escolas e Universidades como nos velhos tempos, mas é tempo de tomar consciência da indignação que lava e que cresce, é tempo de ver que a verdadeira responsabilidade por essas acções está na sua própria política.

Se os trabalhadores não tivessem em conta, como têm, os interesses da economia nacional, as actividades económicas do país correriam o risco de paralisar completamente com greves e protestos contra uma política dirigida violentamente contra os trabalhadores, contra as conquistas democráticas contra o próprio regime democrático.

Proseguindo esta sua política é inevitável o aumento das tensões e conflitos sociais e há que dizer que o governo será por eles inteiramente responsável.

## A unidade dos trabalhadores

Inseparável na organização de classe, a unidade é a mais forte arma dos trabalhadores.

É por isso que não só a reacção, mas o Governo PS e dirigentes do PS, que querem de novo entregar Portugal aos capitalistas e agrários, declaram guerra aos sindicatos, caluniam, intrigam e manobram para criar conflitos entre os trabalhadores, procuram impedir com um feroz anticomunismo, com perseguições e expulsões dentro do seu próprio partido, que os trabalhadores do PS ou aqueles que votaram no PS se unam aos outros trabalhadores, se unam aos comunistas, se unam nos sindicatos, para defesa dos seus interesses vitais, para defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

A todos e particularmente aos trabalhadores socialistas, nós dizemos: vede e comparai.

Nós organizamos um comício do PCP e o que dizemos?

Dizemos, o que dizemos todos os dias na nossa acção: que é necessário que se unam todos os trabalhadores, que se unam todos os democratas.

Dizemos aos nossos camaradas, aos comunistas, que procurem entender-se com os socialistas e com todos os outros democratas.

E os dirigentes do PS, quando realizam um comício, o que dizem? O que vêm dizer ao Ribatejo? O que vêm dizer a Alpiarça?

Vêm porventura dizer que é necessário que os trabalhadores e os democratas se unam contra a reacção, contra os agrários, contra os capitalistas?

Não, camaradas, sabeis bem que vêm para atacar o PCP e os sindicatos, para provocar e ameaçar os comunistas, para criar incidentes, e depois fazer campanhas, para voltarem contra os comunistas os membros do PS e os eleitores que votaram no PS. Vêm, no fim de contas para cavar divisões e conflitos entre os trabalhadores.

Tudo devemos fazer para impedir que estes planos de divisão sejam bem sucedidos.

Tudo devemos fazer para reforçar a unidade dos trabalhadores.

Não devemos deixar que as dificuldades sejam terreno para se semear desconfianças e conflitos entre os trabalhadores.

Temos que vencer manifestações que ainda existem de barrismo e de rivalidades entre os trabalhadores de vilas e terras diferentes.

Temos que vencer o sectarismo de alguns camaradas nossos que por vezes não compreendem que todos os trabalhadores, mesmo que alguns não estejam esclarecidos, são irmãos de classe, têm os mesmos interesses, as mesmas aspirações e os mesmos objectivos e que a nossa tarefa não é hostilizá-los e cavar um fosso definitivo a separar-nos, mas dialogar com eles, convence-los da justiça da nossa política e chamá-los à unidade com os comunistas.

Temos de ser capazes de manter um entendimento, uma vontade comum, uma decisão comum, nas fábricas e nos campos, nas UCPs, nas cooperativas.

Na quinta de S. João, na Goux e Atela, em todas as UCPs a unidade dos trabalhadores é uma condição indispensável para vencer as dificuldades, para fazer frente com sucesso à ofensiva da reacção e do Governo contra a Reforma Agrária.

Nas UCPs já não há patrões, já não há exploradores e explorados. Por isso tem de haver uma estreita unidade nas UCPs, e não se pode ir atrás dos esquerdistas que procuram lançar os trabalhadores contra as suas próprias UCPs, exigindo a satisfação de reivindicações que as UCPs, não estão em condições de

satisfazer.

Temos de ser capazes de reforçar a unidade dos trabalhadores rurais com os pequenos e médios agricultores, cujos interesses estão cada vez mais identificados, impedindo que a CAP, os partidos reaccionários e o Governo PS consigam voltar os pequenos e médios agricultores contra os assalariados rurais e contra a Reforma Agrária.

Temos de ser capazes de defender a unidade dos trabalhadores nas cooperativas de construção civil, da metalomecânica e da mecânica-auto, de defender as próprias cooperativas e a sua cooperação com as UCPs.

Temos de ser capazes de desmascarar os agrários, e seus lacaios, que fazem despedimentos, provocam o desemprego e procuram depois lançar os trabalhadores desempregados contra os outros trabalhadores, contra as UCPs, contra o sindicato e contra o Partido.

Temos de insistir sempre e sempre, quaisquer que sejam as dificuldades, na unidade dos trabalhadores, na unidade de todos os democratas. Quando os trabalhadores se dividem e se combatem uns aos outros, a derrota é certa.

Unidos os trabalhadores são invencíveis.

## Ao povo de Alpiarça e do Ribatejo

Alpiarça é um nome gravado a letras de ouro na história da luta da classe operária e das forças democráticas de Portugal.

O povo de Alpiarça conheceu bem, pela sua própria experiência, o que significam a fome e o desemprego, as perseguições, a clandestinidade, a brutalidade das forças repressivas, a separação de pais, companheiras e filhos, a tortura, a prisão e a morte.

Os trabalhadores agrícolas de Alpiarça, os democratas e o povo de Alpiarça combateram sempre corajosamente contra a exploração dos latifúndios, contra a repressão fascista, pela instauração das liberdades e da democracia. A sua combatividade revolucionária foi cimentada na luta, no sofrimento e no sangue dos seus filhos.

Onde foram os trabalhadores e o povo de Alpiarça buscar a energia, a combatividade e o heroísmo que permitiram manter sempre esta terra, antes e depois do 25 de Abril, como um baluarte da Revolução?

Creio, camaradas, que estareis de acordo comigo se eu disser que para isso intervieram três factores fundamentais.

O primeiro foi a elevada consciência de classe

e a consciência política dos trabalhadores, designadamente dos trabalhadores agrícolas.

O segundo foi a unidade profunda, ao povo desta terra, que criou indestrutíveis laços de solidariedade e forjou a base da acção comum.

O terceiro foi o facto de que à frente da luta do povo de Alpiarça, informando com verdade, esclarecendo as situações e indicando o caminho, esteve sempre, como continua a estar hoje, uma grande força revolucionária, que criou raízes profundas e indestrutíveis nesta terra, uma força revolucionária de cuja existência e acção se tornou inseparável a vida e a luta do povo de Alpiarça, uma força revolucionária que é o partido dos trabalhadores, o partido da liberdade, o partido da democracia e do socialismo — o nosso glorioso Partido Comunista Português.

Estamos certos, camaradas, de que o povo de Alpiarça se manterá sempre na continuidade destas gloriosas tradições, de que manterá sempre a sua elevada consciência política, a sua combatividade, a sua unidade, o seu activo apoio ao Partido Comunista, e, como resultante destes três factores, manterá sempre vivo no coração, animando a luta nas horas boas e nas horas más,

a confiança inabalável no futuro, a confiança inabalável na vitória final.

Camaradas:

Saudando os trabalhadores, o povo, os democratas de Alpiarça, não podemos esquecer que Alpiarça, sendo uma grande fortaleza dos trabalhadores e da democracia, faz parte dum grande fortaleza maior, a grande fortaleza do povo do Ribatejo, que sofreu também a repressão, que deu também imensas provas de combatividade e heroísmo e que, no seu conjunto, deu elevada contribuição para a libertação de Portugal da ditadura fascista e, depois do 25 de Abril, para a defesa e consolidação da nossa jovem democracia, para o melhoramento das condições de vida do povo, para a liquidação do poder dos monopólios e dos agrários, para a liquidação dos latifúndios, para essa grande e histórica transformação democrática que foi a conquista da terra por quem a trabalha, a Reforma Agrária, realização de que é inseparável a democracia portuguesa.

Permiti por isso também, que saúde os camaradas e amigos vindos a este comício de outras terras deste heroico ribatejo e, se estão presentes camaradas de

Almeirim, de Salvaterra de Magos, de Benavente, de Samora Correia, do Couço, de Coruche, peço-lhes que, de volta às suas terras, transmitam a todos os camaradas as nossas saudações fraternais e lhes digam que, apesar das dificuldades e perigos da hora presente, apesar das ofensivas contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução, a reacção não passará, o povo português não deixará murchar os cravos de Abril, a democracia irá por diante, tal como deseja e quer o nosso povo.

Os direitos dos trabalhadores e das massas populares, as conquistas da Revolução e as liberdades serão firmemente defendidas.

Pela unidade, pela organização e pela luta, o Povo português criará condições para uma alternativa democrática à política actual.

A vitória é difícil mas será nossa. Viva a unidade dos trabalhadores! Viva a unidade dos democratas! Viva a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução! Viva o Partido Comunista Português!

# O caso da explosão na Portucel O patronato tenta a repressão para fugir às responsabilidades os trabalhadores avançam propostas e exigem intervenção no inquérito

A explosão que abalou há semanas as instalações da Portucel em Setúbal e, que para além das instalações, deveria ter abalado a consciência dos responsáveis, ainda não acabou de produzir as suas consequências, a primeira das quais foi a morte de dois trabalhadores seguindo-se ao rebentamento de uma caldeira.

Há muito que os trabalhadores vinham alertando os responsáveis para o estado em que a caldeira se encontrava, para os perigos que daí poderiam decorrer. A resposta que recebiam invariavelmente era de que a caldeira ainda aguentaria anos. Pensariam os responsáveis da direcção do Centro de Produção de Setúbal daquela empresa nas consequências da sua atitude? Pensariam eles apenas nos números da produção a apresentar, com desrespeito pelas vidas humanas que punham em jogo, pondo em jogo a médio prazo, como ficou demonstrado, também a própria produção?

O que é certo é que os perigos de rebentamento que veio a acontecer e que não eram desconhecidos nem dos responsáveis nem dos trabalhadores poderiam ainda ter tido resultados mais graves, pois que a própria caldeira ter sofrido com a explosão da caldeira devido ao perigo que representa a proximidade dos depósitos de produtos químicos daquele Centro de Produção.

Mas, verificada a catástrofe, contados os mortos e os feridos, qual foi a primeira atitude da Direcção do Centro? Reconhecer responsabilidades? Propôr medidas para remediar rapidamente, do ponto de vista da produção a paralisação que resultou da explosão da caldeira? Nada disso.

A primeira reacção da Direcção foi reunir alguns quadros a assinar com eles uma Ordem de Serviço. E afirmar que a "ocorrência gravíssima", o acidente, se inseria "numa série inadmissível de ocorrências anormais dos últimos tempos". E vai daí, toca a falar de disciplina, competência e autoridade, em tom de tempos velhos. Processos disciplinares, revisão dos processos de produção desde 1974, reafirmação de "linhas de autoridade", tais são as grandes medidas tomadas pela direcção do Centro de Produção a que alguns quadros aderiram.

Em suma: tentar atrair para as costas — muito largas — dos trabalhadores a gravidade das responsabilidades na morte de trabalhadores e a resultante incapacidade produtiva do Centro. Por outro lado, procurando tirar o pretexto do ocorrido para contestar o 25 de Abril, já que aí é expressamente afirmado que será a partir de 1974 que os processos de produção serão analisados.

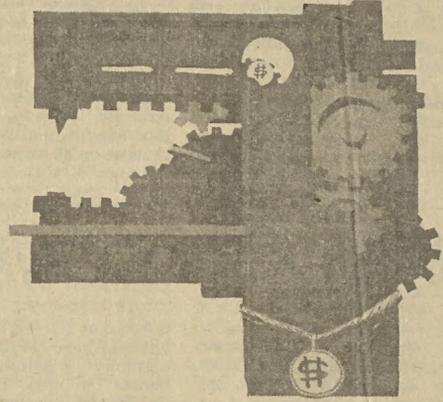
Uma Ordem de Serviço não bastou porém. E logo outra se sucedeu suspendendo dois trabalhadores, "até à conclusão de inquérito a instaurar".

## REALISMO E SENTIDO DAS RESPONSABILIDADES

Atitude diversa, profundamente diversa, tiveram os trabalhadores, a principal pela Comissão que os representa. Atitude realista e que revela um seguro sentido das responsabilidades. Foi assim que, num primeiro

Lutando contra as medidas injustas que a Direcção queria impor, exigindo a clarificação das responsabilidades, propondo medidas que venham a possibilitar um reinício breve do trabalho produtivo, a proposta aprovada é um atestado da capacidade e da responsabilidade que norteou o plenário realizado.

Com efeito, na proposta aprovada se considera necessária a cessação da suspensão dos dois trabalhadores, o início imediato de um inquérito acompanhado pela Comissão de Trabalhadores



comunicado emitido no mesmo dia em que saíram as Ordens de Serviço, eles se juntam ao luto das famílias dos seus camaradas e se consideram intensamente atingidos pelas consequências dos acontecimentos. E, ao lembrar que é a segunda vez que um acidente destes se repete em seis meses, ao recordar as advertências feitas aos responsáveis, ao exigir um inquérito rigoroso, em que participem as autoridades, técnicos qualificados da empresa, trabalhadores do sector afectado, não esquecem o fundamental, que é, para todos, a continuação da produção, as garantias dos trabalhadores e o equilíbrio da empresa.

Este espírito realista e consequente veio a ser reafirmado num plenário que reuniu mais de quinhentos trabalhadores, ao ser aprovada uma proposta que tem em conta as questões fundamentais que se põem aos trabalhadores e à empresa neste momento. A proposta foi aprovada por 509 votos e 4 abstenções. E revela a ampla e forte unidade que se formou, e vem, por outro lado, sublinhar, se necessário fosse, a vontade e a capacidade dos trabalhadores em contribuir responsabilmente para a resolução dos problemas que lhes dizem respeito, não apenas na defesa dos seus interesses, mais imediatos mas na defesa do interesse nacional.

o que cesse a limpeza dos vestígios do acidente. Propõem-se que sejam os trabalhadores informados das implicações técnicas e económicas do acidente e sobre a situação dos trabalhos de ampliação.

Propõem ainda que se dê início à peragem anual, que se concretize o arranque dos sectores possíveis de activar e, numa demonstração do interesse e da capacidade de planificação, propõem também que se estude a possibilidade de receber energia e vapor de outras empresas, planificando ainda as actividades, os tempos e a descentralização de tarefas, as férias, as admissões e as promoções.

Moral da história: enquanto a direcção se preparava para reagir com métodos autoritários demonstrando a sua incapacidade, os trabalhadores avançaram eles próprios medidas concretas.

Já hoje algumas delas foram aceites. Os trabalhadores suspensos estão reintegrados. A energia começa a obter-se de outras empresas. O inquérito tem de ir para a frente e o Sindicato dos Fogueiros decidiu insturá-lo.

Parece, no entanto, que o Conselho de Gerência está renitente em reunir com os trabalhadores. As reuniões propostas são sucessivamente adiadas, por este ou aquele motivo. Mas os trabalhadores estão confiantes.

# Plenário Distrital das UCPs em Beja ENQUANTO O MAP SABOTA OS TRABALHADORES CONSTROEM

O plenário distrital das UCP e cooperativas que decorreu em Beja, na Sociedade Recreativa «Capricho», na passada terça-feira, constituiu uma jornada importante para uma melhor estruturação do trabalho, tendo em vista ultrapassar dificuldades.

Enquanto o MAP não cessa a sua campanha de calúnias contra os trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária, dedicando-se exclusivamente a destruir quase tudo o que com sacrifício e esforço fora erguido, os trabalhadores procuram novas soluções para os problemas que um mau ano agrícola criou, sabendo que da parte do Governo não vem nenhum apoio, mesmo quando é pago a juros elevados como tem sucedido até agora.

Na reunião, para a qual foram convidados representantes dos grupos parlamentares do PCP, PS e PPD e em que só o primeiro esteve presente, foi salientado que os trabalhadores cada vez mais têm de contar com a sua força e não esperar que os Centros Regionais da Reforma Agrária resolvam os problemas das cooperativas e unidades colectivas de produção pois, como se tem visto, não o têm feito desde que o ministro Barreto ocupou a pasta da Agricultura e até agora nada indica que venham a fazer.

Os trabalhadores têm, pois, de contar consigo mesmo e com a solidariedade dos outros trabalhadores. Entretanto, devido ao mau tempo e à sabotagem do MAP, as culturas de Inverno foram deficientes. Depositaram-se esperanças nas culturas da Primavera; mas também aqui o tempo não ajudou, para já não falar dos técnicos dos CRRA.

Face a este panorama, foram apontadas pistas de trabalho que os trabalhadores discutiram. Visam elas romper com o ciclo de culturas tradicionais e que geralmente estão condicionadas às condições do tempo. Por seu turno foi também realçada a importância de se fugir à acção parasita dos intermediários.

Os secretariados concelhios e distritais das UCP e cooperativas agora criados têm por objectivos fomentar estruturas económicas de representação das UCP

e cooperativas, na comercialização dos produtos, na instalação de indústrias transformadoras, no apoio técnico, no apoio à contabilidade e ainda recolher experiências que poderão ser aplicadas noutras unidades colectivas de produção e cooperativas agrícolas.

No decorrer da reunião foi salientada a importância do funcionamento do matadouro industrial de Beja, que se encontra numa fase de acabamento há vários anos e que com a sua rede de frio e de laticínios resolveria o problema do escoamento pecuário não só no distrito, mas talvez em todo o Alentejo. Neste sentido foi aprovada por unanimidade uma moção exigindo a rápida conclusão da obra e o seu funcionamento.

A montagem de lagares ou o aumento dos existentes para que a safra deste ano, que promete ser boa, possa ser esmagada nos lagares que não pertencem aos latifundiários foi outro dos temas. Acrescentou-se ainda que se a acidez do azeite o permitisse este deveria ser engarrafado à boca do lagar, como forma de ultrapassar os intermediários ao mesmo tempo que a sua colocação no mercado é imediata, através da Cooperativa Reforma Agrária. Para isso convinha os trabalhadores presentes estudarem os casos em que o engarrafamento já foi praticado e verem as possibilidades de o concretizarem, tanto mais que um litro de azeite custa 50\$00 e é dinheiro logo realizado.

O estudo da produção do girassol e de outras oleaginosas foi igualmente abordado como possibilidade de altemar com as culturas tradicionais. A importância deste produto foi realçada com a informação de que no ano passado foram importados 3 milhões de contos de oleaginosas e este ano prevê-se que as importações atinjam os 6 milhões. Também aqui, tudo o que se produz tem colocação e poupa divisas ao país.

A criação de oficinas concelhias, que nalguns casos é já uma realidade, e o funcionamento de parques de máquinas foi outro assunto estudado. Também

a contabilidade das UCP e cooperativas mereceu a atenção de todos os presentes até porque os trabalhadores gostam de saber as contas dos locais onde trabalham e têm mais confiança no seu trabalho futuro, permitindo-lhes por outro lado planificar e prever despesas.

No entanto, o desenvolvimento da pecuária mereceu grande parte dos trabalhos do plenário na medida em que é uma forma de evitar os graves desequilíbrios de um mau ano agrícola. Neste assunto foi defendida a necessidade de desenvolver a pecuária dos ovinos e bovinos, com selecção de fêmeas, evitando vender-se os animais de desmama, pois perde-se dinheiro.

Para uma exploração pecuária desenvolvida é importante as pastagens permanentes e outras, acabando-se dentro do possível com as rações, tanto mais que o preço da carne não acompanha o aumento do preço das rações. Se tivémos em conta, como ali foi afirmado que por cada 30 quilos de carne que se consomem no país 10 são importados verifica-se a validade de um esforço no desenvolvimento pecuário.

A questão da compra dos adubos directamente aos armazéns da fábrica e não aos intermediários poderia poupar por ano, só na zona da Reforma Agrária, cerca de 60 000 contos para os trabalhadores. Para isso seria preciso estudar melhor o assunto e exigir que as UCP e cooperativas encomendassem com a devida antecedência as quantidades de adubo de que necessitam.

Para todos estes pontos e muitos outros que foram abordados se salientou a importância da participação dos pequenos e médios agricultores que a isso estivessem interessados pois também eles beneficiariam não só na colocação dos seus produtos como nos preços mais acessíveis a que comprariam máquinas e adubos.

No final, comprovado o importante contributo destes plenários ficou decidido que se realizariam rotativamente em cada concelho do distrito, sendo o próximo dentro de um mês.

# PROVOCAÇÕES E MENTIRAS EM NOTA DO MAP

1. O Ministério da Agricultura fez publicar uma extensa nota official a pretexto de acusações dirigidas pelo Secretário-Geral do PCP contra a política da liquidação da Reforma Agrária que vem sendo seguida por aquele departamento do Governo. Não desmentindo nenhuma das acusações feitas, torna-se claro que se trata de um pretexto do MAP para as suas habituais diatribes anticomunistas.

Quando seria de esperar que o MAP viesse a público dar contas do abandono a que se encontram votadas muitas das terras entregues aos agrários e das que, contra o disposto na Constituição e na Lei da Reforma Agrária, ainda não foram expropriadas, o Ministério da Agricultura vem fazer suas as calúnias que os agrários e a CAP lançam contra a conquista maior da Revolução portuguesa e os seus mais firmes defensores.

Os trabalhadores, e em particular os trabalhadores da zona da Reforma Agrária, não deixarão por certo de entender como acções de propaganda do MAP esta e outras tentativas para procurar justificar a desorganização da produção e o aumento do desemprego que, em muitos casos, a política do MAP vem provocando.

2. A Reforma Agrária — realização histórica dos trabalhadores do Alentejo, Ribatejo e outras regiões do país — transformou radicalmente as estruturas agrárias, as relações de produção e a situação política e social em toda a região abrangida, fez aumentar a área cultivada em mais de 100 mil hectares e a produção de cereais em mais de 200 mil toneladas, eliminou o desemprego criando mais 50 mil postos de trabalho e melhorou as condições de vida das massas trabalhadoras. É uma conquista exemplar da Revolução portuguesa, de elevado alcance político, económico e social que abriu na agricultura o caminho para o socialismo.

Em vez de consolidar e prosseguir tal conquista revolucionária, consagrada na Constituição, o Ministério da Agricultura vem pondo em prática um plano para a sua liquidação efectiva. Em manifesto desrespeito pela Constituição e pela Lei da Reforma Agrária e em completo desprezo pela produção nacional, a política do MAP tem-se traduzido pela entrega de terras aos agrários sabotadores que as deixam de novo ao abandono, pela criação artificial de problemas em torno das desanexações e marcações de reservas, pelas tentativas para desagregar as Unidades Colectivas de Produção, pelo estrangulamento financeiro das UCPs e Cooperativas através do corte ou insuficiência de créditos, pelo pagamento de indemnizações aos agrários, pelo recurso crescente a métodos autoritários e repressivos para impor a sua política antipopular.

A previsível quebra da produção agrícola, o desemprego e outras situações próximas da fome que voltam a verificar-se, como nos velhos tempos, em certas localidades da zona da Reforma Agrária, constituem um libelo contra a política de liquidação da Reforma Agrária que está a ser seguida pelo MAP.

Os agrários a quem o Ministério da Agricultura vem entregando terras que os trabalhadores haviam posto a produzir, e que em muitos casos estão de novo votadas ao abandono, e o próprio Ministério da Agricultura devem ser responsabilizados pelos danos que vêm causando à economia nacional e pelo infortúnio causado a numerosos trabalhadores.

3. As acusações contra a política do MAP não são meras acções de propaganda. São a denúncia duma realidade já hoje duramente sentida pelos trabalhadores da zona da Reforma Agrária e que, a muito breve prazo, se reflectirá na economia nacional, agravando ainda mais a insuficiência da produção. Em relação ao corte do crédito agrícola de emergência, acusação que a Nota Official do MAP, embora não se atrevendo a negar, toma como pretexto, o PCP mantém que, pelos menos, em 26 Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Évora, Portalegre, Beja e Setúbal, encontra-se cortado pelo Ministério da Agricultura o crédito agrícola de emergência. A situação atinge duramente a economia nacional, a Reforma Agrária, a viabilidade dessas unidades de produção agrícola e coloca numa situação próxima da fome cerca de cinco mil trabalhadores e respectivas famílias. Em certos casos, o crédito agrícola de emergência encontra-se cortado há cerca de 8 meses; é o que sucede na UCP 1.ª de Maio da Gâmbia, na Cooperativa 29 de Outubro de Marateia e na Cooperativa Revolucionária de Aqualva. Na maioria dos casos, concretamente em 16, o crédito agrícola de emergência foi cortado há mais de 4 meses.

4. A realidade está a confirmar a necessidade imperiosa e urgente de se alterar radicalmente a política que está a ser levada à prática pelo MAP e de seguir uma política agrícola que esteja de acordo com os objectivos constitucionais da Reforma Agrária: "promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham, como primeiro passo para a criação de novas relações de produção na agricultura; aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infra-estruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do País, bem como o incremento da exportação; criar as condições necessárias para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o sector agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com os outros sectores" (Art.º 96.º da Constituição da República Portuguesa).

Procurando desviar a Reforma Agrária dos seus objectivos constitucionais para projectos estritamente partidários, negando aos trabalhadores rurais e aos pequenos e médios agricultores o exercício do direito constitucional de participar na definição e execução da Reforma Agrária, desrespeitando a Lei da Reforma Agrária em vigor e procurando dar força de lei a um projecto negociado com o PPD, o CDS e a CAP, o Ministério da Agricultura está a cometer um verdadeiro crime contra a economia nacional e contra a democracia portuguesa.

O PCP, mantendo as acusações que vem fazendo à política seguida pelo Ministério da Agricultura, insiste na reclamação de que seja imediatamente suspensas as restituições arbitrárias de terras aos agrários, as desanexações e desintegrações de terras das UCPs e cooperativas e que se cumpra a Lei da Reforma Agrária, sempre em entendimento com os trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores; que sejam revistas as restituições e desanexações arbitrárias levadas a cabo pelo MAP; que cessem as tentativas de estrangulamento financeiro das UCPs e Cooperativas; que se respeite a Constituição e se cumpra a Lei da Reforma Agrária.

O PCP está certo de interpretar assim as aspirações e interesses dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores da zona da Reforma Agrária, os interesses da economia nacional e do regime democrático consagrado na Constituição.

Lisboa, 17 de Maio de 1977

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Os trabalhadores metalúrgicos reafirmam em massa a determinação de lutar pelos seus direitos. Um aspecto da grande manifestação no Porto

# Metalúrgicos VIGOROSA AFIRMAÇÃO DE UNIDADE NA LUTA PELO CONTRATO

Com elevada adesão nacional e uma grande manifestação no Porto, os trabalhadores metalúrgicos, que são cerca de 200 mil em todo o País, levaram a cabo, na última sexta-feira, uma paralisação geral de 4 horas, integrada numa jornada de luta pela obtenção do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV), cujas negociações se prolongam há mais de dois anos com sucessivas dificuldades levantadas pelo patronato e pelo Governo.

Decidiu em plenário e amplamente discutida em todo o País, a paralisação foi a forma de luta adoptada depois de se gozarem prolongadas diligências dos sindicatos e da Comissão Negociadora Sindical, que pretendem ver consagrados na Portaria de Regulamentação de Trabalho os níveis profissionais existentes, o alargamento à Madeira e aos Açores, a aplicação durante 12

meses e a garantia de aumentos salariais de acordo com a subida do custo de vida.

Numa moção aclamada pelos milhares de trabalhadores que se concentraram em frente à delegação do Ministério do Trabalho no Porto, exigia-se «o fim das manobras reacçãoárias do patronato e a publicação da portaria até ao dia 15 (conforme promessa formal do Governo) cumprindo o que foi negociado e as tabelas salariais propostas.

As hesitações do Ministério do Trabalho foram firmemente condenadas pelos Sindicatos do sector, que o acusam de cumplicidade com o patronato, salientando, inclusive, alguns sindicalistas, em declarações à imprensa, que «estão receptivos a reduções salariais nas empresas que comprovadamente não estejam em condições de suportar as novas tabelas». Mas «o custo de vida aumenta e o povo não

aguenta» — como, alto e bom som, se ouviu na manifestação do Porto, juntamente com outras palavras de ordem: «Comissão Sindical tem a força do trabalho»; «isto não é canalha, é o povo que trabalha»; «nada nem ninguém vergará os metalúrgicos» e «portaria cá para fora sem alteração».

A jornada de luta decorreu sem o mínimo incidente. No Porto, funcionou um serviço de ordem exemplar, organizado pelos próprios manifestantes; nem o trânsito chegou a ser interrompido, apesar do volume da concentração. Alguns comunicados divisionistas e provocatórios acabaram por não ter qualquer efeito sobre a unidade dos trabalhadores. Resultado idêntico tiveram as numerosas tentativas do patronato para conduzir ao insucesso a jornada de luta, cuja adesão oscilou entre os 80 e os 90 por cento por todo o País.

# DESMENTIDO SOVIÉTICO SOBRE QUESTÕES DE PESCA

Um funcionário do Ministério das Pescas da União Soviética desmentiu formalmente, em Moscovo, que barcos de pesca do seu país tenham actuado dentro do limite das águas territoriais portuguesas (doze milhas), como pretendiam fazer crer, recentemente, jornais como «A Luta» e o «Jornal Novo».

As regras internacionais não foram violadas. Os barcos de pesca soviéticos nada têm a ver com as reais dificuldades da pesca nacional, agravadas pelas responsabilidades do Governo na paralisação da frota do Cabo Branco e na

deterioração constante das condições de vida dos pescadores portugueses.

O interesse indesejável do desenvolvimento da cooperação com a URSS no domínio das pescas é prejudicada por essas publicações que põem um anti-sovietismo primário à frente do interesse nacional, paralelamente a «alguns círculos que parecem estar interessados em complicar a situação das pescas a nível mundial, nas vésperas do recomeço da Conferência das Nações Unidas Sobre a Lei do mar», como oportunamente assinala a declaração oficial soviética.

# Delegação do PSUA visitou Portugal

Regressou à República Democrática Alemã uma delegação de estudo do Partido Socialista Unificado da Alemanha que, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou o nosso país de 3 a 10 de Maio.

A delegação era composta pelos camaradas Gerard Muller, membro do Comité Central do PSUA e Secretário da Direcção Distrital de Neubrandenburg, Fritz Dhallmann, membro do Comité Central e Jürgen Gundlach igualmente membro da Direcção Distrital.

Esta delegação visitou o Alentejo, onde teve encontros com vários organismos do PCP das cidades de Évora, Beja, Odemira e de outras localidades.

Em Lisboa, a delegação do PSUA visitou a redacção do «Avante!», onde foi recebida pelo camarada Dias Lourenço, director do jornal e pelo colectivo do «Avante!» e teve um encontro com uma delegação do Comité Central do PCP dirigida pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC.

editorial Avante! VISITE O NOSSO STAND PEIXE POPULAR DE LISBOA

A SAIR BREVEMENTE OS MEUS 7 FILHOS Pedidos a CDL - Central Distribuidora Livreira - R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1 À venda nos Centros de Trabalho



SAIR DA CRISE! com os trabalhadores num grande esforço nacional

# CONFERÊNCIA

## AVANTE COM A CONFERÊNCIA ECONÓMICA!

Aproxima-se de um milhar o número de reuniões efectuadas no âmbito da preparação da Conferência Económica do PCP que decorrerá em Lisboa de 4 a 5 de Junho próximo. Só na cidade de Lisboa, realizaram-se mais de 100 reuniões com a participação de 3 mil pessoas: no sector público realizaram-se 70 reuniões, das resultando 64 relatórios sobre questões sectoriais. No Alentejo contam-se mais de 120 reuniões com a participação de mais de 4 mil trabalhadores e técnicos das UCPs; em Aveiro e Coimbra as reuniões e plenários já são mais de 60, tendo sido elaboradas 32 comunicações, 18 sobre a situação e perspectivas das empresas industriais e 14 sobre o sector agrícola.

De salientar mais uma vez o nível de participação de trabalhadores e de quadros técnicos não comunistas nos trabalhos preparatórios da Conferência Económica, que tem enriquecido a discussão nas reuniões e plenários apresentando intervenções individuais ou elaboradas em grupos de trabalho. A nível das organizações locais do Partido e fundamentalmente nos locais de produção, os comunistas num grande esforço de mobilização, de abertura (que em si mesma constitui uma luta contra certas formas de sectarismo) lado a lado com trabalhadores sem partido e de outros partidos, num mesmo impulso colectivo e patriótico, procuram a solução para a grave situação económica do país, buscam a nível nacional e sectorial, as medidas capazes de evitar o colapso financeiro, desenvolver a economia e melhorar o bem estar do povo.

Como exemplo desta mobilização, citamos algumas das empresas onde as reuniões e as intervenções atingem já níveis razoáveis de participação:

● **Na região de Lisboa:** Sovena, Plessey Automática, Petrol, Tabaqueira, Fábrica Militar Braço de Prata, Manutenção Militar, Sogás, Bosh, Synres, Transportes de Carga, Joaquim Francisco dos Santos, Ford Lusitana, CP, Rodoviária Nacional, Construções Técnicas, Casa Hipólito, Soba, António Guerreiro, Bayers, Acta, Edifer, Motra, Fábrica Galucho, Essex Farmacéutica, Icosal, Resinas Sintéticas, Hoechst, Papoal, Seicla, Somapre, Luso Alemã, Transportes da Aeronáutica Civil.

● **Na região do Norte:** Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Têxteis do Porto, Corticeiros do Porto, C.º de Fiação e Tecidos de Fafe, Têxteis Alvorada, Manuel Gonçalves, Riopelo, Material Eléctrico Neolux, Vinhos do

Porto - Real Vinícola, Mabor, Têxteis Coelima, Sonape - estores, Prometalis - indústria de ferramentas, Interforma, CTT, ourives de Fânzeres, Sicma, Duarte Ferreira, Salvador Caetano, Sepsa, JJ Gonçalves.

● **Na região das Beiras:** empresas de lanifícios, de celulose, sectores da fruticultura, rodoviária, minas, floresta, Reforma Agrária, construção civil, indústria automóvel, gráficos, pessoal das barragens, serviços municipalizados, indústria e comércio farmacêuticos.

● **Na região do Ribatejo:** Copimarte, Metalúrgica de Benavente, Metalúrgica Costa Nery, Olimar, cervejas, diversas UCPs.

● **Na região do Alentejo:** 120 reuniões de trabalhadores e técnicos de UCPs; mármore de Borba, transportes de Évora e diversas empresas de metalurgia ligeira.

● **Na região do Algarve:** Empresas de energia, metano - gás, rações, construção, e agricultores.

● **Na região de Setúbal:** Mundet e outras empresas do sector corticeiro, Lisnave, Setenave, empresas do sector automóvel do distrito, Rodoviária Nacional.

Por estes exemplos, que estão muito longe de constituir um balanço, observamos o grau de mobilização e inclusive de emulação entre os trabalhadores com o objectivo de apontarem as directrizes capazes de derrotar o perigo do colapso financeiro que abriria as portas às aventuras de direita e às manobras do imperialismo. Contra aqueles que apregoam a via de recuperação capitalista e latifundista, contra aqueles que querem sacrificar os interesses do povo trabalhador a cedência às forças da reacção interna e do imperialismo, os trabalhadores respondem demonstrando que a única via capaz de salvaguardar as conquistas revolucionárias e a independência nacional é a alternativa democrática, a via de cumprimento da Constituição cujo espírito está a ser atraído por muitos dos que a votaram.

Esta mobilização, que traduz a resposta das massas trabalhadoras, a intensificação da sua luta contra a orientação imprimeida à vida política nacional, prova ainda que o facto de em torno de uma realização do PCP, como é a Conferência Económica, participarem, largas camadas de trabalhadores e técnicos não comunistas, é índice do prestígio do Partido como força democrática que se impõe a sectores ainda há meses hesitantes, e constitui o reconhecimento de que se impunha a realização da Conferência Económica, como uma contribuição para a resposta por que anseiam as forças patrióticas.

## BALANÇA DE PAGAMENTOS UMA QUESTÃO FULCRAL

A balança de pagamentos constitui uma questão fulcral sobre a qual incide a Conferência Económica. Isto porque a balança de pagamentos de qualquer país reflecte o essencial da sua situação económica e financeira. Como salientou o camarada Álvaro Cunhal no Relatório aprovado pelo CC do PCP ao VIII Congresso:

«O défice da balança de pagamentos tomou-se um problema central e prioritário a resolver por uma política de emergência.

Este défice não tem uma existência independente. Mas o ponto de convergência e de polarização das mais variadas dificuldades e carências da economia portuguesa. O défice da balança de pagamentos é um ponto nodal das dificuldades económicas e financeiras nacionais.

Com a situação criada pelo progressivo esbanjamento de divisas e ouro, este défice tomou-se uma grande ameaça que pesa sobre toda a economia...» Ou se consegue atacar e diminuir radicalmente este défice, ou

a crise económica e financeira se aproxima rapidamente um ponto crítico, que significará um súbito colapso económico e financeiro com profundas perturbações no processo produtivo e no consumo. Será então extraordinariamente mais difícil o esforço nacional necessário para vencer as dificuldades.

O imperialismo está atento e procura que chegue ao ponto crítico para impor condições drásticas, económicas e políticas para «salvar Portugal» com o dinheiro.

A reacção ligada ao imperialismo está também interessada em que se chegue a uma tal situação, para apresentar no plano interno como única possível salvação.

Uma política económica de emergência exige — com plena noção do que pode significar não se encontrar o caminho a uma evolução catastrófica — se concentrem esforços e energias com vistas a reduzir o mais prontamente possível e na escala maior possível o défice da balança de pagamentos.

## DICIONÁRIO DA CONFERÊNCIA

● **Balança Comercial:** Traduz o valor de mercadorias importadas e o das mercadorias exportadas por um dado país. No nosso caso, esta diferença é muito grande pois as importações são muito superiores às exportações, a balança comercial, no caso de Portugal, apresenta pois um enorme desequilíbrio que nos é desfavorável. Em 1976, calcula-se que a diferença entre os produtos que Portugal importou e os que exportou (isto é entre as compras efectuadas a países estrangeiros e as vendas para mercados internacionais) atingiu um défice

de 73 milhões de contos. ● **Balança de Pagamentos:** Traduz o total das transacções de um país com países estrangeiros. A balança de pagamentos compreende a balança comercial a balança dos invisíveis e a balança de capitais.

comercial ser deficitária. Isto explica-se pelo facto da balança de invisíveis apresentar um saldo positivo (devido às remessas dos emigrantes e às receitas do turismo) que compensava o défice da balança comercial. Actualmente, com o enorme agravamento do saldo negativo da balança comercial, agravamento que não é compensado nem pelas receitas de turismo nem pelas remessas dos emigrantes, a balança de pagamentos passou a ser altamente deficitária. No ano de 1976, segundo alguns cálculos publicados na imprensa, o défice da

balança de pagamentos terá atingido cerca de milhões de contos. ● **A balança dos invisíveis** inclui receitas e despesas relativas a certos sectores e rendimentos de certos: receitas de turismo, serviços de transportes internacionais, remessas de emigrantes, pagamento de encargos com a dívida externa. ● **A balança de capitais** corresponde ao movimento de capitais de e para outros países (empréstimos financeiros concedidos a estrangeiro ou contraído no estrangeiro, por exemplo).

# APENAS UMA PARCELA



Uma das questões centrais da Conferência A PRODUÇÃO NACIONAL DE PRODUTOS IMPORTADOS

A produção nacional de produtos importados é uma exigência indispensável para obter o equilíbrio económico a curto prazo e criar condições para uma nova etapa do desenvolvimento económico.

As condições críticas em que se encontra o aparelho produtivo em Portugal podem resumir-se no subaproveitamento das forças produtivas, traduzido em desemprego e baixos índices de produção; nos grandes défices da balança comercial, agravados de forma brusca e desproporcionada em 1976; e na desorganização da produção; as empresas debatem-se com problemas de abastecimento de matérias-primas, de mercado, facilidades de crédito para investimentos e despesas correntes. A falta de garantias a curto prazo, quanto ao seu futuro, impede que exista a necessária programação da produção, essencial ao aumento da produtividade e rentabilidade.

Com défices como os que actualmente se verificam é impensável qualquer desenvolvimento económico. Todos os esforços são necessários para que a balança comercial se aproxime do equilíbrio.

É também necessário modificar a estrutura das nossas importações. O seu peso principal deve incidir nos bens que a tecnologia nacional não pode produzir e que são necessários para aumentá-la, para que se desenvolvam as indústrias básicas e se crie a base técnico-material capaz de construir o alicerce sobre o qual assentam os aumentos de produtividade.

Os investimentos mais volumosos devem ser desviados para os sectores em que o País depende da tecnologia dos países desenvolvidos. Todas as economias que for possível realizar nos domínios em que a tecnologia nacional for suficiente contribuirão para aumentar aqueles investimentos.

Mas o aumento da produção nacional através da substituição de importações permitirá resolver ainda outros problemas graves como redução do desemprego; reforço e defesa da produção nacional, necessário para assegurar a viabilidade de milhares de empresas, assegurando a plena utilização dos meios existentes; reorganização e reestruturação da produção, condição base para o avanço das medidas que visem ultrapassar o atraso económico em que nos encontramos.

A acção dinamizadora e coordenadora do Estado é imprescindível. Na esfera da produção, só ela poderá introduzir a necessária racionalidade económica, organizando a produção no sentido mais conveniente ao desenvolvimento do País, criando condições para a planificação, substituindo os mecanismos que, no passado, nos relegaram para os últimos lugares do desenvolvimento europeu.

Por outro lado, a substituição de importações liga-se ao desenvolvimento da indústria, da agricultura, à reestruturação das instituições. As limitações verificadas neste campo já não decorrem da substituição de importações, mas de não se tomarem as medidas necessárias à evolução tecnológica, às mudanças de estrutura, à falta de planificação.

A substituição de importações não deverá ser um objectivo fechado sobre si próprio. Não poderá tão-pouco corresponder a uma política de isolamento nas relações comerciais.

Não preconizamos a via da substituição de importações como estratégia para o desenvolvimento económico do País. A produção nacional de produtos importados não consiste na produção de bens de consumo, viáveis no estado actual da nossa economia, nem numa especialização da produção de bens nos

quais temos actualmente mais vantagem relativamente à oferta mundial.

O que está em causa é a condição necessária à mudança de estrutura económica. É a criação de bases que permitam aumentos de produtividade a partir dos quais a comparação perante a oferta mundial tenha significado, de acordo com critérios socialmente vantajosos.

O aumento da produtividade deve caminhar no sentido de nos aproximarmos dos níveis dos países desenvolvidos no conjunto da economia e não em determinadas empresas de ponta. O aumento da produtividade média conduz à redução do desequilíbrio entre sectores. Não poderão subsistir as grandes distorções actuais. De outro modo, surgirão estrangulamentos económicos e agravar-se-ão os problemas sociais.

As protecções aduaneiras que, eventualmente, os países imperialistas venham a conceder ao nosso País não pressupõem o desenvolvimento económico. A simples isenção de direitos alfandegários e outras taxas conduz à estagnação da produtividade e ao reforço dos lucros de alguns grupos privados. Medidas dessas, aconselhadas pelos países capitalistas correspondem ao agravamento do poder de compra dos trabalhadores, à redução do mercado potencial para as indústrias nacionais, ao aumento dos custos, a dificuldades no abastecimento com muito poucos efeitos dinamizadores que se anulam a curtíssimo prazo.

A redução das importações e o aumento da produção dependem de uma política de protecção e defesa da produção nacional; controlo sobre a política de compras das empresas no estrangeiro; a mais perfeita adequação da procura à produção nacional com a consequente substituição programada de importações.

O aumento da produção, tanto na indústria como na agricultura é o único fundamento sólido da recuperação económica e do desenvolvimento.



Um sector básico da produção

## PROBLEMAS EM DISCUSSÃO NA RABOR

Reduzido número de empresas tem a seu cargo em Portugal a produção de motores eléctricos de baixa tensão. EFACEC, RABOR e ELECTRO-ALFA são as mais importantes do sector. Controladas por capital estrangeiro, a EFACEC tem 64 por cento da multinacional AGECE (Westinghouse) e a RABOR 100 por cento da ITT. Exclusivamente nacional é apenas a ELECTRO-ALFA, mas dessas três é também a mais pequena. Com 570 trabalhadores, a RABOR representa cerca de 50 por cento do total dos postos de trabalho no fabrico desses motores.

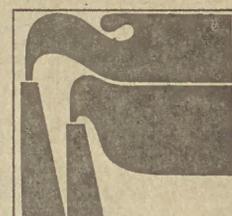
Uma política de desenvolvimento para o sector poderia beneficiar, de imediato e a prazo, nomeadamente a electrificação rural, a construção civil, a produção de máquinas-ferramentas, o desenvolvimento industrial, o fabrico de electrodomésticos no nosso País. A RABOR está em condições de fabricar motores para exaustores de cozinha e secadores de cabelo. Com um pequeno investimento, poderá, a curto prazo, produzir motores para máquinas de lavar e aspiradores, a mais longo prazo.

Contrariamente a outros sectores, este não passou por qualquer fase de recessão. São os mesmos os níveis da produção nacional e da importação. Mas os motores são fabricados sob licença de marcas estrangeiras. Essa dependência tecnológica condiciona o desenvolvimento técnico do sector, que depende também da importação das matérias-primas de base, estrangeiras na sua totalidade. Cerca de 80 por cento das necessidades nacionais são satisfeitas por aquelas três empresas. O resto é de importação.

A dependência tecnológica prejudica os interesses nacionais, nomeadamente, pela saída de divisas. Gravosa é também a dependência relativamente a matérias-primas importadas. As fundamentais poderão ser produzidas em Portugal, no interesse do emprego e do melhoramento da balança comercial. Quanto à técnica também a nossa engenharia está em condições de dominar a ciência do projecto e produção de motores eléctricos.

Algumas experiências já demonstraram a inviabilidade de conceber o desenvolvimento do sector com base na exportação. Uma das principais linhas de acção a empreender será a de substituir as importações por produtos nacionais. Como exemplos típicos dessa possibilidade apontam-se motores para exaustores de cozinha, electrobombas de altura manométrica de 50 mts., polidores industriais e outros produtos que já têm colocação assegurada no mercado. Mas, para a concretização desse avanço, é necessário um trabalho de coordenação das várias indústrias subsidiárias e a intervenção centralizadora do Estado, sem esquecer a protecção patual, que é um factor determinante.

Como já se viu, a actual capacidade produtiva do sector não satisfaz as necessidades do mercado nacional. A única alternativa para dar resposta a essas necessidades é através do investimento que compete ao Governo garantir e apoiar, nomeadamente, com financiamentos e empréstimos a taxas preferenciais e a médio prazo.



Indústria cimenteira

## PERSPECTIVAS APONTADAS PELOS TRABALHADORES

A situação financeira é difícil na indústria dos cimentos, desequilíbrios herdados da gestão monopolista em empresa integrada na CIMPOR, designadamente as mais modernas - CINORTE e CISUL - adquiriram relevo sobretudo nas divisões estrangeiro largamente superiores a um milhão de contos.

No aspecto tecnológico, é de salientar que cerca de 80 por cento da indústria está equipada com fábricas de tecnologia muito actualizada. Isso não exclui, no entanto, a possibilidade de introduzir alguns aperfeiçoamentos, a par de medidas de aplicação imediata que se reflectam, nomeadamente, em aumentos de produção e de produtividade, redução de desperdícios, melhor utilização de produções nacionais e aumento das exportações.

A partir deste ano e, pelo menos, até ao fim da década a capacidade de produção de cimentos excederá o consumo final dos anos 70, haverá a possibilidade de exportar cerca de 2 milhões de toneladas de cimento. Assim, desde já se impõe diligências no sentido de encontrar colocação para estes excedentes.

Quanto ao mercado interno, deve ser reorganizada a distribuição, tendo em vista a economia de transportes. É preciso, por outro lado, eliminar a especulação e aceitar a possibilidade de se darem fenómenos aberrantes como a utilização de cimento «Tejo» em Setúbal e de cimento «Cabo» em Alhandra, simultaneamente.

É necessário também reduzir as importações. Muitos equipamentos já se fabricam em Portugal. O investimento na VI linha de Alhandra, no valor de 2,1 milhões de contos, prevê uma participação nacional de 1,4 milhões de contos, ou seja, 67 por cento do total. Deve-se eliminar a importação de alguns produtos, como corpos moentes e refractários, obrigando a produção nacional a fornecer produtos idênticos em qualidade o que em certa medida já vem acontecendo.

Relativamente a matérias-primas deve-se estabelecer definitivamente se existem ou não em Portugal reservas de betuminosas em condições favoráveis de exploração. Eventualmente, esta matéria-prima permitirá a produção de cimento com economia de combustível.

Sem objectivos neocolonialistas, deve-se, por outro lado, desenvolver a colaboração entre a CIMPOR e as indústrias cimentíferas dos novos países africanos formados nas colónias portuguesas. Há possibilidades de prestar apoio técnico e de eventualmente participar na montagem de novas linhas de produção.

# NACIONAL

UCP «12 de Maio», Montargil:

## EXEMPLO DE UMA CONTRIBUIÇÃO

Nos distritos do Alentejo, que representam a região mais vasta da zona de intervenção da Reforma Agrária, mais de 4000 trabalhadores e quadros técnicos participaram já em 120 reuniões preparatórias da Conferência Económica. Entretanto é difícil ainda quantificar as muitas contribuições escritas que têm chegado à Comissão Coordenadora Nacional da Conferência, enviadas por Unidades Colectivas de Produção e por Cooperativas Agrícolas.

Como exemplo desta riquíssima participação que aponta, no concreto, medidas sectoriais para o aumento da produção, aproveitamento integral dos recursos e natural redução das importações, surgiram, entre muitas, o debate realizado na UCP «12 de Maio» Montargil-Portalegre. Os resultados alcançados no passado recente, de 1975 a 1976, quando ainda o Governo não conduzia uma política de recuperação latifundista, constituem uma prova histórica das capacidades dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária. Assim, num balanço dos resultados alcançados pelos trabalhadores da «12 de Maio» desde que constituíram a unidade, os trabalhadores referiram:

— enquanto que sob a exploração dos agrários, numa área de 16 741

hectares trabalhavam 137 trabalhadores de campanha, hoje trabalham 856 trabalhadores permanentes;

— enquanto que, anteriormente à formação da cooperativa, existiam 243 cabeças de gado bovino, 1822 de gado ovino, 361 de gado caprino e 18 de gado suíno, hoje, como resultante da gestão dos trabalhadores, existem 574 cabeças de gado bovino, 4506 de gado ovino, 520 de gado caprino e 542 de gado suíno;

— anteriormente não existia uma única máquina de rastos e quanto a tractores, havia 17 em péssimo estado. Hoje, existem 3 máquinas de rastos, 40 tractores, 1 camioneta Scania; 1 furgoneta Toyota Dina; 1 automóvel usado, 3 ceifeiras. Mais equipamento comprado pela Cooperativa; 14 reboques, 32 charruas, 18 grades, 15 escarificadores, 1 enfardadeira, 3 motorizadas, 14 motos-serras, 10 motores de cura, 21 motores de rega, 16 diversos (semeadores, espalhadores, etc).

É com base nestes resultados que representam aumento da produção, contribuindo para a diminuição de produtos importados, que os trabalhadores da UCP «12 de Maio» de Montargil, na sua contribuição

à Conferência Económica que, verificando-se o restabelecimento do Crédito Agrícola de Emergência que lhes está cortado desde Dezembro do ano passado, verificando-se o auxílio técnico e financeiro do Estado às UCP, cumprindo-se assim o que se encontra consagrado na Constituição, apresentam as seguintes perspectivas do aumento de produção: «Com a construção de malhadas, poderão ser atingidas as seguintes cabeças de gado:

Ovino, 10 000 cabeças; bovino, 1200 cabeças; caprino, 1000 cabeças; suíno, 5000 cabeças.

Culturas: — Com a construção e aumento de albufeiras — nós já construímos e aumentámos no valor de 812 938\$00 — verificar-se-ia um aumento muito substancial na produção de culturas de regadio».



Um aspecto de uma reunião do sector dos Ajudantes de Despachantes de Alfândega no âmbito dos trabalhos preparatórios da Conferência Económica. De salientar que na reunião, realizada na passada sexta-feira, no Centro de Trabalho de Alfama, entre os 48 trabalhadores presentes, somente 15 eram militantes do PCP

## EM FÁBRICAS E EMPRESAS DEBATEM-SE PROBLEMAS OBJECTIVOS

Como encontrar nos locais de produção as medidas capazes de servir os objectivos da Conferência Económica? Como concorrer para o aumento da produção nacional, para a redução das importações (quer anulando as importações de bens superfluos de luxo, quer pela substituição de produtos importados por produtos nacionais)?

Como aproveitar os desperdícios, como orientar o consumo nacional? Que fazer, em suma, para reduzir o deficit da balança de pagamentos, indice da grave situação económica e financeira do país?

Nos locais de produção, os trabalhadores discutem estes problemas, apontam soluções, debatem caminhos a seguir.

Exemplo deste debate construtivo, são as declarações de alguns trabalhadores da CP, da Rodoviária Nacional e da CUF.

**Rego Mendes, trabalhador da Direcção de Equipamento da CP, delegado à Conferência Económica:**

— A preparação da Conferência Económica tem sido feita através de reuniões das diversas organizações do partido na CP, espalhadas pelo país. Reuniões sempre abertas a trabalhadores não comunistas, verificando-se que em alguns sectores, como por exemplo, pessoal de estação de diversas regiões, o número de não comunistas é muito superior ao de comunistas. Como por exemplo basta citar que só em Lisboa e apenas nas células de Santa Apolónia, Rossio, Direcção de Equipamento, Campolide, Revisão e Pessoal de Estação da linha de Sintra já se efectuaram 17 reuniões. Dado que na discussão dos problemas de transportes é muito importante a ligação entre a ferroviária e a rodoviária, em alguns locais, têm-se verificado reuniões conjuntas de trabalhadores ferroviários e rodoviários.

As contribuições tem sido tão diversas que a dificuldade é sintetizá-las no espaço de intervenção que nos é dado na Conferência. Com base nos debates das reuniões e nas intervenções, que chegam por escrito, foi elaborado um documento síntese de 28 páginas que terá de ser reduzido a 4 ou 5 páginas para ser apresentado na Conferência. E entretanto continuam a chegar sugestões de bastante interesse. Por isso, importa que fique claro que o que será apresentado na Conferência serão medidas de carácter geral de dois tipos: medidas pontuais, de concretização e resultado imediatos no sector e medidas de fundo, de resultados a médio e a longo prazo mas que carecem de ser imediatamente iniciadas. Mas independentemente destas medidas de carácter geral, existem na nossa posse muitos elementos sobre como levar à prática, em casos particulares, as medidas propostas.

Estas medidas que constituem uma síntese da colaboração dos trabalhadores e quadros técnicos da CP para que os objectivos da Conferência Económica sejam alcançados, revelam uma constante de todas as intervenções: a necessidade de coordenação dos transportes em busca de custos sociais mais baixos. Esta é uma conclusão comum a todas as reuniões. Outros

aspectos apontados relacionam-se com a economia de gestão como a desburocratização, a descentralização do poder de decisão através de uma conveniente delegação de poderes, a selecção correcta dos investimentos. Um campo onde também as reuniões e intervenções têm incidido é o da economia de divisas, aparecendo umas quantas sugestões que a serem concretizadas rapidamente, poderemos atingir um volume significativo em economia de divisas.

Entretanto prosseguem as reuniões, agora debruçando-se sobre o projecto de intervenção na Conferência elaborado a partir do documento base que sintetiza as contribuições dos trabalhadores e quadros do sector. E tal discussão efectua-se em reuniões abertas a elementos não comunistas que queiram participar e melhorar o projecto de intervenção.

**José Covas, trabalhador da Rodoviária Nacional:**

— A preparação da Conferência a nível da Rodoviária Nacional tem sido dinamizada por vários plenários de célula realizados nos principais locais de concentração de trabalhadores da empresa. Têm contado frequentemente com a participação aberta de muitos trabalhadores sem partido mas também eles vivamente interessados em apontar soluções para a grave situação da empresa, as quais se enquadram nos objectivos da Conferência de resolução da crise económica a nível sectorial e nacional.

Num rápido balanço provisório das principais preocupações manifestadas pelos trabalhadores podemos indicar:

— Pouca divulgação da gravíssima situação herdada pela RN; na verdade sentem que o Governo pouco tem esclarecido a opinião pública sobre as consequências desastrosas da gestão dos patrões nas 93 empresas de cuja concentração resultou a Rodoviária Nacional e assim os inimigos das nacionalizações tem atacado a empresa pelos prejuizos que apresenta. Nunca estes disseram que ela recebeu prejuizos acumulados bastante superiores a um milhão de contos; nunca puseram a descoberto o péssimo estado em que se encontraram os equipamentos, a frota e as

instalações; nunca confessaram as imensas carências de elementos contabilísticos com anos de atraso nas contabilidades. Toda esta herança, sentem os trabalhadores, tem custado largas centenas de milhares de contos à RN.

— Passado quase um ano desde a criação da RN como empresa pública e dois sobre a data da nacionalização, a situação actual é difícil, mantem-se inalterada a legislação reguladora dos transportes terrestres que está profundamente desactualizada e isto impede em parte a racionalização das carreiras; verifica-se uma grande descoordenação dos serviços entre a RN e CP. Subsistem largas zonas de concorrência entre serviços com total perda de economias possíveis. Em alguns locais, como Évora, verificaram-se reuniões conjuntas entre camaradas da CP e da RN, nos trabalhos preparatórios da Conferência, numa óptica correcta da discussão de formas concretas para a efectiva coordenação fundamental para a correção de graves desvios do sector dos transportes terrestres. Por outro lado, verifica-se a ausência de medidas de saneamento financeiro que permitam eliminar a má imagem da empresa junto dos seus fornecedores e venham criar condições de uma necessária e saudável gestão de recursos; assim os altíssimos encargos especulativos recebidos dos patrões tem custado à empresa mais de 400 000 contos.

Salientam igualmente os trabalhadores, que já propuseram e apresentaram, por várias vezes, com clara consciência e conhecimento das dificuldades, formas para se sair da crise e favorecer a recuperação da empresa. Sistemáticamente tem sido ignorado, ora pelo Governo ora pelos gestores da empresa, que a única solução para se sair da crise é através de um trabalho conjunto esclarecido e objectivo com a participação dos trabalhadores.

As principais soluções que os trabalhadores têm apontado estão na linha das preocupações indicadas.

As sugestões apontadas têm sido quer a nível da política global do sector, quer a nível da empresa. Na linha de orientação definida para a Conferência avançaram com largas sugestões com efeitos a muito curto prazo e outras

que, embora tenham efeito a médio prazo, têm de ser desde já lançadas.

Entre as primeiras e mais frequentemente apontadas tem sido a necessidade de substituição urgente de alguns dos gestores da empresa que têm claramente demonstrado a sua incapacidade para a função que ocupam; a resolução do problema do saneamento financeiro da empresa que aguarda solução do Governo há mais de um ano, com os custos que indicámos; alteração ao funcionamento da banca que trava e dificulta o financiamento da empresa; relançamento de investimentos necessários ao reapetrechamento da frota e instalações com efeitos positivos na melhoria da exploração e dos serviços, ao reduzir os custos de manutenção e os tempos de imobilização das viaturas.

Entre as medidas mais frequentemente apontadas com efeitos a médio prazo, mas de urgente necessidade de lançamento contam-se: a revisão imediata da legislação sobre transportes terrestres e definição de uma política para o sector que caracterize claramente a função social e económica dos transportes, qual o papel que cabe a cada um dos modos e operadores de transportes; a adopção de medidas que visem a normalização das marcas, modelos e técnicas de montagem de camiões pois segundo estudos já feitos, isso poderá significar uma poupança de divisas na ordem dos 2 milhões de contos em cinco anos.

Continuam a chegar à organização do partido no sector da RN, muitas sugestões em que se nota que através da análise dos problemas do dia a dia, os trabalhadores têm medidas a apontar: são a racionalização das carreiras nos locais A, B, C, a eliminação de estrangulamentos do trânsito e tantas outras.

Mas é importante que, em todos os locais onde haja trabalhadores da empresa, estes continuem a discutir os problemas concretos e a avançar sugestões pois a empresa está fortemente distribuída por todo o país e a denúncia de todos os problemas é fundamental para roubar armas aos inimigos da reacção e para alcançar soluções que sirvam os objectivos da Conferência Económica.

**Joaquim Galhós, trabalhador da CUF:**

— A Comissão Concelhia do Partido no Barreiro criou uma Comissão Coordenadora para a preparação da Conferência Económica em todo o concelho.

No caso da CUF, o qual com alguns camaradas do Secretariado da célula da CUF, trabalhando em conjunto com o núcleo de técnicos,

## QUADROS TÉCNICOS DA INDÚSTRIA

O camarada Rui Moura, engenheiro, fala-nos da participação de quadros técnicos nos trabalhos preparatórios da Conferência Económica do PCP:

«A participação dos quadros técnicos, que trabalham nos sectores industriais, nos trabalhos de preparação da próxima Conferência Nacional do PCP, tem sido importante, quer em quantidade quer em qualidade. Saliente-se mesmo o número elevado de quadros técnicos não comunistas que têm participado juntamente com os comunistas nas amplas discussões de grupos alargados e das assembleias de células de empresas. Têm participado activamente na redacção das conclusões das discussões e na elaboração colectiva de documentos de apoio das intervenções na Conferência. A participação estende-se, nalguns casos, desde os gestores das empresas aos directores técnicos, fabris e departamentais. Algumas das medidas que vão ser apontadas na Conferência partiram das ideias dos quadros técnicos que têm participado nas discussões com os comunistas.

«Dentro dos objectivos essenciais da Conferência — poupança de meios e re-

dução ou eliminação de desperdícios, produção nacional de produtos importados, aumento das exportações e diminuição das importações — têm sido apontadas medidas muito concretas que, a serem aplicadas, permitiriam a curto prazo reduzir o actual deficit das balanças de pagamentos e da produção — consumo nacionais.

«As discussões têm abarcado praticamente todos os sectores e subsectores: das indústrias extractivas e transformadoras, siderúrgicas, metalomecânicas pesada e ligeira, construção e reparação naval pesada e ligeira, electromecânicas pesada e ligeira, electrónica, têxteis, químicas e petroquímicas, automóveis ligeiros e pesados, cimentos, construção civil, adubos, calçado e vestuário, madeira e mobiliário, cortiça, celulosos, papel e pasta de papel, vidro e vidro plano, produtos farmacêuticos e alimentares, energia, etc., etc.

«A participação dos quadros técnicos, que não se pode dissociar da do conjunto das classes trabalhadoras, tem-se dividido por temas sectoriais e por empresas. Quanto a estas, vão desde as grandes às médias e pequenas. Nestas, têm-se realizado plenários de conjunto de empresas mesmo não sectoriais.

«Têm surgido contribuições muito valiosas, inclusivé de empresas multinacionais, onde os quadros técnicos sentem que os seus interesses estão intimamente ligados aos de todas as classes trabalhadoras.

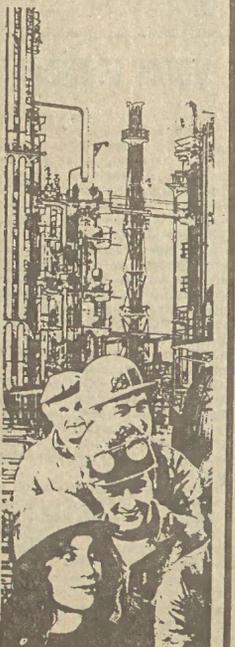
Num exemplo concreto de participação sectorial, podemos citar o caso das indústrias extractivas. Realizaram-se várias reuniões preparatórias em Aveiro, Beja, Coimbra e Aljustrel e no Porto, com a participação de geólogos, engenheiros de minas, outros técnicos e mineiros, originando um valioso documento de apoio à intervenção respectiva na Conferência Nacional, através dum conjunto notável de conhecimentos teóricos e práticos dos técnicos e operários portugueses que têm espírito patriótico para arrancar este sector do estado de atraso herdado do fascismo e colocá-lo ao serviço do Povo português, dono de riquezas imensas mal aproveitadas ou mesmo inaproveitadas.

«De tudo quanto se tem observado, podemos comprovar grande número de quadros técnicos competentes que estão com a Revolução, desejosos de se aperfeiçoarem e serem os seus conhecimentos ao serviço de uma nova economia nacional que, defendendo os interesses das classes trabalhadoras, defenda integralmente os interesses nacionais».

Para a realização destes debates, dividimos a CUF em cinco áreas: adubos, produtos químicos e metais, óleos e rações, têxteis e Direcção de Serviços do Barreiro (Serviços de Apoio). Já efectuamos debates em algumas destas áreas. Esses debates não têm tido a assistência que esperávamos mas têm sido animadíssimos e com a participação antusiástica e esclarecedora de operários e de técnicos, muitos deles não sendo militantes do partido, mas que se dispuseram a discutir connosco os assuntos económicos que afectam a empresa e o país.

Além dos debates abertos, têm sido contactados quadros técnicos não comunistas para, em âmbito mais restrito ou até individualmente, darem a sua contribuição para a Conferência. O encerramento dos debates abertos realiza-se hoje, quinta-feira, pelas 21 horas, no Cinema dos Ferroviários, numa reunião concelhia em que se convidam todos os camaradas do Barreiro a debaterem os assuntos económicos sobre os quais a Conferência se vai debruçar.

Para nós o fundamental é procurar dizer o que na CUF está mal e porque está mal, apontando medidas para ultrapassar a situação de crise actual, procurando aumentar a produção, fazendo a poupança dos meios, buscando a redução e a eliminação dos desperdícios, procurando utilizar da melhor maneira os recursos das matérias-primas nacionais, aumentando as exportações e diminuindo as importações e tentar assim superar a situação deficitária da empresa.



Organização Regional do Norte:

## BOM RITMO NOS TRABALHOS PREPARATÓRIOS

No âmbito da preparação da Conferência Económica, na Organização Regional do Norte do PCP, realizam-se, no próximo fim-de-semana, entre outras, reuniões de técnicos e trabalhadores têxteis em Pevideim, Fafe, Santo Tirso e no Porto. Até ao momento, na DORN efectuaram-se cerca de três centenas de reuniões com a participação de alguns milhares de pessoas, filiadas e não filiadas no Partido. Foram aproveitados cerca de duas centenas de trabalhos e de propostas para serem analisados no decurso da Conferência.

A situação das unidades produtivas ou de determinados sectores económicos, as medidas práticas visando o aumento da produção e da produtividade, a fabricação nacional de numerosos produtos até agora importados, a utilização integral da capacidade produtiva instalada, as medidas a tomar para diminuir o consumo das matérias-primas e de energia têm sido os temas mais analisados no decurso das reuniões por técnicos e trabalhadores, comunistas e não comunistas, mas igualmente interessados na superação das dificuldades actuais no quadro de uma reanimação económica que respeite, garanta e consolide os princípios designados na Constituição.

Os trabalhos já elaborados contêm importantes contributos para a definição de uma alternativa democrática à política de recuperação capitalista seguida pelo Governo. São analisados quase todos os sectores produtivos da região, nomeadamente têxtil, habitação e urbanismo, madeiras e mobiliário, material eléctrico e electrónico, oleaginosas. Propostas concretas são igualmente apresentadas para importantes empresas como sejam os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a Petrolgal, e tantas outras. O Porto de Leixões, as Alfândegas são também objecto de análise e apontam-se soluções para os problemas que aí se fazem sentir.

O trabalho preparatório da Conferência está a ser uma boa contribuição para o reforço da organização do Partido, contribui para o melhor conhecimento por parte dos comunistas da situação existente nas empresas e nos diversos ramos da produção, para o estreitamento de laços com outros técnicos e trabalhadores que, apesar de não estarem filiados no Partido, aceitaram dar o seu contributo para o enriquecimento dos trabalhos e das medidas preconizadas.

Entretanto, como seria de esperar, um grande número de pequenos e médios agricultores e rendeiros têm participado em reuniões onde são analisados os problemas do sector agrícola, tendo-se discutido e apresentado propostas de solução para alguns deles, nomeadamente sobre a produção pecuária, o vinho, o leite, a comercialização da fruta, baldios e produção de milho e sobre arrendamento rural.

Por razões óbvias, nem todos quantos participaram nos trabalhos preparatórios, participaram na Conferência como delegados ou assistiram aos trabalhos como convidados. Entre os convidados cujo número ascende a meio milhar, estarão alguns técnicos, trabalhadores e gestores que não estão filiados no partido. Entretanto, por parte de dirigentes do partido e de todos quantos têm participado nos trabalhos preparatórios existe a disposição de prosseguir, para além do dia 5 de Junho, o trabalho de análise, de discussão das medidas a tomar para vencer a crise, reanimar a economia e aplicar uma alternativa democrática nos termos da Constituição.

50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

# VAMOS PARA A FRENTE!

Ultrapassar os 50 mil? Já está! Hoje podemos anunciá-lo e faltam ainda muitas iniciativas programadas, faltam ainda muitas contas a apresentar, falta ainda o último esforço de muitos camaradas, falta ainda o apoio carinhoso que muitos amigos do Partido, que milhares de democratas se empenharam em dar a esta iniciativa.

Podem os comunistas estar orgulhosos deste êxito. Podem os nossos amigos partilhar este orgulho e esta alegria connosco, já que partilharam connosco o entusiasmo e a confiança que acolheu a decisão do Comité Central em fixar o montante de uma Grande Campanha Nacional de Fundos!

Nem os mais acérrimos inimigos do Partido puseam alguma vez em dúvida de que alcançaríamos a meta hoje transposta. Para os militantes, desde o início, houve a certeza de que a breve prazo ela seria alcançada.

Hoje, cientes da grande vitória política realizada pelo esforço, pela capacidade e pelo engenho de

muitos e sobretudo com a consciência do acolhimento caloroso das massas, vamos lançar-nos, nestes últimos dias que nos separam da data de encerramento da Campanha, na fase final. Vamos levar para a frente as iniciativas programadas, vamos ultrapassar em muito a meta!

O volume das iniciativas a realizar daqui para a frente, de entre as quais noticiamos algumas, mostra que o empenhamento do Partido não esmoreceu, antes cresce e se desenvolve. E é sobretudo em festa que as iniciativas surgem e se multiplicam. Todos querem contribuir para o engrandecimento do Partido, nenhum comunista vai deixar de participar, com os seus amigos, nas realizações destes últimos dias. Quanto poderemos alcançar até 29 deste mês? Que iniciativas podem ainda aproximar-nos mais de todos os trabalhadores nos escassos dias que faltam?

Ultrapassar os 50 mil? Já está! Vamos para a frente!

## APRESENTAR AS CONTAS

A Campanha, logo que foi iniciada, organizou-se a todos os níveis do Partido, cobriu o território nacional, atravessou as fronteiras, foi ter onde estavam os trabalhadores portugueses, foi ter onde o povo vive e constrói. A Campanha ramificou-se organicamente pelas localidades, pelas empresas, pelos grupos de amigos.

Organizadamente também as contas foram sendo apresentadas, não faltarão semana em que o "Avante!" não trouxesse longas listas das contribuições, não

assinlasse o esforço que por todo o lado os comunistas e os democratas quiseram empenhar nesta grandiosa tarefa de fortalecer o Partido. Listas e cupões, receitas de festas, os mais diversos donativos foram contabilizados, ao mesmo tempo que era dado testemunho, na vivacidade dos apontamentos e curtas reportagens ou em simples notícias, da alegria das iniciativas, da sinceridade das reuniões e convívios que a Campanha permitiu, da vastidão das realizações.

No dia 29 de Maio as mais

diversas festividades vão assinalar o fim da Campanha, vão recolher os últimos contributos. É tempo de pensar em apresentar rapidamente contas, para que rapidamente possamos publicar o resultado final. É tempo de preparar as contas finais, de vender os últimos cupões, de preencher e devolver as últimas listas. É tempo, dada a profundidade que a Campanha alcançou, de tudo preparar para que as contas venham a tempo, dando as organizações, mais uma vez, prova da sua capaci-

dade de controlar os seus trabalhos, de organizar um final de Campanha impecável e límpido como o foi ela própria no seu decorrer entusiástico.

Atrasos vencidos, listas e cupões recolhidos, contas apresentadas, vão ser tarefa a realizar rapidamente nestes últimos dias de vitória, a realizar também com entusiasmo, com pressa mas ponderadamente. O êxito que a Campanha é representa a confiança das massas. A elas prestamos contas, como o temos feito.



## GRANDE FESTA

### Encerramento da campanha dos 50 mil contos em Lisboa 29 de Maio

#### Programa

- 9 h 00 m — Grande mercado de produtos da Reforma Agrária — Iniciações para Pioneiros
- 13 h 00 m — Baile, espectáculos, variedades
- 17 h 30 m — Comício com a presença do camarada Álvaro Cunhal
- 21 h 00 m — Revelamos para a semana!

Comes e bebes, rifas, exposições

GRANDE LEILÃO PÚBLICO DE OFERTAS PARA A CAMPANHA

## PIQUENIQUE NA MALVEIRA

Piquenique e festa popular são as iniciativas que os camaradas da Malveira se propõem realizar no próximo domingo, dia 22. É na Malveira da Serra, perto do Guincho, que muitas pessoas irão ter oportunidade de conviver, de levar os seus amigos e provar o ar puro e os petiscos. Um programa que inclui futebol, ginca de bicicletas, atletismo, jogos, música e baile.

A partida é da Estação de Cascais. Há muitas carreiras.

## Em Almada LEVA UM AMIGO À FESTA

Em Maio Mais um Amigo, Na Festa da Amizade, dizem os camaradas de Almada. Em Maio flores e luta, mês de quem trabalha, e que deverá ter a sua festa, mas festa de amigos, festa de unidade e luta, num mundo que é nosso. Mais a soma das mãos que se dão, no teatro, no Canto Livre, nos filmes projectados, nas exposições, naquilo que se aprende e se ensina. Um Amigo a juntar-se a nós, será a prova viva de que os comunistas não são fechados em si mesmos, mas abertos como o próprio Povo que

são, na Amizade de quem trabalha, na Unidade firmada no dia a dia, esta é a Festa que queremos construir todos os dias. Assim anunciar a Festa da Amizade que animará Almada nos dias 27, 28 e 29 de Maio. Analizar no já conhecido Barraco da Romeira, na Cova da Piedade, a festa será, por assim dizer, o fecho de ouro da Campanha no concelho de Almada.

## GRÂNDOLA, MONTIJO E SEIXAL ULTRAPASSAM METAS

Para fazer um balanço do que tem sido a Campanha Nacional de Fundos no distrito, reuniu no passado sábado, no Centro de Trabalho de Setúbal, o plenário distrital das comissões coordenadoras concelhias da campanha, onde foram relatadas as iniciativas em curso e do que se propõem fazer nesta fase final.

Foram particularmente saudados os êxitos já alcançados pelos concelhos de Grândola, Montijo e Seixal. Para uma meta inicial de 300 contos o concelho de Grândola já conseguiu, através do esforço e dedicação dos camaradas, ao seu Partido, ultrapassar este objectivo com uma verba que nesta altura se cifra em mais 105 200\$00.

No Montijo, concelho com características tanto heterogéneas, conseguiu-se ultrapassar os 400 contos.

Este concelho, que neste momento cifra a sua contribuição para a campanha em 504 700\$00, tem esperança de alcançar ainda os 600 contos, embora se reconheça que o tempo que falta para o final da Campanha, já não é muito.

No final de Abril já o concelho do Seixal tinha atingido a meta que se tinha proposto alcançar. Nesta altura os camaradas daquele concelho vão com 1 100 200\$00, continuando a enviar esforços para que esta verba seja largamente reforçada.

Todos os concelhos estão a avançar para a realização de festas que assinalarão o final da Campanha, dando mostras do esforço que ainda são capazes de desenvolver neste encerrar da Campanha, para que se confirme a vitória.

Como disse o camarada Jaime Serra, na sua intervenção final, o grau de ultrapassagem dos 50 000 contos depende do esforço que todos ainda fazamos.

## FAZER O BALANÇO

Os sucessos já obtidos pela Campanha Nacional de Fundos, os variados aspectos de que se revestiu esta tarefa grandiosa, o êxito obtido no cruzar da meta antes do prazo fixado e em pouco tempo, merece que comecemos desde já a debruçar-nos sobre todos esses aspectos, merecendo um balanço circunstanciado, merecendo que avaliemos os resultados e lhes demos a sua verdadeira dimensão.

Foi assim que a Comissão Coordenadora da Campanha, de acordo com a Direcção do Partido, decidiu solicitar de todas as Direcções Regionais e de outros grandes Sectores do Partido que intervieram na Campanha, balanços em que fossem referidos não apenas os aspectos quantitativos da actividade desenvolvida, mas também os casos originais, as

novas iniciativas que a Campanha proporcionou, os números referentes aos documentos publicados. A recolha de elementos necessários a esses balanços sectoriais deveria começar desde já e deveriam estes ser enviados o mais tardar à Comissão Coordenadora Central até 15 de Junho.

Com êxito, a actividade desenvolvida em volta do tema da Campanha vai deixar marcas. Marcas impressas pelo êxito financeiro. Marcas de um sucesso político esperado pelos progressistas e encarado com raiva pela direita.

Durante a Campanha os comunistas mostraram melhor quem eram. E aprenderam muito, também, no contacto com as massas, aprenderam a descobrir novas formas de comunicar com os seus irmãos

de classe e com os seus aliados nesta luta em que estamos empenhados.

Nó balanço final das actividades, todos os aspectos desta gigantesca tarefa, desta Campanha grandiosa, devem ser tidos em conta, ouvidas as opiniões dos camaradas e dos amigos que participaram na multiplicidade de iniciativas realizadas — festas, convívios, leilões, porta-a-porta, recolhas de donativos e de ofertas. Saber quais as formas que, em cada sector tiveram mais aceitação, pesar os sucessos financeiros e políticos de cada actividade. Muitos camaradas houve que aprenderam a confiança de que um militante comunista disfruta, a maioria afirmou o que já sabia, mas aprendeu melhores formas de mobilizar a simpatia que o Partido inspira

junto de amplas massas do nosso Povo.

Fazer o balanço da Campanha é, pois, nova tarefa. Que nos prepara melhor para o futuro.

## CONFRATERNIZAÇÃO EM CHANÇA

O dia 21 de Maio será também um dia de festa em Chança, Alter do Chão. Será inaugurado o Centro de Trabalho do Partido e encerrada ao mesmo tempo naquela localidade a Campanha dos 50 mil contos.

Grande jornada de confraternização espera todos os participantes, que serão muitos, sendo esperadas excursões de outros pontos do país.

Presente se encontrará também o camarada Joaquim Gomes, do Secretariado do Comité Central que intervirá no comício.

Entretanto a jornada começará com a alvorada de foguetes e a abertura do Centro seguindo-se a abertura da Feira, com vendas de ofertas e materiais do Partido. Depois há as provas desportivas para crianças e um leilão. Ao almoço há pratos regionais. Depois do Comício há Canto Livre com a actuação de Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Ana Bola, Fernanda Piçarra, Luísa Bastos, Edmundo Silva, Adriano Correia de Oliveira, João Fernando, Manuela Chameira, Helder Chameira, Paula Simão, Carlos Paulo, Grupo Pioneiros de Chança, Rancho Folclórico do Alcorrego, Grupo Coral de Foros do Mocho.

Depois será arraial e baile até de madrugada.

## Em Coimbra A CAMPANHA ENCERRA COM FESTA POPULAR

O encerramento da Campanha dos 50 000 Contos será comemorado em Coimbra com uma grande festa popular a realizar no próximo dia 22, domingo, no Parque da Cidade.

Do programa anunciado, a manhã será especialmente dedicada às crianças com jogos, pintura e sessões de cinema.

O almoço decorre no Parque.

Durante a tarde realizar-se-á um comício com a participação do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Um programa de variedades em que participarão Fernando Farinha e os seus guitarristas, a Brigada Vítor Jara e outros artistas prolongarão a festa popular que terminará com um baile.

Durante o dia funcionarão também barracas de diversões, bancas de livros e vendas de outros artigos.

Em Setúbal, apesar da chuva, o dia 15 foi marcado pelos Cantares de Maio, no Cine Esplanada. Actuaram vários artistas da cidade e ainda Luísa Basto, Carlos Paredes, Samuel, Nuno Gomes dos Santos e Júlia Babo.

No concelho de Grândola, nos dias 14 e 15 houve festa na Esplanada, com baile, quermesse e Canto-Livre.

No Barreiro várias iniciativas assinalaram o fim-de-semana. No dia 14 houve um porta-a-porta. Nesse mesmo dia a célula da Siviye promoveu um convívio com provas desportivas. Mais de 5 mil pessoas participaram no convívio.

A freguesia de Santo André, no dia 16 recebeu o grupo de amadores da freguesia do Lavradio, assistindo-se a teatro.

Em Setúbal, apesar da chuva, o dia 15 foi marcado pelos Cantares de Maio, no Cine Esplanada. Actuaram vários artistas da cidade e ainda Luísa Basto, Carlos Paredes, Samuel, Nuno Gomes dos Santos e Júlia Babo.

No concelho de Grândola, nos dias 14 e 15 houve festa na Esplanada, com baile, quermesse e Canto-Livre.

No Barreiro várias iniciativas assinalaram o fim-de-semana. No dia 14 houve um porta-a-porta. Nesse mesmo dia a célula da Siviye promoveu um convívio com provas desportivas. Mais de 5 mil pessoas participaram no convívio.

A freguesia de Santo André, no dia 16 recebeu o grupo de amadores da freguesia do Lavradio, assistindo-se a teatro.

## BELA FESTA POPULAR

Com a Sociedade Recreativa cheia e o terreno repleto de participantes, os trabalhadores de São Domingos de Rana, Tires, Caparide, Abóbdade e Trajouce levaram a cabo uma festa popular integrada na Campanha dos 50 mil contos para o Partido. Nesta zona

do concelho de Cascais interessantes iniciativas populares têm modificado a situação de abandono herdada do fascismo. Uma escola, parques infantis, cooperativas de consumo e de habitação, novos planos de urbanização e de resolução do

problema das construções clandestinas mobilizam centenas de homens e mulheres da população trabalhadora.

A festa para a Campanha dos 50 mil contos de domingo último recolheu a expressão popular de todas estas realizações. Tómbolas, comes e bebes, leilões de ofertas, aumentaram a contribuição, dos trabalhadores do concelho de Cascais para a Campanha financeira do Partido.

## SORTEIOS

Comunicamos as camaradas da Freguesia de São João que, no dia 5 do corrente foi realizado o sorteio referente à iniciativa "Revolução em Disco", tendo o prémio saído do número 780.

A célula da Carris, por seu lado, realizou no Centro de Trabalho Vitória o sorteio do "Cabaz de Compras". Os números premiados foram: 1.º — 0089; 2.º — 0909 e 3.º — 0513.

A célula dos Motoristas da DORL sorteou um talher no âmbito da Campanha. O prémio coube ao número 1922. O sorteio foi no Centro Vitória, no dia 17 do corrente.

Na Quarteira, Algarve, houve ceia-convívio, promovida pela Comissão de Freguesia do PCP. Presentes cerca de 100 pessoas, a maioria simpatizantes. Cantares e leilão animaram o convívio.

No dia 7, em Bencatel, uma sessão de esclarecimento que reuniu 300 pessoas, contou com

## Tomar nota na agenda

Até dia 29 sucedem-se umas às outras as iniciativas, que são verdadeiras festas de regozijo, já, pelo êxito conseguido, que são também últimos esforços para levar mais além os resultados.

No dia 21, a célula da CML promove em Sesimbra uma sardinhada. O Sector Público, no dia 20, realiza um espectáculo na Voz do Operário, com uma 1.ª parte de Teatro e a 2.ª de «Canções em Maio». A reserva dos bilhetes é no CT de Alfama, pelo telefone 864015.

O Sector Público, ainda no dia 20 faz a sua festa de encerramento da Campanha, começando às 10 da manhã com um programa infantil e havendo às 15 horas canto livre. Este programa que inclui um filme do VIII Congresso e uma noite de fado terá lugar em Alfama.

Dia 21, sábado, em Aveiro, há uma festa distrital no Pavilhão Beira-Mar. Com Canto Livre, Fados, Baile, sorteios e surpresas. Actuam o Grupo Estrela, Artur Ramisote, Geraldo Alves, a Brigada Vítor Jara e Fernando Farinha.

Na Herdade da Palma a festa é no dia 21, com largada de novilhos, exibição de ranchos folclóricos, variedades e um baile. Levar farnel.

Ainda em 21, em Ferreira de Capelinhos, um baile, canto livre, projecção de filmes e uma intervenção política.

Dias 21 e 22, Grande Festa na Branda, no recinto da feira. Banda, canto livre, fados, grupo coral. Provas desportivas e teatro infantil. No sábado os camaradas contam com a presença do camarada Octávio Pato, do Secretariado do Comité Central que fará uma intervenção política.

A célula da Cel Cat promove em 21 de Maio uma festa convívio com a participação do Coro da Academia de Amadores de Música. Será às 21 e 30.

A célula do Hospital dos Capuchos, no dia 22, promove um piquenique nos terrenos anexos ao Estádio Nacional. Levar farnel e partir às 8 horas da Praça Marquês de Pombal. Programa animado.

No Clube dos Sempre Unidos, a Organização de Santa Engrácia promove festividades que contam com canto livre, filme, jograis e poesia. É no dia 20, às 21 e 30.

A 2.ª Zona do GLL vai organizar uma sardinhada na Mata de Caselias, no próximo domingo, às 10 horas. Provas desportivas e infantis. Canto livre. Participação da camarada Alda Nogueira, do Comité Central.

Uma Organização da Penha de França promove, no mesmo domingo, às 10 horas uma festa no Sport Lisboa Oriental. Manhã infantil, filmes e canto livre.

No Montijo, no domingo à tarde as crianças poderão assistir à projecção de um filme que lhes é dedicado.

Ainda no domingo a Comissão Concelhia de Santiago do Cacém promoverá um comício-festa, na Herdade da Amieira — em Alvalade-Sado, que contará com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido.

A festa de Alvalade-Sado será dedicada às crianças, na parte da manhã; estas participarão em provas desportivas. Pelas 16 horas haverá teatro pelo «Grupal de Alvalade» que representará a peça «Abril Renovado». Depois do teatro o Grupo Coral da Casa do Povo de Alvalade, o Grupo Coral dos Pioneiros de Alvalade e o conjunto «Os Galés» além de outros artistas tomarão parte em mais uma sessão de canto livre, que terminará com um grande baile.

Um porco, um cabrito e um galo são prémio de um sorteio, organizado pela comissão concelhia de Santiago do Cacém.

No dia 22 os trabalhadores da LISNAVE realizam um torneio de futebol com 18 equipas e que se iniciará às 8 e 30, no campo do Beira-Mar, em Almada. Haverá taças para todas as equipas que vençam jogos e outra para a mais votada.

Na Sociedade Capricho Miltense, amanhã, pelas 21 e 30, haverá uma GRANDE NOITE DE FADOS.

Também amanhã, pelas 21 e 30, em Ermidas-Sado, será projectado o filme «Estrola da Felicidade».

No dia 21, sábado, Alcácer do Sal estará em festa. Pelas 14 horas 3 bravíssimos novilhos serão pretexto para os mais aditos poderem dar largas às suas aptidões tauromáquicas. Às 18 horas exibir-se-ão ranchos folclóricos seguindo-se alguns números de variedades. À noite, um grande baile encerrará os festejos.

Também nos dias 21 e 22 se irá realizar no Campo do Luso, no Barreiro, uma festa popular com várias actividades: canto livre, projecção de filmes, teatro infantil, banda de música, grupos corais alentejanos e baile. Todas as organizações do concelho estarão representadas através de stands. No dia 22 haverá uma intervenção política a cargo de um camarada do Comité Central do nosso Partido.

Nos dias 23 e 25, pelas 21 e 30, haverá projecção de filmes em Sesimbra.

No dia 26, na Atalaia, concelho do Montijo, haverá também projecção de filmes, pelas 21 e 30.

## A DORN ULTRAPASSOU A META

A 16 dias do termo da Campanha, a Organização Regional do Norte já havia recolhido mais 233 contos do que o objectivo fixado pela DORN. Angariar 5233 contos em cerca de três meses representa um êxito tão possível de ser alcançado por uma organização que diariamente orienta a sua acção pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

O êxito da Campanha dos 50 mil contos no Norte é o mais cabal demonstração da «teoria» do isolamento do PCP — declarou ao «Avante!» o camarada João Fonseca, membro suplente do CC e do secretariado da DORN, que acrescentou:

A recolha de fundos não foi somente feita no interior das sedes do Partido, muito pelo contrário, desenrolou-se nas empresas, nos campos e nas ruas, com os resultados que estão à vista. Por outro lado — frisou — o trabalho desenvolvido pelos nossos camaradas ajudará certamente a vencer o sectarismo que, aqui ou ali, ainda se manifesta. Dará mais confiança aos comunistas para prosseguirem e intensificarem o trabalho de esclarecimento, organização e mobilização dos trabalhadores e das massas populares. É ainda de sublinhar que foi exigido um grande esforço aos militantes dos cinco distritos da área da DORN para, através da sua dedicação, da sua militância e vontade de vencer, atingir a meta estabelecida.

Mesmo no Distrito de Bragança, recordou o camarada João Fonseca, onde se vive uma situação de todos conhecida, foram recolhidos mais de cem contos. Os militantes do PCP empenharam-se e conseguiram obter fundos, nomeadamente junto de pessoas que não são comunistas.

Podia dar-se muitos exemplos concretos, referiu o membro do secretariado da DORN que, a propósito, narrou um episódio vivido no centro de Trabalho de Vila Real, onde um camponês da Campaê, depois de ter entregue uma nota de 500 escudos para a Campanha, fez questão de declarar: Quero dar este dinheiro para o Partido que mais tem defendido os agricultores.

Recordando outros casos, o camarada frisou que em Braga e noutras zonas da DORN houve trabalhadores, conhecidos como militantes ou simpatizantes do PS, que não só contribuíram com dinheiro como fizeram circular listas para recolha de fundos para o PCP, numa manifestação insusceptível de unidade, de solidariedade para com o Partido Comunista Português.

## FESTA NO CHOUPAL EM TORRES VEDRAS

No concelho de Torres Vedras podemos também afirmar que a Campanha dos 50 mil contos, como o provam as festas realizadas em Runa, Orjariça, Penedo, Carveira, Ameal e Cadoico — escrevem os camaradas da Comissão de Fundos daquela concelho — Para o encerramento da Campanha, os Centros de Trabalho do PCP de Torres Vedras, Lourinhã e Cadaval vão realizar uma Grande Festa Popular no Parque do Choupal, nos dias 21 e 22 de Maio.

No sábado haverá provas desportivas de manhã e de tarde

— com início às 10 e às 14.30 horas —, com basquetebol, voleibol, andebol, atletismo, ginca de bicicletas; haverá ainda ranchos, exposições fotográficas, "comes e bebes"; à noite será o baile, leilões e diversões.

No domingo a festa continua, com mais provas desportivas e almoço convívio. Nessa tarde, a partir das 15 horas o camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado do Comité Central fará uma intervenção política. A festa não acaba aqui, seguindo-se mais ranchos folclóricos, Canto Livre, leilões e o baile, à noite.



## AS FINANÇAS DAS AUTARQUIAS NÃO PODEM SER UM INSTRUMENTO DE MANOBRAS DO GOVERNO

A dedicação dos órgãos de poder local democráticos e a vontade do movimento popular unitário em resolver os problemas existentes esbarra com a legislação actualmente em vigor, que decorre no essencial do regime fascista.

A luta das forças democráticas e de muitos órgãos de poder local conduziu já a que a Assembleia da República esteja neste momento a proceder, na respectiva Comissão, à discussão de projectos de lei (incluindo o apresentado pelo PGP) sobre atribuições e competências dos órgãos de poder local.

Logo que aprovada, esta legislação tem que ser completada a curto prazo com uma profunda reforma das finanças locais e com a institucionalização das regiões administrativas, que pressupõem a necessária realização de eleições para os seus órgãos.

Contudo, e enquanto não existe um novo sistema de finanças locais, estabelecido conforme com o estabelecido na Constituição, torna-se necessário prestar especial atenção ao problema das verbas que os órgãos de poder local receberão durante o corrente ano.

### "A POLÍTICA" DOS DINHEIROS

Como é que o regime fascista distribuía dinheiro às autarquias locais? Em traços gerais, pode dizer-se que os recursos próprios das autarquias eram insuficientes, sendo o poder central fascista quem subsidiava, através de "comparticipações", o custo das obras a realizar. Através desta via, o governo fascista controlava completamente a actuação dos órgãos de poder local em todo o país.

Este sistema ainda hoje permanece formalmente semelhante ao de então. Mas, durante os Governos Provisórios, iniciou-se a prática de distribuir esses subsídios e participações de forma planeada e com participações das autarquias locais.

Em 1977, o artigo 4.º da lei n.º 11/77 estabelecia: 1. Até 31 de Março de 1977, o Governo fará publicar por decreto-lei o plano de distribuição, pelos municípios, dos subsídios para a realização de obras municipais, das transferências para despesas correntes e das dotações para obras participadas, incluídos no Orçamento Geral do Estado, além da comparticipação dos fundos e serviços autónomos.

2. O plano referido no número anterior será elaborado com a participação dos municípios e de acordo com critérios equitativos de distribuição, que atendam, entre outros aspectos, ao nível demográfico dos concelhos, ao seu nível em equipamentos básicos, à capacidade financeira dos respectivos municípios e à gradual correcção dos desequilíbrios regionais.

3. O plano referido nos números anteriores será acompanhado de um relatório que discrine e justifique as verbas entretanto distribuídas aos municípios.

4. O Governo apresentará à Assembleia da República, até à revisão orçamental, uma proposta de reorganização das finanças locais, orientada no sentido de uma crescente descentralização e do reforço dos meios financeiros atribuídos aos órgãos de poder local, em cumprimento do disposto na Constituição.

Esta disposição é uma importante vitória das forças democráticas. Na verdade, limita o arbítrio e a possibilidade de uma política de discriminações entre autarquias levada, a cabo pelo poder central e, por outro

lado, garante a participação dos municípios na determinação das receitas que a cada um devem caber.

É importante averiguar, no entanto, em que medida o Governo cumpriu as disposições desta lei da Assembleia da República.

Em primeiro lugar, o Governo estava obrigado a publicar o plano de distribuição de verbas até 31 de Março. Apenas o fez em 10 de Maio, embora no "Diário da República" tenha saído com a data de 26 de Abril (Decreto-Lei n.º 168-A/77 de 26 de Abril).

Em segundo lugar, as verbas distribuídas pelos municípios abrangem apenas os subsídios e participações destinadas a viação rural, saneamento básico (água, esgotos e lixos) e equipamento urbano e rural e transferências de verbas do Ministério da Administração Interna para despesas correntes das autarquias. Ficam de fora, embora segundo a lei devêssem ser incluídas, outras participações e serviços autónomos, como por exemplo do Fundo de Fomento da Habitação, do Ministério dos Assuntos Sociais, da ex-Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, etc.

Em terceiro lugar, a lei n.º 11/76 foi violada na medida em que a participação dos municípios na elaboração dos planos foi praticamente nula, dado que na melhor das hipóteses se limitaram a ser informados de quanto cabia a cada autarquia, sem análise anterior do conjunto de verbas e dos critérios de distribuição utilizados.

Em quarto lugar, a lei n.º 11/76 voltou a ser violada na medida em que a análise das verbas distribuídas não conduziu, antes pelo contrário, à conclusão de que o plano do Governo levará à "gradual correcção dos desequilíbrios regionais" (como consagra o n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 11/76).

Assim, a nível de distritos, os valores vão de 180.000 contos para Viana do Castelo a 523 mil contos para o Porto; a nível de concelho a relação é de um para 28 - 3700 contos para Montemor-o-Velho a 103 200 contos para Castelo Branco.

Por último, o Governo não cumpriu a lei n.º 11/76 na medida em que não fez acompanhar o plano de um relatório discriminativo e justificativo das verbas distribuídas aos municípios entre 1 de Janeiro e a data de publicação do plano.

O plano de distribuição de verbas vai ser revisto. Para que essa revisão se traduza no cumprimento efectivo da lei n.º 11/76 torna-se necessário que os órgãos de poder local, que se encontram verdadeiramente empenhados na defesa dos interesses das populações, exijam que o Governo assuma as suas responsabilidades, garantindo o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente no que toca à inclusão no plano de todas as verbas distribuídas aos municípios; à publicação do relatório justificativo das verbas atribuídas até à saída do plano; à participação dos municípios na revisão a efectuar; à correcção das desigualdades e injustiças agora verificadas.

Na revisão do plano, o Governo terá oportunidade de corrigir os atropelos que têm sido cometidos à legislação em vigor. As autarquias locais caberá fiscalizar essa actividade, exigindo o reconhecimento dos seus direitos legais e constitucionais.

Mas caber-lhes-á, sobretudo, lutar por um regime de finanças que ponha definitivamente termo às arbitrariedades e discriminações na distribuição de dinheiros aos municípios e a outros órgãos de poder local.

## É CONHECENDO-SE QUE OS POVOS MELHOR SE PODEM COMPREENDER

Deslocou-se recentemente à República Popular da Polónia uma delegação da Assembleia da República, chefiada pelo camarada José Vitoriano, membro do CC e da Comissão Política do PCP, na sua qualidade de vice-presidente da Assembleia.

O camarada José Vitoriano fez algumas declarações ao "Avante!", destacando a importância da iniciativa, que se insere na necessidade crescente de amplos contactos entre os povos e países de todo o mundo.

— Podes dar-nos uma

problemas e a situação dos dois países. Foi-nos prestada uma informação detalhada sobre o funcionamento e organização da Dieta (Parlamento polaco), de muito interesse.

Os membros da nossa delegação fizeram múltiplas perguntas sobre o seu funcionamento e organização e sobre outros problemas de carácter económico, social, cultural do País. A todas as perguntas nos foi respondido com solicitude, com um vincado interesse de esclarecer. Foi-nos assim possível obter uma informação

entre Portugal e a República Popular da Polónia?

— Esta visita foi muito importante, não apenas no âmbito parlamentar, mas também no quadro muito mais largo das relações entre o Povo português e o Povo polaco.

Permitiu-nos um contacto com a realidade polaca. Permittiu-nos conhecer algumas instituições da Polónia, saber como funcionam, saber como trabalha e vive o seu povo, conhecer *in loco* o processo de desenvolvimento da sua economia, conhecer os seus

muito podem contribuir para essa aproximação e para o estabelecimento de relações amistosas.

Claro que não podemos ignorar — mas antes ressaltar a importância que o desenvolvimento das relações, as mais diversas, entre os países, tais como económicas e culturais, turísticas, desportivas e outras, que toda a cooperação, na base dos princípios da independência e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, dentro do espírito de Helsínquia, constitui sem dúvida, para além de um benefício recíproco para os países e povos que as praticam, uma contribuição inestimável para a defesa e consolidação da Paz, tanto na Europa como no mundo.

— É agora que nos vai falar de Auschwitz...

— Sim. De Auschwitz e da luta pela paz. Porque se há tarefa na Europa e no mundo comum a todos os homens e a todos os povos, independentemente mesmo de regimes políticos, de ideologias e de sistemas económico-sociais, essa tarefa é a preservação e a defesa da paz mundial.

Os polacos sabem como poucos os povos o custo da guerra. Estivemos no campo de concentração de Auschwitz. Toda a delegação saiu profundamente emocionada. É impossível traduzir por palavras o que se sentia ali, no contacto directo com numerosos testemunhos do que foi esta fábrica de morte, onde quatro milhões de seres humanos foram sacrificados, da forma mais bárbara. Uma senhora, sobrevivente de Auschwitz, dava-nos explicações. A delegação portuguesa sabia, naturalmente, o que foi a guerra, que crimes o nazismo praticou nos seus campos de extermínio. Mas uma coisa é saber. Outra sentir. E ali tudo nos fazia sentir, de uma forma quase insuportável, o que representam os horrores da guerra, o que significa o bem inestimável — por que há que lutar com todas as forças — a Paz mundial.



O camarada José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central, presidindo a uma sessão da Assembleia da República

idela geral de como decorreu a visita da delegação da Assembleia da República à Polónia, e os contactos havidos com a Dieta da RPP?

— A nossa visita à Polónia correu bem, muito bem. Por toda a parte, quer nos contactos oficiais quer nas conversas com outros cidadãos polacos, fomos recebidos com muita amizade, consideração, e um grande interesse por Portugal democrático, pela realidade actual do nosso País, os nossos problemas e perspectivas.

Em todos os contactos fomos oferecida ampla possibilidade de troca de ideias sobre os mais diversos

muito lata da vida, dos êxitos e dos problemas do Povo polaco.

Numa viagem que fizemos pela Polónia, tivemos ocasião de visitar, entre outras coisas, Cracóvia, antiga capital e cidade monumento, o combinado siderúrgico Lênine, com 38 000 trabalhadores, a mina de sal-gema em Wieliczka. Visitámos também o que resta do tenebroso campo de morte de Auschwitz — mas dessa visita, que nos impressionou profundamente, prefiro falar depois — é uma lição inesquecível.

— O que representa, a teu ver, esta visita, para os dois povos, para as relações

grandes progressos como também algumas dificuldades e carências.

Ora isto é muito importante. E hoje mais do que nunca. É na realidade conhecendo-se que os povos melhor se podem compreender. É no conhecimento mútuo, no diálogo, na convivência, na cooperação, que estão as bases de aproximação e entendimento entre homens e entre os povos. A cooperação entre instituições, quando frutuosa, o conhecimento recíproco de aspectos fundamentais da história e da cultura dos povos, a permuta de experiências que a todos podem ser úteis, são

sem dúvida elementos que



Na mesa da presidência, Gaspar da Silva, Marília Cal, Dulce Pizarro, Urbano Tavares Rodrigues, Salomão Figueiredo, José Pedro Dias, Vieira Abreu, Piteira Santos, Joaquim Namorado e José Manuel Tengarrinha

## PROFESSORES ANTIFASCISTAS DENUNCIARAM A ACCÃO CRIMINOSA DA PIDE/DGS CONTRA A CULTURA E O ENSINO

Os professores que sofreram no cerceamento dos seus direitos civis, na limitação ou na proibição total da sua actividade criadora, artística ou científica, nos cárceres do Aljube, de Caxias e de Peniche e noutras prisões políticas, e ainda nas dolorosas vias do exílio, o terror fascista — inimigo da cultura e da dignidade humana — sentem-se na obrigação de conjuntamente elevar o seu mais veemente protesto contra o bem visível — etólerado — recrudescimento do fascismo em Portugal — sublinhando um documento dirigido aos órgãos do Poder e que foi distribuído no decorrer de uma conferência de Imprensa, promovida na passada semana na Faculdade de Letras de Lisboa, por um grupo de professores antifascistas dos diferentes graus de Ensino.

Durante o encontro com os representantes dos órgãos de Comunicação Social — que foi presidido pelo dr. José Gaspar Teixeira, na ausência do prof. Rui Luís Gomes — foi denunciada a acção criminosa da PIDE/DGS e de todo o aparelho de repressão fascista contra a cultura, o ensino e a inteligência no nosso País.

Presentes na mesa da conferência de Imprensa, além de José Teixeira, Joaquim Namorado, Urbano Tavares Rodrigues, Salomão Figueiredo, José Pedro Dias, Dulce Pizarro, Piteira Santos, Vieira Abreu, Marília Cal e José Tengarrinha. Antes das

intervencções, foram lidas mensagens de apoio à iniciativa, enviadas por Orlando de Carvalho, Vitor de Sá, José Morgado, António Mabeido Monteiro e Jorge Delgado. Também o prof. Rui Luís Gomes enviou um telegrama onde manifestava a sua completa solidariedade às acções que conduzam ao desmascaramento do fascismo, e salientava que é indispensável uma tomada de posição contra a recuperação obscurantista levada a cabo pelo MEIC que, neste momento, já encerrou a Universidade de Coimbra e ordenou medidas violentas contra os estudantes de Psicologia de Porto, com a transferência inadmíssível dos exames para o Governo Civil, sob a coacção e agressões policiais da Brigada do Choque. Após uma breve introdução de José Gaspar Teixeira — que se referiu em particular ao objectivo da conferência de Imprensa: reclamar do PR, do CR, da AR, do Governo e dos Tribunais que assumam as suas responsabilidades e tomem com urgência as medidas que se impõem e que vêm implícitas na Constituição para combater o fascismo — foi dada a palavra a Urbano Tavares Rodrigues, que a dada altura afirmou: Conhecemos o rosto da opressão que se abate sobre o Chile, Argentina e Brasil, mas neste momento em que, num atropelo claro à Constituição, os capitães de Abril são insultados nas ruas e nos pasquins reacçãoários, sentimos que

sobre nós pesa a ameaça de um regime monstruoso, cuja face ainda desconhecemos, mas que se vier, será, certamente ainda pior do que aquele que ao longo de 48 anos nos subjugou. Por seu turno, José Pedro Dias (que passou cinco anos nas masmorras da ditadura, quatro dos quais em Caxias) referiu-se aos diferentes aspectos de que se revestiram os métodos de tortura utilizados pela PIDE, tendo denunciado alguns dos seus colaboradores:

Falou em seguida José Tengarrinha. No decorrer da sua breve intervenção, declarou: Quando se assiste quotidianamente à quase condenação feita aos pides nos tribunais é o julgamento dos democratas deste país que está a ser feito, já que foram eles as suas vítimas e os grandes oprimeiros do 25 de Abril. Salomão Figueiredo traçou uma panorâmica geral da repressão exercida pelo fascismo contra os vários ramos de ensino, tendo-se referido à luta dos professores antifascistas. Os nomes de intelectuais que souberam resistir, como Alves Redol, António Ramos de Almeida, Soeiro Pereira Gomes, Dias Coelho, Alberto Araújo, Pedro Soares e Afonso Duarte, seriam recordados pela intervenção de Joaquim Namorado, que, depois de relacionar a forma como estão a decorrer os julgamentos dos pides com a política de recuperação capitalista e com a crescente ameaça fascista, declarou: Tenho muita esperança. Acredito na Revolução. Depois de lutas terríveis e de sacrifícios que temos que passar, de sacrifícios que os trabalhadores suportarão, a Revolução triunfará! Por fim, Piteira Santos sublinhou que o ditador Salazar fez de Portugal um Estado policial, obscurantista a anticultural, denunciou a acção criminosa da PIDE e realçou a importância fundamental da unidade, da cooperação democrática e do diálogo na luta contra o fascismo.

## XVIII CONGRESSO DO PC DO MÉXICO

Por ocasião do XVIII Congresso do Partido Comunista Mexicano, o Comité Central do PCP enviou aos camaradas mexicanos o seguinte telegrama:

Ao XVIII Congresso do Partido Comunista Mexicano

Queridos Camaradas:

Por ocasião do XVIII Congresso do Partido Comunista Mexicano, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos as suas saudações calorosas e fraternais e, por vosso intermédio, saúda também os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador do México.

Depois de muitos anos, o vosso Congresso realiza-se agora em condições legais. Estamos certos de que ele constituirá um acontecimento de relevo na vida política mexicana e de que contribuirá para o reforço do vosso Partido e para o desenvolvimento da luta pelo reconhecimento dos seus direitos eleitorais.

Desejamos pleno êxito aos trabalhos do vosso Congresso e fazemos votos para que a aplicação das suas resoluções se traduza em novos passos dados no caminho da unidade da classe operária, da luta pelas suas reivindicações e os seus direitos e para o encontro de soluções dos problemas económicos, políticos e sociais aos quais faz face o vosso povo.

Solidários com a luta dos comunistas mexicanos pela democracia, o progresso social e o socialismo, fazemos sinceros votos para que continuem a desenvolver-se os laços de fraternal amizade entre os nossos dois Partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O Comité Central do Partido Comunista Português

## CAMARADAS FALECIDOS

O camarada Jerónimo Cardoso de Oliveira, que contava 21 anos de idade faleceu, vítima do acidente de trabalho. O funeral do jovem comunista realizou-se no dia 12 de Maio para o cemitério de Santa Justa, Couço, acompanhado por um milhar de pessoas.

Foi com profundo pesar que os companheiros de trabalho do camarada António da Costa Camacho tiveram conhecimento do falecimento deste membro da Célula da Carris, recentemente ocorrido.

Com 79 anos de idade, faleceu no dia 16 de Abril, na Amora, onde foi sepultado, o camarada José Dias Careca, natural de Santa Luzia, Ourique. Militante dedicado e activo, o camarada era estimado por todos.

Os seus companheiros, ao participarem o seu falecimento no "Avante!" pensam deste modo avisar a família, desconhecendo onde ela se encontra.

Foi com profunda mágoa que o nosso Partido tomou conhecimento da morte do camarada Álvaro Vicente, ocorrida recentemente.

O camarada falecido — cuja vida de militante constituiu um abnegado exemplo para todos os combatentes revolucionários — pertencia à organização de Gouveia (Guarda) do PCP.

Às famílias enlutadas e a todos os amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do "Avante!" apresenta as mais sentidas condolências.

## ASSOCIAÇÃO PORTUGAL/URSS COMEMORA 60.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

O 2.º Encontro de Amizade da Associação Portugal-URSS, integrado nas comemorações do 60.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, terá lugar em Grândola, nos dias 21 e 22 e conta com a colaboração da Câmara Municipal de Grândola, Clube Desportivo Artístico Grandolense, Coop. Agrícola Bento Gonçalves, Soc. Musical Fraternidade Operária Grandolense, Sport Club Grandolense, Grupo Desportivo da CUF, Luso Futebol Clube do Barreiro e Clubes de Campismo de Almada, Barreiro e Setúbal.

Uma salva de foguetes e a banda da Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense saudarão a população da "Vila Morena". Simultâneas de xadrez com o Mestre Joaquim Durão, cinema para crianças, futebol de salão, colóquio com o jornalista Mário Castrim e um agradável serão que contará com a presença de José Barata Moura, preencherão o programa de sábado.

No domingo as actividades recreativas e culturais continuarão.

edições Avante!

A produção agrícola dos Países Socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da América ou Europa.

Como? Porquê?

Volumes já publicados: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA (Volumes I e II) de Álvaro Cunhal

À VENDA NAS LIVRARIAS



INTERNACIONAL

PAZ E IMPERIALISMO

Realizaram-se nos últimos dias, quase simultaneamente, duas reuniões que assumem grande importância no contexto internacional: a Assembleia Mundial dos Construtores da Paz, em Varsóvia, e a cimeira da NATO, em Londres.

O comunicado final da Assembleia Mundial dos Construtores da Paz traduz o sentido e a súmula dos trabalhos realizados. São convidadas todas as nações e todos os povos a intensificarem os esforços para complementar o desanuviamento político com o desanuviamento militar, para deter a corrida aos armamentos e procurar medidas efectivas de desarmamento a nível mundial e regional.

A Assembleia Mundial dos Construtores da Paz reflecte, assim, as mais sentidas preocupações dos povos de todo o mundo. Concretiza também uma outra realidade não menos importante: a acção unida dos mais diversos sectores de pensamento e forças políticas, empenhadas num objectivo comum, vital para toda a humanidade: a paz.

Curiosamente, os que têm lançado o mundo nas mais perigosas aventuras falaram do perigo das «aventuras militares». Seríamos mesmo levados a crer, ouvindo tais palavras, que não são os aviões franceses e os auxílios norte-americanos que são canalizados para o Zaire; que não é o Exército norte-americano que tem forças estacionadas na Coreia do Sul; que não é Washington que negocia a presença de bases militares suas por esse mundo fora.

Os responsáveis pela política americana calaram em Londres o negócio de armas alimentado na América, que serve simultaneamente os interesses políticos da Casa Branca e os lucros dos grandes monopólios do complexo militar-industrial. Em dez anos, os EUA venderam 35 biliões de dólares de armas aos países que praticam uma política favorável aos interesses do imperialismo.

A agressividade do imperialismo contra a independência dos povos e a paz é um facto visível. Uma agressividade sem futuro, mas a que é preciso estar atento.

O futuro está na Assembleia Mundial dos Construtores da Paz. O futuro está em Belgrado, onde, apesar de uma política perigosamente agressiva no seu conjunto, dirigentes de países da NATO irão também falar de questões de paz, desarmamento, segurança internacional.

BRASIL: FALÊNCIA DO REGIME DESCONTENTAMENTO POPULAR

Em reunião plenária recentemente realizada, o Comité Central do Partido Comunista Brasileiro fez uma análise da situação política do Brasil, de que destacamos partes fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, dos problemas com que hoje se defronta um povo em luta contra o arbítrio de um governo ditatorial.

1. O Comité Central do Partido Comunista Brasileiro, em sua reunião plenária, concluiu que o nosso País atravessa uma situação cuja gravidade não pode ser subestimada. Em todos os sectores da vida nacional multiplicam-se as evidências de falência da política económica e social que o regime fascista impôs ao País. A ditadura começa a apresentar uma série de brechas e se torna, assim, cada dia mais instável, vulnerável e também ameaçadora. São muitas, no

fascista contra as massas. Neste último caso, é necessário actuar com segurança e habilidade a fim de resguardar, contra os golpes da reacção, tanto o Partido quanto o movimento e a organização das massas. São estas indicações que visam dar à nossa acção a firmeza e flexibilidade necessárias, seja para impedir a acomodação e a passividade, seja para evitar a precipitação e a aventura.

CRESCER O DESCONTENTAMENTO POPULAR

2. O Pleno salientou o facto de que continuaram a crescer o descontentamento e as lutas do povo contra a política da ditadura e a ampliar-se o movimento nacional de oposição ao regime. A classe operária prosseguiu em sua luta contra a política salarial do governo, pelo direito de greve, pela

e 300 mil trabalhadores — o maior já ocorrido no país — que revelou o grande potencial de luta dos 8 milhões desses trabalhadores do campo brasileiro.

A política agrária da ditadura, da qual uma componente importante é a entrega de vastas áreas de terras a grandes empresas nacionais e estrangeiras, está agravando bruscamente a situação social nas áreas da chamada «fronteira agrícola» do país, onde dezenas de milhares de antigos «posseiros» estão sendo expulsos de suas lavouras e em grande número de casos têm resistido ao esbulho de armas na mão. Elemento importante na luta dos «posseiros» na defesa das suas terras é que ela se vem fazendo apoiada nos sindicatos de trabalhadores rurais e contando com o apoio local da Igreja, com o que evita seu isolamento social e político.

Os mais recentes pronunciamentos da CNBB e do CIMI deixam claro que a Igreja Católica, no Brasil de hoje, está em conflito com o regime de violência e arbítrio existente no país. Por suas posições em defesa das massas do campo, pela luta que trava pela preservação dos indígenas brasileiros e da sua cultura, por suas atitudes energicas em defesa dos direitos humanos, contra as torturas e a censura, contra a doutrina fascista de «segurança nacional», pela liberdade e amizade, a Igreja Católica tornou-se uma força importante na luta contra a ditadura e pela democracia no país.

Verifica-se também um sensível avanço das lutas dos estudantes, das mulheres e dos intelectuais. O movimento estudantil, está se reanimando e volta a expressar publicamente suas reivindicações. A mulher brasileira levanta com maior vigor seu protesto contra o continuado pioramento do nível de vida de seu lar, reivindica e debate mais activamente seus problemas — que são em sua grande maioria os problemas da família operária e popular.

A intelectualidade, em recente manifesto entregue ao governo, assinado por 1046 intelectuais, dá uma prova contundente de que a maioria dos representantes da cultura brasileira repudia o regime de força e obscurantismo que lhe foi imposto pela ditadura fascista.

Cresceu o descontentamento das camadas médias urbanas e amplos sectores de empresários pequenos e médios, que haviam acreditado no «milagre brasileiro» e num futuro de prosperidade, e é conhecido o mal-estar e o desacordo existentes entre os militares com o papel de carrascos do povo que o regime, apoiado na «doutrina de segurança nacional», lhes atribui, assim como a política entreguista que ele põe em prática em relação ao petróleo e outras riquezas nacionais.

Os resultados eleitorais de 15 de Novembro último confirmam o avanço do movimento oposicionista no país. Apesar de todas as limitações impostas pela ditadura à actividade eleitoral da oposição, apesar do carácter local das eleições, apesar da debilidade orgânica do MDB e das vacilações e tendências adestistas existentes em seu seio, o povo foi capaz de manifestar seu descontentamento com a situação reinante no país. A condenação da ditadura, principalmente pela massa trabalhadora dos centros urbanos e industriais mais importantes do país, é a conclusão fundamental que se deve tirar das eleições de 15 de Novembro último.

Os acontecimentos deste último ano revelam que a oposição vem crescendo e fortalecendo-se; revelam que o povo está

insatisfeito com a situação reinante no país, principalmente com a carestia, os salários de fome e a falta de liberdade; revelam que a classe operária está contra a ditadura. Demonstrem, enfim, que a resistência antifascista começa a colher os primeiros frutos de sua prolongada e difícil actividade.

Ampliam-se assim, de forma clara, as condições para se avançar no processo de formação de uma ampla frente antifascista e patriótica, capaz de enfrentar e liquidar a ditadura militar-fascista.

O PESO DOS FACTORES EXTERNOS

Além dos factores internos, a situação internacional contribui grandemente para o desgaste da ditadura e o crescimento da luta antifascista. O agravamento da crise geral do capitalismo, o nível atingido pela luta de classes no mundo capitalista, as vitórias do movimento de libertação nacional e os êxitos alcançados pelos países socialistas estão determinando, no cenário internacional, o aparecimento de uma correlação de forças bem mais favorável à luta pela paz, pelo progresso social, pela democracia e pelo socialismo. Essa nova situação, como não poderia deixar de acontecer, põe a sua marca em tudo que ocorre na vida política brasileira. Muitas marchas e contra-marchas da ditadura se explicam a partir da evolução da situação internacional que, nas suas linhas mestras, não favorecem nem à política da reacção interna, de consolidação e expansão do fascismo, nem ao esforço do imperialismo para sustentar tal política. E isso, ao lado de outros factores, explica a substituição da política das «frentes indológicas» pela do «pragmatismo responsável» e o reconhecimento do governo do MPLA em Angola, o voto contra o sionismo na ONU, etc.

O CAMINHO A SEGUIR

Começando pelo movimento operário e sindical, nas fábricas e outros locais de trabalho, passando pelo movimento camponês, estudantil, feminino, juvenil e religioso devemos, em toda parte e sem desprezar qualquer oportunidade, estabelecer contacto com e entre as lutas e movimentos que tendem, como é normal nas condições actuais do Brasil, a desaguar no leito comum do combate à ditadura. Trata-se, portanto, de orientar a acção do Partido segundo as directivas reiteradas na Declaração de Janeiro último da Comissão Executiva do Comité Central.

Este o caminho que devemos seguir. Só uma tal acção poderá coroar de êxito os esforços dos comunistas orientados à formação de uma frente antifascista e patriótica, instrumento capaz de transformar a liquidação do fascismo num movimento de grande envogadura, numa verdadeira revolução antifascista e democrática.

Este, igualmente, o caminho que ajudará o PCB a se recuperar dos golpes contra ele desferidos, nas duras condições em que lutamos hoje, é necessário defender, em todas as oportunidades, principalmente no seio das forças antiditatoriais, o direito à vida legal do PCB

CC do PCB



momento, as manifestações que indicam o aumento do número dos que não confiam nas medidas tomadas pelo governo ou na capacidade deste para deter a inflação, o endividamento da nação, o alto custo de vida, a corrupção e outros fenómenos negativos que tomam pesadas e difíceis as condições de existência da esmagadora maioria da população.

Tudo isto denota os primeiros sintomas de exaustão do regime. Mas não significa, até aqui, que a ditadura esteja moribunda. Ela ainda dispõe de forças suficientes para contra-atacar, e seus contra-ataques podem ser violentos. Não devemos, portanto, nos iludir quanto às suas possibilidades de recuperação.

Em face a uma situação tão complexa, um momento carregado de tensões, o Comité Central indica não só aos comunistas, como também aos demais antifascistas e democratas, a necessidade de estarem atentos para as mudanças mais ou menos bruscas que podem ocorrer no panorama político do país. Mudanças que se podem dar tanto no sentido da ampliação de espaços que permitam travar a luta contra a ditadura com maior desenvoltura, como no do «endurecimento» do regime, com o recrudescimento da repressão e o incremento da violência

liberdade sindical, recorrendo à arma da greve, declarada ou disfarçada, para obter aumentos salariais e antecipações dos reajustamentos. O facto de que a classe operária continue limitando suas formas de luta económica a reivindicações de reajustamentos salariais superiores aos índices oficiais e às greves parciais e de curta duração indica que persistem em insuficiência de suas forças para romper as poderosas barreiras que o regime ergueu contra sua actividade. Mas a repetição, em Novembro passado, da mesma maciça votação com que se manifestara contra a ditadura nas eleições de 1974, confirma que a classe operária continuou a sustentar uma firme atitude oposicionista ao regime e que, de longe, a força social que mais compactamente se manifesta nesta posição. Confirma-se também que, em difíceis condições e em ritmo não acelerado, o processo de unidade intersindical não deixa de avançar nos grandes centros industriais do país, sendo a manifestação colectiva de 40 sindicatos mineiros na defesa de uma plataforma reivindicatória comum o exemplo mais conhecido dos últimos meses.

As lutas dos assalariados agrícolas estão assumindo um novo nível, destacando-se o dissídio colectivo vitoposo de 1. milhão

BULGÁRIA: «ESTA TERRA É MINHA»

De entre todas, a Reforma Agrária, é talvez a mais notável e exemplar realização do socialismo na Bulgária.

Em 1944 a Bulgária era um país onde 80% da população activa vivia do uma agricultura espantosamente atrelada e onde a terra estava extremamente dividida. O latifúndio era praticamente inexistente, esmagador o peso do pequeno e médio camponês, a percentagem do proletariado rural quase nula. O caminho de transformações revolucionárias nos campos não ignorou esta realidade. Se quiséssemos fazer uma comparação, ainda que grosseira com o nosso país, é no centro e norte de Portugal que podemos encontrar uma situação semelhante.

Pela sua própria experiência os camponeses orientaram-se para a formação de cooperativas primeiro, para a associação de diferentes cooperativas entre si, depois, Nada foi imposto. Na Bulgária, à excepção das propriedades com uma área superior a 20 ou 30 ha (6% da superfície cultivada) a terra nunca chegou sequer a ser nacionalizada.

Contudo, hoje, a colectivização dos campos é total. Cento e setenta complexos agro-industriais com uma área média de 28 000 ha cobrem toda a superfície agrícola e sua passagem para bases industriais, possibilitando o contínuo aumento da produção e o progressivo desaparecimento das diferenças entre a cidade e o campo. Os primeiros

complexos industriais-agrícolas (a «indústria agro-pecuária») começam a surgir. A existência de um partido revolucionário com forte implantação nos campos — a União Agrária Búlgara — foi de uma enorme importância na edificação da aliança operário-camponesa indispensável no triunfo da revolução socialista. A União Agrária teve, lado a lado com o Partido Comunista, um enorme papel na Reforma Agrária da Bulgária. Na acção comum contra o fascismo e na construção da sociedade socialista, estreitaram-se os firmes laços que hoje unem o PCB e a UAB.

O COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL «DIMITRI BLOGAEV»

O complexo agro-industrial «Dimitri Blogaev» que visitámos no distrito de Plovdiv ilustra bem os gigantescos progressos da agricultura búlgara sob o socialismo. Na região de Plovdiv as primeiras cooperativas surgiram em 1945, em torno das diferentes aldeias. Depois de 1955, as 29 cooperativas existentes começaram a fundir-se ficando apenas 6 que, depois de 1970, ano em que o CC do PCB decide a criação de complexos agro-industriais, dão lugar a uma só unidade de 28 500 ha onde trabalham 10 000 trabalhadores. As principais culturas do complexo são cereais, forragens para gado, tomate, legumes, fruta, uva, tabaco. A formação do complexo

possibilitou a concentração e especialização de produção. A existência de um pomar de 800 ha é um exemplo apenas das amplas possibilidades criadas.

O complexo dispõe de 7 fábricas (entre as quais se acham as que se destinam à transformação de produtos frutícolas e hortícolas, o fabrico de vinho, a transformação de produtos pecuários) e outras estão em construção ou projectadas (rações, adubos, etc.).

O grau de mecanização é muito elevado e particular atenção é dada à introdução de novas técnicas. O complexo conta mais de 600 tractores, 70 ceifeiras-debulhadoras, 160 camiões. Há instalação frigorífica para 5000 toneladas de fruta. A utilização de adubos artificiais vai até 1000 Kg/ha para a cultura de tomate e 800 Kg/ha para o trigo.

Os trabalhadores búlgaros do complexo Dimitri Blogaev falam-nos com orgulho dos êxitos alcançados, mas não escondem nem as dificuldades nem o enorme esforço que foi necessário realizar para chegar à situação dos dias de hoje.

Os camponeses tinham pouca terra e viviam miseravelmente mas estavam muito agarrados ao seu pequeno bocado, o que criou muitas dificuldades às primeiras cooperativas. Mesmo compreendendo as vantagens do cooperativismo, dou-lhes muito perderem a «sua terra». Mas se agora dissessemos a algum vamo entregá-los a terra — eles riam-se.

Ninguém contesta as

vantagens da formação dos complexos agro-industriais, traço específico da Reforma Agrária búlgara. Os êxitos alcançados estão à vista. Mas há também problemas.

Problemas relacionados com as novas exigências de direcção em larga escala, com a necessidade de impulsionar ainda mais a base técnica-científica da produção, etc. Há mesmo uma certa «barreira psicológica», que, tal como na época da fusão das cooperativas, surgiu com a passagem aos complexos e se traduz por vezes num temporário abaixamento da produtividade. Isto verificou-se concretamente no complexo que visitámos.

Trata-se porém de problemas ligados ao próprio desenvolvimento, que estão a ser encarados de frente e resolvidos com êxito. Na solução dos novos problemas colocados pela própria vida o PCB confirma o seu papel dirigente imprescindível na edificação do socialismo.

Na Bulgária dos nossos dias, embora a terra nunca tenha sido nacionalizada, ninguém já pensa: «esta terra é minha». A propriedade colectiva cooperativa é uma conquista irrevogável.

A produção é hoje incomparavelmente mais elevada: desde que o complexo «Dimitri Blogaev» se formou, a produtividade do milho duplicou (8 ton/ha) e do trigo passou de 3 para 4,3 ton/ha.

Os trabalhadores têm salário garantido todo o ano, mesmo quando as condições climatéricas lhes não permitem trabalho. Ao salário médio de

1400-1500 levas determinado em função do trabalho realizado e dos resultados obtidos pelo complexo junta-se o rendimento da exploração de 0,2-0,4 ha de terra a que cada família tem direito.

A política social é a mesma em toda a Bulgária. Os trabalhadores dos campos têm assegurados os mesmos direitos dos operários industriais. No complexo agro-industrial «Dimitri Blogaev» a idade da reforma é de 55 anos para as mulheres (45 se tiver mais de 4 filhos) e de 60 anos para os homens. A 60 tem direito a 4 meses de férias integralmente pagas pelo primeiro filho e a 6 meses para cada um dos seguintes: cada trabalhador tem direito a um mínimo de 15 dias de férias pagas e a um mês de férias não pagas. Os trabalhadores passam anualmente férias nas próprias estâncias de repouso do complexo, na Montanha ou no Mar Negro.

BULGÁRIA — UM EXEMPLO A NÃO IGNORAR

A experiência na Bulgária no terreno agrícola interessa-nos de forma particularmente directa.

Portugal é um país onde a questão agrícola tem um peso importantíssimo. A Reforma Agrária em Portugal não está a ser nem será igual à Reforma Agrária na Bulgária.

Tem já e continuará a ter no futuro características próprias e originais. Mas tal como na Bulgária será sem dúvida pelo caminho da associação voluntária em cooperativas

combinada com o apoio estatal que poderão, por exemplo, resolver-se os problemas da agricultura do centro e norte do país.

A experiência da Bulgária socialista interessa-nos de muito perto.

É verdade que as revoluções não se copiam e que cada país chegará ao socialismo pelo seu próprio caminho. Portugal chegará ao seu.

Mas não podemos dar-nos ao luxo de prescindir da experiência daqueles que já percorreram o difícil caminho que separa o capitalismo da nova sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, cuja perspectiva a nossa Constituição consagra.

A Bulgária socialista é um exemplo em que temos de ter os olhos postos. O conhecimento da sua realidade fortalece a nossa convicção revolucionária, constitui um vigoroso estímulo à luta tenaz que travamos para defender as conquistas já alcançadas, fornece um imenso arsenal de argumentos na luta contra charlatões e falsificadores que com as suas teorias do «socialismo democrático» e as suas invenções e calúnias sobre os países socialistas, mais não pretendem que a recuperação capitalista agrária e imperialista da nossa revolução.



DOLORES IBARRURI EM ESPANHA

O povo espanhol, os trabalhadores e as forças progressistas de Espanha não esquecerão a grande importância que desempenharam na sua luta contra a ditadura fascista, a ajuda fraternal e solidária do povo soviético — declarou à TASS, no momento do seu regresso a Espanha, a camarada Dolores Ibarruri, presidente do Partido Comunista Espanhol. Dias antes, em importante entrevista à revista espanhola «Cambio 16», Dolores Ibarruri esboçou a análise de alguns pontos da actual situação em Espanha, e das perspectivas de futuro, destacando a falência previsível da extrema direita (os que condescendem com o fascismo, olhando para trás, ficarão pelo caminho), a complexidade e riqueza do caminho aberto (as transformações em Espanha são inevitáveis).

Dessa complexidade, da inevitabilidade de transformações, nos fala o período eleitoral em curso, a escalada de violência accionada pela direita, o próprio retorno de «La Passionaria» a Espanha, candidata a deputada da sua região natal, a Biscaia.

O momento em que Dolores Ibarruri volta a Espanha, caracterizada por vincados esforços da extrema-direita, tentadas a provocar uma desestabilização da vida político-militar. Tais esforços assumem diversas formas: a de terrorismo, que frequentemente se concretiza através de agrupamentos maoístas, como a FRAP, os ataques à mão armada, as manifestações de falangistas, com aspectos provocatórios. Por outro lado, recrudescer a violência policial, dirigida em particular contra manifestações em que é exigida a libertação da totalidade dos presos políticos. Cenas de violência repetem-se por todo o nordeste e outros pontos de Espanha. No País Basco, como na Catalunha, a polícia disparou rajadas de metralhadoras e balas de borracha. Em vésperas das primeiras eleições gerais desde a guerra civil, o saldo repressivo é de 5 mortos e muitos feridos.

Contraopondo-se à escalada da direita, ao impeto repressivo da polícia espanhola, a batalha pela democracia e pela liberdade prossegue, como prossegue a luta do operariado e restantes trabalhadores na defesa dos seus interesses. Cerca de 250 mil trabalhadores espanhóis estão em greve.

No seu retorno a Espanha, Dolores Ibarruri encontrou uma complexa situação política. Que se reflecte em todos os planos da vida espanhola. Na política externa, em que simultaneamente são encetadas relações oficiais com a URSS é permitida a continuação da permanência dos Estados Unidos em quatro bases militares espanholas. No plano nacional em que a luta de classes se agiganta e o terrorismo e repressão coabitam com algumas sementes de democracia, na orientação e inter-relação entre as várias organizações políticas.

A própria forma como Dolores Ibarruri foi recebida no seu regresso à pátria, reflecte a teia de contradições que o seu país vive neste momento. Até ao fim, o silêncio e o choque de informações imprecisas, que se opunham entre si, impediu de saber o momento da sua chegada. E no entanto, no aeroporto de Madrid, cerca de 500 militantes comunistas esperavam «La Passionaria». Não deixaram passar despercebido um facto profundamente significativo e que se tentou calar.

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou à camarada Dolores Ibarruri, por ocasião da sua chegada a Madrid, o seguinte telegrama:

Message from the Secretariat of the Central Committee of the PCP to Dolores Ibarruri, President of the PCE, expressing warm and fraternal greetings and congratulations for her return to Spain.

FEIRA DO LIVRO Stand Avante! LIVROS DO DIA. List of books for sale with prices, including titles like 'A Comuna de Paris', 'Curso Elementar de Economia', etc.

# CARDIA NA TELEVISÃO

A situação universitária em Portugal é complexa. O encerramento de uma Faculdade é grave, e o encerramento de toda uma Universidade é ainda mais grave. O aparecimento na TV do ministro da Educação e Investigação Científica poderia trazer alguns esclarecimentos interessantes à situação, poderia até contribuir para o debate necessário sobre o Ensino Superior em Portugal. Sómente, o aparecimento na TV, na noite da passada 6.ª-feira, do dr. Cardia, contribuiu apenas para uma maior confusão, de mistura com irresponsabilidade, num discurso perfeitamente ofensivo e cheio de chavões estafados, deixando de fora o essencial da questão. Porque o saneamento de meia dúzia de professores e a sua reintegração imposta numa Faculdade do País, a recusa dos médicos em darem aulas, a imposição pouco inteligente de exames nacionais no Secundário, não são a questão essencial. A problemática do Ensino Superior em Portugal abrange um campo muito mais vasto e não pode ser iludida por esta ou aquela medida repressiva (o encerramento de uma simples escola é, já, uma medida arbitrariamente repressiva). Essa problemática tem que ver com a indefinição da política de ensino, indefinição tanto menos desculpável quanto é certo que este Governo é constitucional, impondo cada vez mais a necessidade de uma alternativa de esquerda para a situação actual.

A intervenção televisiva do dr. Cardia não pode ser, assim, passada em branco. Ela tem uma importância política. Foi um discurso que deixou de fora múltiplos aspectos que preocupam, hoje em dia, os estudantes e os professores portugueses e largas camadas populares. É necessário, ainda, dizer que, pese embora a tradição antifascista do sr. ministro, a sua evocação nesse discurso surge apenas como um curioso alibi...

## UM DISCURSO DELIBERADAMENTE CONFUSIONISTA

Atribuir como causa única da greve na Academia de Coimbra a reintegração de professores saneados por alegado comprometimento com o fascismo, é, pelo menos, ignorar todo um cortejo de medidas que o MEIC tem produzido, cada uma delas mais antidemocrática e menos pedagógica que a outra. Falar em «dignidade da função docente» em relação ao protesto estudantil contra a reintegração de saneados e esquecer essa dignidade no que se refere à recusa dos médicos em dar aulas é algo de estranho. E como pode o sr. ministro dizer que o MEIC tem estado «atento» e «dialogante»? «Atento», sim... mas «dialogante»? É famosa a sua ameaçadora entrevista ao Telejornal, ao considerar que os estudantes não tinham quaisquer estruturas representativas (sendo por isso que não recebia ninguém...). Pelas notícias vindas a público, é certo que o MEIC tem estado francamente «dialogante...» com a JSD (PPD) e com a JC (CDS). Porque a verdade é que as escolas têm sido sistematicamente ignoradas, quando se trata de decidir alguma coisa, bem assim como as próprias estruturas que o MEIC cria (as Comissões Científicas Inter-Universitárias e o despacho 113/77...).

Como se pode, por outro lado, como justificação do que quer que seja, falar em «há justificadas razões para recuar que»? Como se pode falar em «deprecação de valioso equipamento como aconteceu na época gonçalvista»(!) e esquecer a bomba colocada na Faculdade de Economia do Porto, ou as verdadeiras deprecações (não só materiais) provocadas por bandos fascistas em alguns liceus? Como se pode, ainda, ressuscitar velhos métodos, de ameaça e chantagem, do tipo «ou aceitam a decisão do ministério ou perdem o ano»? Em que ano estamos que Constituição está em vigor? A de 1933 ou a de 1976?

Como se pode considerar que «a única solução responsável e democrata» é o encerramento de uma Universidade (já «anunciada» na 6.ª-feira de manhã, pelo jornal reaccionário *O Dia*), quando são os próprios responsáveis ministeriais a declarar que os estudantes têm razão mas que o MEIC não poderia

ceder às suas pretensões? Porque a política do MEIC nada tem que ver com os mais elementares conceitos de democracia. Por outro lado, o MEIC carece de autoridade para falar em analfabetismo — que fez o actual MEIC até hoje para acabar com o analfabetismo em Portugal? Estarão conscientes os responsáveis ministeriais, no que toca a desempregados, que muitas das medidas do MEIC (a limitação do acesso à Universidade, o despacho 113/77, a anulação em série de diversos cursos, o encerramento do ISCSPP), irão provocar alguns milhares de desempregados?

## O MAIS IMPORTANTE FOI IGNORADO

É que esta ou aquela greve estudantil até nem é o mais importante. São apenas aspectos de uma situação criada pela própria prática absurdamente autoritarista, reaccionária e de recusa ao diálogo por parte do MEIC. E a intervenção televisiva do sr. ministro não só procurou lançar a confusão, como também ignorou um conjunto de factos que se traduzem, afinal, por uma tentativa de fazer regressar ao passado todo o Ensino Superior, procurando aniquilar todas as inovações de carácter pedagógico, ignorando a capacidade de intervenção responsável de estudantes e professores.

No seu discurso o dr. Cardia nem sequer procurou justificar a brutalidade da repressão policial no Porto ou explicar minimamente o caso de Psicologia...

As legítimas preocupações levantadas pelos candidatos ao 1.º ano da Universidade e pelas suas famílias, quando se lhes coloca a questão dos exames de aptidão e o «numerus clausus» não foram sequer abordadas — e, no entanto, quantos milhares de estudantes irão ser empurrados para uma inactividade forçada ou para o desemprego, durante o próximo ano? Talvez também fosse interessante que o sr. ministro explicasse como é que a prática do seu ministério se consegue afastar do que está estabelecido na Constituição...

O encerramento policial do ISCSPP, que tem muito que ver com a tentativa de liquidação do estudo das Ciências Sociais em Portugal, também ficou de fora. E, no entanto, essa é uma situação que se arrasta desde Dezembro de 1976. As perturbações que grupelhos fascistas vêm causando em alguns liceus continuam a ser ignoradas pelo MEIC. E, aí, não se trata apenas da «deprecação de equipamento», mas também da sua importância política, da importância que advém do facto de essas acções serem de grupos fascistas e serem consentidas.

Por outro lado, seria interessante que o MEIC explicasse publicamente como surge e o que pretende o recente despacho 113/77, que estabelece as habilitações para a docência no próximo ano lectivo, atingindo todos os cursos actuais de Filologias. Esses cursos haviam sido colocados na dependência das Comissões Científicas Inter-Universitárias, nomeadas pelo MEIC, para reestruturação. De repente, o despacho ignora a simples existência das Comissões, anula, para efeitos profissionais, as inovações pedagógicas introduzidas e, como o seu poder de retroactividade, ameaça fazer baixar de escalão (com diminuição de salário) os licenciados e bacharéis já colocados. É, claro, estudantes das actuais Filologias vêem-se na sua maioria, sem possibilidade de arranjar qualquer emprego na docência. Isto é, apenas, um episódio da política do MEIC. O despacho foi produzido sem qualquer audição às escolas, nem aos seus órgãos competentes, nem sequer às referidas Comissões... Será isto um exemplo da actuação «dialogante» do MEIC?

Finalizando a sua intervenção televisiva, o sr. ministro disse que a transição da «demagogia» para a «democracia» não se faz sem «sobressaltos». Não quereria o dr. Cardia ter dito, como outro político o dissera, anos atrás, «safanões»? Considerará o ministro que é agora o «a tempo» de dar esses «safanões»?

Entretanto, será bom que o senhor ministro não se esqueça das gloriosas tradições de luta dos estudantes portugueses.

## A actual situação universitária

# A RESPONSABILIDADE DO MEIC E AS MANOBRAS ESQUERDISTAS

A grave situação que se vive actualmente na Universidade — todo o conjunto de acontecimentos e de conflitos que se têm vindo a suceder nestes últimos dias, particularmente o encerramento da Academia de Coimbra ordenado pelo dr. Cardia bem como as medidas também por ele tomadas contra os estudantes de Psicologia do Porto — é o resultado directo da política do MEIC: uma política baseada na recusa sistemática do diálogo com o movimento estudantil, antidemocrática e autoritária, cujos objectivos apontam para a destruição das principais conquistas estudantis, numa perspectiva de submissão do Ensino aos projectos de recuperação obscurantista e capitalista: uma política que não hesita em encerrar uma Academia inteira, a de Coimbra, com evidentes prejuízos para os estudantes, a população e o país.

Tal como salienta um comunicado recentemente divulgado pela DORL do Ensino Superior da UEC, continuam por resolver os principais problemas que a democratização do Ensino coloca no nosso País. No que se refere à Universidade, o ISCSPP continua encerrado; os estudantes dos Hospitais Cívicos de Lisboa não têm aulas; numerosos cursos ainda não foram homologados; o problema da contratação de docentes permanece por resolver em muitas faculdades; para milhares de estudantes, as perspectivas para o seu futuro são de desemprego e a impossibilidade de frequentar a Universidade, dada a realização de exames nacionais para a aptidão e a generalização do «numerus clausus».

E mais adiante, sublinha o documento da UEC: Acontecimentos recentes, como o arbitrário encerramento da Academia de Coimbra e as medidas tomadas contra os estudantes de Psicologia do Porto, são o corolário de uma política reaccionária, atentatória do normal funcionamento das escolas, caracterizada por uma pertinaz e sistemática recusa ao diálogo com os estudantes.

Para a agudização das graves situações já existentes no Ensino tem contribuído a tentativa de aplicação de tal política anti-estudantil, a qual, face à massiva oposição dos estudantes, tem usado como recurso medidas

administrativas e de carácter repressivo.

No referido comunicado, a DORL do Ensino Superior da UEC salienta, ainda, que é da inteira responsabilidade do MEIC o generalizar de uma situação de instabilidade e de crise na Universidade, situação que só às forças reaccionárias pode aproveitar.

## A UNIDADE DOS ESTUDANTES AS MANOBRAS ESQUERDISTAS E AS PROVOCAÇÕES DA DIREITA

A política anti-estudantil do MEIC tem merecido o repúdio massivo por parte dos estudantes, de que foi expressão a jornada de luta do Ensino Superior, realizada na passada terça-feira, que constituiu uma vibrante afirmação de unidade dos estudantes, ao mesmo tempo que demonstrou, uma vez mais, a sua firme posição contra a política repressiva e antipedagógica do MEIC, pela reabertura da Academia de Coimbra.

A Academia do Porto paralisou a quase cem por cento. Em Lisboa, a maioria das escolas superiores também paralisaram, tendo decorrido, em algumas, grandes plenários e reuniões de alunos, em apoio aos colegas de Coimbra, e do Porto, do ISCSPP e de outras escolas.

Entretanto, ao longo da luta desenvolvida contra as últimas medidas do MEIC, têm-se manifestado tendências extremamente perigosas, que poderão conduzir a consequências graves. É o caso da proposta de greve geral por tempo indeterminado de toda a Universidade portuguesa, aprovada no último Encontro Nacional de Direcções Associativas do ES, promovido em Coimbra. A referida proposta — apresentada pela Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra — foi apoiada por direcções esquerdistas, contra a opinião das direcções unitárias de esquerda.

Através de um comunicado dirigido aos estudantes da Academia, a UEC salienta que forças políticas irresponsáveis como o MES e a UDP, ao preconizarem na actual situação,

a greve geral ilimitada como forma de luta, estão a defender uma proposta anti-estudantil — porque conduz à luta por um beco sem saída, que pode levar ao encerramento das Universidades e à generalização de uma crise nas escolas do Ensino Superior no fim do ano lectivo, com graves prejuízos para os estudantes — e reaccionária, porque favorece a acção da direita.

De destacar que aquela proposta já foi recusada, por ser aventureira, em algumas escolas de Lisboa, nomeadamente em Artes Plásticas e Design, Letras, Ciências, ISEF, etc.

Simultaneamente, têm-se registado provocações montadas com a complicidade do MEIC e das forças de direita, tal como aconteceu na passada terça-feira

no Porto, onde se assistiu a graves confrontos e cenas de violência, e na Faculdade de Direito de Lisboa, cuja direcção da Associação, afecta ao PPD/PSD, telefonou ao Reitor para que este solicitasse a presença da polícia na escola.

Vigilantes em relação às manobras esquerdistas e às provocações da direita reaccionária, os estudantes têm sabido e saberão exprimir da melhor forma a sua solidariedade activa com as escolas em luta, particularmente com os estudantes de Coimbra, pela reabertura da Universidade, e com os estudantes do curso de Psicologia do Porto e do ISCSPP (Lisboa), contra a política antidemocrática do MEIC, contra a degradação do funcionamento das escolas.

# TRABALHADORES-ESTUDANTES MANIFESTAM-SE CONTRA A POLÍTICA DO MEIC

Tal como tem vindo a acontecer em todos os pontos do país, também no Porto os trabalhadores-estudantes do ensino secundário se manifestam contra a actual política do MEIC. No decorrer de um plenário realizado na passada semana, em que participaram representantes de mais de uma dezena de estruturas associativas de escolas daquela cidade, foram energicamente rejeitados os despachos do MEIC

que estabelecem os exames nacionais, tendo sido denunciado o seu carácter antipedagógico. Segundo foi sublinhado, os referidos exames têm como principal objectivo dificultar o acesso das massas trabalhadoras ao Ensino. Caso venham a realizar-se, ocorrerá uma reprovção generalizada e será criado um esquema selectivo, contra o qual os trabalhadores-estudantes e toda



Os problemas da mulher foram o tema central do Encontro Nacional do MDM

# A FORÇA DE SER MOVIMENTO A RAZÃO DE SER DEMOCRÁTICO A ALEGRIA DE SER MULHER

«A Força de Ser Movimento», eis uma realidade comprovada na realização do III Encontro Nacional do MDM no passado domingo, dia 15, em Lisboa, no Instituto Superior Técnico. Centenas de mulheres de diversas condições sociais vieram «de todos os cantos do País, de Viana a Faro, de Lisboa a Castelo Branco, algumas em viagem desde as 4 horas da manhã, as nossas mulheres, as mulheres que são a força deste País, que trazem em si o amanhã» como salientaria Luisa Amorim, na mensagem introdutória ao Encontro. Muitas camionetas estacionadas junto ao Instituto Superior Técnico davam a imagem da longa viagem realizada por muitas das 400 delegadas e outras participantes das 100 comissões concelhias locais do MDM distribuídas por todo o País e pelos núcleos da emigração englobando mais de 5000 aderentes.

«A Força de Ser Movimento» esteve patente nas inúmeras saudações chegadas ao Congresso não somente vindas dos diversos núcleos do MDM mas também de outras organizações que reconhecem a pujança crescente do MDM e nele vêem uma força de intervenção democrática. Entre as saudações encontrava-se, além de uma mensagem de Maria Lamas, as da Comissão Coordenadora Central da FSP, da LCI, da Aliança Social das Mulheres, da Organização das Mulheres Simpatizantes do PRT, de diversas Comissões Unitárias de Mulheres em Luta Contra a Subida do Custo de Vida, de Reformados da Marinha Grande, do Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, da Comunidade Islâmica de Lisboa, etc.

«A Razão de Ser Democrático» está, por um lado, na própria história do MDM, «que lutou no fascismo, pelo reconhecimento dos direitos da mulher e da criança, denunciando a guerra colonial e a exploração desenfreada a que o nosso Povo estava sujeito».

«A Razão de Ser Democrático» raiz da própria constituição do MDM, surgiu como um meio para a mobilização e a organização das mulheres na luta antifascista, evidenciou-se em todo o Encontro não como «um facto pontual», circunscrito ao Encontro, como diriam as forças reaccionárias, mas nos próprios trabalhos preparatórios do III Encontro Nacional que não constitui de modo algum «uma tarefa de cúpulas», mas a acção de milhares de mulheres que, em cerca de 200 reuniões realizadas por todo o País,

traçaram as bases programáticas de discussão no Encontro e elegeram as 400 delegadas de todos os distritos e dos núcleos da emigração em França e na República Federal da Alemanha.

«A Razão de Ser Democrático» ficou ainda patente na disposição geral em não consentir que as grandes

pelo reconhecimento dos direitos da mulher, contra todas as discriminações, contra a exploração e a opressão, ambas lidas por Luisa Amorim, usou da palavra Elena Lagadinova, presidente do Comité das Mulheres Búlgaras, convidada especial para o Encontro, assim como a sua compatriota Sonia

comissões de trabalho: «O MDM e o seu papel na organização das mulheres»; «A mulher e o trabalho»; «As nossas crianças»; «A mulher na família e na sociedade»; «3.ª idade».

Do trabalho desenvolvido nas diferentes comissões, o que ressaltou foi a escassez do tempo para o nível de participação, para a vontade de intervir, para os relatos da experiência individual e colectiva das mulheres nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas comissões de moradores, na actividade dessa frente de luta em expansão que é o MDM. Frente de luta, na base da qual se fortalece a aliança entre as trabalhadoras da cidade e do campo, como foi evidenciado na comissão de «A Mulher e o Trabalho», onde as palavras de trabalhadoras das UCPS dos diferentes distritos alentejanos constituíram uma base para novas acções e mobilização na luta pela Reforma Agrária. Frente da luta na qual se constrói a prática dos direitos da mulher como foi o caso da comissão «A Mulher na Família e na Sociedade», onde se apontam caminhos para que as crianças tenham um futuro melhor onde possam gozar livremente a sua infância, uma frente onde as diversas gerações se unem num mesmo ideal democrático como se verificou na grande participação de mulheres idosas, na participação não somente de reformadas mas de muitos homens reformados na Comissão da «3.ª idade», uma frente ainda onde as mulheres donas de casa, sufocadas ao estreito universo da sua casa, se descobrem como participando socialmente. Uma frente onde as mulheres de hoje se organizam.

## Centenas de mulheres vindas de todo o País e de núcleos da emigração demonstraram a força crescente de organização e mobilização do MDM no momento em que realiza o seu III Encontro Nacional.

conquistas da Revolução, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, as liberdades, sejam destruídas pela política de recuperação capitalista do Governo.

«A Alegria de Ser Mulher», essa vivia-se nas salas, nos corredores: alegria da consciência de si assumida vigorosamente, encaminhada voluntariamente para a batalha da libertação que sendo de si próprias é também a de todo o povo.

Os trabalhos do III Encontro Nacional do MDM iniciaram-se com um plenário onde operárias, camponesas, empregadas, intelectuais, donas de casa, deram a tônica de entusiasmo que caracterizaria todo o Encontro. Depois da mensagem introdutória e de uma intervenção de abertura historiando a luta das mulheres portuguesas, ontem contra o fascismo, hoje pela defesa das conquistas democráticas,

Bakich, chefe da revista «Mulheres de Hoje», ambas «símbolo de uma nova mulher, de uma mulher assumida em toda a sua dignidade de povo resistente».

Nas palavras de Elena Lagadinova sentiu-se a expressão da solidariedade do povo búlgaro e de outros povos do campo socialista para com a luta do povo português, para com o combate das mulheres portuguesas, empenhados no cumprimento da Constituição que define o Estado português como uma República democrática a caminho do socialismo.

Sucedeu depois a divisão das participantes pelas cinco comissões de trabalho nas quais, a partir do resumo das teses realizadas e discutidas nos trabalhos preparatórios do Encontro se focavam os grandes temas relativos à situação da mulher no nosso País. Funcionariam assim, da parte da manhã, as seguintes

# CARTA DOS DIREITOS DA MULHER

A Carta reivindicativa dos Direitos da Mulher foi sem dúvida o mais importante documento discutido e aprovado no III Encontro Nacional do Movimento Democrático das Mulheres.

Na parte das reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras abordam-se temas como o direito ao trabalho, igualdade, formação e promoção profissional, condições de trabalho.

Exigindo ao fim e ao cabo não só o cumprimento da Constituição da República, as mulheres portuguesas reclamam, por exemplo, o acesso a todos os empregos, sem qualquer limitação, designadamente, de responsabilidade, direcção ou pelo facto de ser mulher, estar grávida ou do seu estado civil; supressão de todas as discriminações e aplicação efectiva do princípio constitucional de que para trabalho igual, salário igual, tendo como base uma definição objectiva do valor humano do trabalho; supressão de todas as discriminações nos concursos, estágios e ainda no acesso aos postos de responsabilidade; cumprimento da legislação do trabalho no capítulo dos direitos especiais das mulheres, tais como: não desempenhar, durante a gravidez e até três meses após o parto, tarefas clinicamente desaconselháveis, sem que isso envolva discriminação de retribuição; poder usufruir de dois períodos de trinta minutos diários ou de um de sessenta minutos para cuidar dos filhos latentes, sem discriminação de retribuição, nem redução do período de férias.

No capítulo da Carta dos Direitos da Mulher respeitante a todas as mulheres, trabalhadoras e domésticas, inclui-se um ponto referente ao direito à felicidade para os nossos filhos, em que se afirma:

Lutamos pelo direito à educação e à saúde para todas as crianças, o que pressupõe o ensino gratuito e um Serviço Nacional de Saúde, que sirva toda a população; queremos creches, jardins de infância,

colónias de férias, escolas primárias com horário de tempo integral, para a ocupação de tempos livres das nossas crianças, incluindo as deficientes;

Exigimos medidas que visem a eliminação do trabalho infantil; Exigimos justiça em relação aos fomentadores do terrorismo e da droga que põem em perigo, no dia a dia, a vida dos nossos filhos gerando a instabilidade, o terror e a morte;

Exigimos para as nossas crianças Direito à Vida, ao Bem Estar e à Instrução.

## TEMPO PARA VIVER

Os trabalhos domésticos, o cuidar dos filhos (e do próprio marido) são tarefas que recaem normalmente sobre a mulher. Se para além disso desenvolve uma actividade profissional, cabe perguntar — que tempo lhe resta para viver, para se cultivar, para participar plenamente na construção da sociedade?

Tempo para viver é pois mais uma justa reivindicação da Carta dos Direitos da Mulher, nomeadamente através da criação de equipamentos colectivos, acessíveis, de apoio ao trabalho doméstico (cantinas, lavandarias, electrodomésticos) que, permitindo à mulher o direito ao descanso, lhe proporcionem mais tempo para se cultivar e participar na vida económica, social e política.

Direito à instrução e à cultura (combate ao analfabetismo; combate à pornografia e à utilização de imagem da mulher nos grandes meios de comunicação de massas, como símbolo de alienação de sexualidade e objecto publicitário); direito à habitação; direitos da mulher na família, são outros dos temas constantes da Carta.

Sem esquecer a questão do direito à segurança social, o texto aprovado salienta a função social da maternidade: «durante a gravidez geramos os futuros homens, os obreiros do amanhã — a sociedade deve assumir as suas

responsabilidades». E não esquece também a mãe solteira para quem se exige protecção e especial reconhecimento de todos os direitos, bem como o combate a todos os preconceitos que a discriminam e marginalizam da sociedade.

O alargamento do âmbito das pensões de velhice a toda a população carenciada e a melhoria dos serviços de apoio à terceira idade são aspectos igualmente contemplados no importante documento, que consagra a participação dos trabalhadores abrangidos pela segurança social no controlo e qualidade de serviços que lhe dizem respeito.

O balanço da actividade desenvolvida pelo MDM e a eleição das estruturas nacionais do Movimento completaram a segunda parte do programa de trabalho do Encontro.

Após uma breve referência ao papel do MDM antes do 25 de Abril, o relatório salienta que é de 1975 a 1977 que o Movimento dá grandes saltos e implanta-se.

O relatório debruça-se depois sobre o trabalho desenvolvido pelos diversos organismos do MDM que, apesar de positivo, está ainda longe de corresponder às possibilidades reais do Movimento, impondo-se entre outras coisas, uma grande campanha nacional de recolha de novas aderentes para que, reforçando o MDM, possamos melhor corresponder na luta pela defesa dos direitos da mulher e da criança.

Por unanimidade e aclamação foi depois eleito o Conselho Nacional, cuja composição social ficou composta da seguinte forma: domésticas — 32 por cento; empregadas — 25 por cento; intelectuais — 25 por cento; operárias — 15 por cento. Foi ainda eleito o Secretariado Nacional, de que fazem parte Isabel Hernandez, Ana Rosa Pardal, Luisa Amorim, Helena Xavier, Maria José Gomes, Carolina Moga e Isaura Vieira, bem como a Direcção Nacional agrupada por distritos.



Trabalhadores-estudantes debatem problemas